

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Jéssica Santos Souza Camelo

Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: uma nova ferramenta de regulação?
A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias - RJ

Rio de Janeiro

2021

Jéssica Santos Souza Camelo

Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: uma nova ferramenta de regulação?

A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias - RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Danielle Ribeiro de Moraes.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosely Magalhães de Oliveira.

Rio de Janeiro

2021

Título do trabalho em inglês: Social Entrepreneurship in Health Promotion: a new regulatory tool? The project experience Maloca da Cidadania, in the Pantanal neighborhood in Duque de Caxias – RJ.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

C181e Camelo, Jéssica Santos Souza.
 Empreendedorismo social na promoção da saúde: uma nova ferramenta de regulação? A experiência do Projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias - RJ / Jéssica Santos Souza Camelo. -- 2021.
 173 f. : il. color. ; mapas

 Orientadora: Danielle Ribeiro de Moraes.
 Coorientadora: Rosely Magalhães de Oliveira.
 Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

 1. Empreendedorismo. 2. Promoção da Saúde. 3. Apoio Social.
 4. Processo Saúde-Doença. 5. Planos e Programas de Saúde.
 6. Construção compartilhada do conhecimento. I. Título.

CDD – 23.ed. – 613

Jéssica Santos Souza Camelo

Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: uma nova ferramenta de regulação?

A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias - RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 27 de outubro de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Timotheo Dominguez
Universidade Federal do ABC

Prof^ª. Dr^ª. Marize Bastos Cunha
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof^ª. Dr^ª. Rosely Magalhães de Oliveira (Coorientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof^ª. Dr^ª. Danielle Ribeiro de Moraes (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Durante o intenso processo de um mestrado, o significado da palavra gratidão adquire dimensões inimagináveis. Entre os choros, preocupações e incertezas que vivenciei neste período de um pouco mais de dois anos, preciso enaltecer quem contribuiu para que eu me mantivesse firme em meu propósito.

Agradeço a Deus, que não me desamparou no decorrer desta caminhada, fortalecendo minha capacidade de superação em cada dificuldade e redobrando minha esperança em dias melhores. Que as boas energias e forças do sobrenatural possam sempre me acompanhar.

Agradeço eternamente à minha mãe Alvacy, por sempre (sempre mesmo) acreditar no meu potencial. Ao meu pai Lenildo, por nunca medir esforços em garantir a melhor educação para mim. A minha irmã Jeane, pelo companheirismo e por me dar o melhor presente que já tive neste mundo: minha linda sobrinha Maria Eduarda.

Agradeço ao meu amado parceiro, Mateus. Obrigada por ser meu maior incentivador e pelo privilégio de partilhar a vida boa com você.

Gratidão às amigadas que adquiri no decorrer de minha trajetória. Carrego-as comigo desde os tempos de Ensino Médio, dos tempos da graduação em Psicologia, dos ambientes de trabalho em que já passei. A sorte de tê-los comigo nos bons e maus momentos é imensurável.

À professora Rosely, minha coorientadora, por toda sua generosidade e genialidade! É uma grande inspiração para mim, uma mulher de luta, fibra e sensibilidade, tudo isso em uma dosagem precisa e necessária. Esta pesquisa tem sua marca em cada detalhe.

À minha orientadora, professora Danielle, por todo seu cuidado e dedicação a este estudo. O mundo precisa de mais pessoas gentis e engajadas socialmente assim.

À Inês, a assistente de orientação desta pesquisa, que se disponibilizou em me ajudar sempre que precisei, mesmo com as obrigações de sua tese de doutorado a caminho. Uma mulher e profissional admirável!

Aos meus colegas de turma da área de Determinação dos Processos Saúde-Doença. Desde nosso primeiro dia de aula, estabelecemos uma relação de amizade considerada incomum diante do modelo tradicional e competitivo que a academia geralmente nos sugere. Isso nos proporcionou uma experiência fantástica de construção compartilhada do conhecimento, com muito afeto e descontração. Um agradecimento especial às minhas grandes amigas e mulheres determinadas: Camila, Fernanda, Jéssica, Karla, Paula, Priscila e Thamires.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço do fundo do meu coração a toda equipe do coletivo Maloca da Cidadania. Pela confiança a mim proferida, pelo compromisso em

fornecer todas as informações necessárias para a construção deste estudo e pela responsabilidade em me ajudar a fazer tudo isso dar certo. Hoje posso afirmar que esse monte de coisas que juntamos no decorrer desta pesquisa viraram uma coisa e tanto!

*“de que valerão meus escritos
se outras não falarem
não se contarem
não dançarem
não se manifestarem
não protestarem
não se erguerem*

*de que valerão meus escritos
se eu me esquecer de direcioná-los
para aquelas que engolem silêncios a seco
que escondidas oram ao impossível
que no ônibus às cinco da manhã
fecham os olhos e sonham rumos
que focam em tapar os vergões
que nunca soltaram do peito os leões
que estão habituadas a vestir
inseguranças*

*eu que agora tenho a voz audível
não falarei por ninguém
convidarei para virem ao meu lado
para não deixarem se apagar
ou desencorajar*

*de que valerão os meus escritos
se eu não convocá-las
se eu ignorar da onde vim
se eu parar em mim”*

RESUMO

O presente trabalho está voltado para as experiências de movimentos populares periféricos, diante do financiamento de ações de promoção da saúde, a partir do modelo/lógica de empreendedorismo social. O interesse deste estudo direciona-se, especificamente, para a compreensão das estratégias locais desenvolvidas pelos sujeitos desses movimentos, diante das necessidades e problemas sociais de saúde existentes no território de ação e das mediações com propostas trazidas por projetos de financiamento de empreendedorismo social e de promoção da saúde. A unidade de estudo será o Movimento Social Maloca da Cidadania, localizado na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. É dentro deste contexto que emerge a discussão sobre o Movimento Maloca, que busca desenvolver projetos de empreendedorismo social a partir do cenário de limitação históricas de acesso a políticas públicas que acentuam-se no contexto neoliberal vigente. Partindo do princípio que o ideário e as práticas de promoção da saúde que predominam nos serviços de saúde e nos projetos de financiamento locais de empreendedorismo social acabam por reforçar o discurso neoliberal da responsabilização dos indivíduos com sua saúde, a relevância deste estudo está no comprometimento de um olhar crítico sobre estas questões e sobre como elas estão sendo inseridas no campo da saúde. Esta pesquisa busca entender em que medida o movimento social, que tem suas premissas pautadas na responsabilidade social, pode contribuir para a emancipação social, mesmo quando se articulam com projetos regulatórios. Tendo como objetivo compreender experiências de empreendedorismo social como estratégia de promoção da saúde em projetos realizados em áreas periféricas, a partir de ações do Movimento Social Maloca da Cidadania, localizado no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa, através da análise documental e de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma virtual, em decorrência da pandemia da Covid-19. O mapeamento e sistematização das informações obtidas nos permitiram pensar a lógica do empreendedorismo social e sua relação com o *modus operandi* do neoliberalismo, compreendendo os mecanismos utilizados pelo Movimento Maloca da Cidadania ao aderir a determinados projetos que adotam discursos aparentemente progressistas, mas que operam em função do mercado financeiro. Isso foi possível pois observando as narrativas existentes em seus documentos e através de entrevistas realizadas com participantes residentes do território pesquisado, observa-se uma ampla rede de apoio que fornece subsídios para o enfrentamento de problemas, além de estabelecer um parâmetro sobre os reais problemas e necessidades sociais e de saúde desta população.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Promoção da saúde. Apoio social. Construção compartilhada do conhecimento.

ABSTRACT

This study focuses on the experiences of peripheral popular movements, in the face of the financing of Health Promotion actions following the logic of Social Entrepreneurship. It aimed at understanding how these movements' subjects developed local strategies, given the needs and social problems of health amid its territory of action and considering their mediations with proposals brought by funding projects for Social Entrepreneurship and health promotion. The Maloca da Cidadania social movement was taken into analysis - it's located in a region called Baixada Fluminense, in the state of Rio de Janeiro. In this context emerged the discussion on the Maloca movement: it pursues to develop Social Entrepreneurship projects in a context marked by limited access to public policies, which are even worsened in current neoliberal historical moment. We assume that the ideas and practices of Health Promotion which predominate in health services and in local funding projects for Social Entrepreneurship end up reinforcing the neoliberal discourse of making individuals responsible for their health. So, the relevance of this study lies in the commitment of a critical look at these issues and how they are being inserted in the field of Health. This research seeks to understand to what extent a social movement based on social responsibility can contribute to emancipation, even when it is related to regulatory projects. It analyses experiences of Social Entrepreneurship as a strategy of Health Promotion in projects carried out in peripheral areas of Pantanal neighborhood in Duque de Caxias - RJ, where Maloca da Cidadania works. A qualitative approach was carried out, based on document analysis and virtual semi-structured interviews, as Covid-19 pandemic occurred. Mapping and systematization of information allowed us to think about the logic of Social Entrepreneurship and its relationship with the modus operandi of neoliberalism. It also helped to understand the mechanisms used by Maloca da Cidadania when adhering to certain projects that adopt apparently progressive discourses, but in fact operate towards financial market. The narratives in their documents and interviews showed there is a wide support network that provides subsidies for coping with problems, in addition to establishing a parameter about the real problems and social and health needs of this population.

Keywords: Social entrepreneurship. Health promotion. Social support. Shared construction of knowledge.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Determinantes Sociais – Modelo de Dahlgren e Whitehead.....	37
Figura 2 -	Mobilidade Urbana.....	54
Figura 3 -	Pobreza e Renda.....	54
Figura 4 -	Saúde.....	55
Figura 5 -	Mapa dos distritos do município de Duque de Caxias.....	56
Figura 6 -	Mapa do bairro Pantanal e adjacências.....	58
Figura 7 -	Localização do Morro do Sossego no bairro Pantanal - DC.....	58
Quadro 1 -	Caracterização dos entrevistados.....	60
Quadro 2 -	Caracterização das principais Redes da Maloca da Cidadania.....	91
Quadro 3 -	Problemas de saúde do território segundo os entrevistados integrantes da Maloca.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
BF	Baixada Fluminense
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CONEP	Comissão Nacional de Ética e Pesquisa
CNDSS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COMCAT	Comunidades Catalisadores
CUFA	Central Única das Favelas
DC	Duque de Caxias
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRME	Instituto da Mulher Empreendedora
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queers, Pansexuais, Agêneros, Pessoas não binárias e Intersexo
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Micro Empreendedor Individual

MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OSC	Organização da Sociedade Civil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica da Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	QUESTÃO	26
2.1	PRESSUPOSTO.....	26
2.2	JUSTIFICATIVA.....	27
3	OBJETIVOS	29
3.1	OBJETIVO GERAL.....	29
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	29
4	REFERENCIAL TEÓRICO	30
4.1	EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SAÚDE COLETIVA.....	34
4.2	PROMOÇÃO DA SAÚDE, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E APOIO SOCIAL.....	36
4.3	DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA, NECESSIDADES DE SAÚDE E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE.....	44
5	CAMINHOS METODOLÓGICOS	49
5.1	DESENHO DO ESTUDO.....	49
5.2	CENÁRIO E SUJEITOS DO ESTUDO.....	52
5.3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	60
6	ASPECTOS ÉTICOS	67
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
7.1	DONA MALOCA – A GÊNESE E O GÊNERO DO COLETIVO MALOCA DA CIDADANIA.....	70
7.2	“CAIU NA REDE É PEIXE” – MALOCA DA CIDADANIA, SEUS PROJETOS DENTRO DO TERRITÓRIO E SUAS ARTICULAÇÕES EXTERNAS.....	86
7.2.1	WOW: Maloca no mundo!	104
7.2.2	ATADOS: Elos, laços e nós. Será?	110
7.2.3	ASPLANDE: Impacta, mulher!	113
7.2.4	CIEDS: Fazedores do bem – sem olhar a quem (?)	116
7.2.5	“Pense Grande” como a Fundação Telefônica! (contém ironia)	118
7.2.6	“Ela pode” (!)	122

7.2.7	A favela é sustentável!.....	125
7.2.8	A Relação Cufa e Maloca diante de um novo inimigo nas periferias: a Covid-19.....	128
7.2.9	Projeto Mesa Brasil – “A fome entra em pauta no Governo”.....	131
7.2.10	Lei Aldir Blanc – Maloca no mapa cultural de Caxias.....	134
7.3	PROBLEMAS E NECESSIDADES DE SAÚDE NO TERRITÓRIO: O OLHAR DAS (DOS) INTEGRANTES DA MALOCA.....	136
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	151
	APÊNDICE A – FLUXOGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS.....	162
	APÊNDICE B – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	163
	APÊNDICE C – QUADRO DE PROJETOS.....	166
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: NECESSIDADES E PROBLEMAS DO TERRITÓRIO.....	168
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	169
	APÊNDICE F – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL.....	172
	APÊNDICE G – TERMO DE COLABORAÇÃO.....	173

APRESENTAÇÃO

*Caminhante não há caminho,
se faz caminho ao andar...*

(MACHADO, A., 1983)

Histórias de lutas sempre foram motivo de grande inspiração para mim. Muito mais do que “desfechos” – vitórias e finais felizes – o que de fato me atrai são as trajetórias. Diante deste olhar atento às mais variadas estradas da vida, considero-me cercada de narrativas fascinantes.

Escolho iniciar este trabalho apresentando-lhes um pouco da minha história de vida, pois é daí que surgem as motivações para estudar este tema. Sou filha de pai paraibano, negro, homem forte, de pouquíssimas palavras e que, mesmo desempregado durante parte de minha infância/ adolescência, sempre investiu na educação de suas filhas. Minha mãe veio de Vitória da Conquista (Bahia) aos treze anos de idade para trabalhar no Rio em “casa de família”. Mulher doce, tímida e com um coração do tamanho do céu. Não consigo sequer imaginar o quanto sofreu, por quantas opressões precisou passar, até chegar aos dias de hoje e ter a honra de ver sua filha caçula em um mestrado e sua mais velha acadêmica de Enfermagem.

Nasci na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e vivi até meu primeiro ano de idade no bairro da Vila Kennedy. Após anos e anos de muito trabalho, através do benefício do FGTS de meus pais, foi conquistado o sonho da casa própria. E a partir desta conquista, partimos para o bairro de Jardim Meriti, localizado na cidade de São João de Meriti, município da Baixada Fluminense.

Foram vinte e sete anos da minha vida neste lugar. Fui do Ensino Fundamental até o Ensino Médio no mesmo colégio particular, onde mais uma vez testemunhei o empenho de meus pais em garantir o que, para eles, era considerado um ensino de qualidade. Me formei em 2008, e logo ingressei em meu primeiro emprego como recepcionista em uma clínica no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio. Meu trajeto até o local de trabalho durava duas horas: um ônibus de aproximadamente vinte minutos até a estação da Pavuna e depois o metrô, que durava em média uma hora e meia até meu destino na Praça Saens Pena.

Um percurso desgastante, condução sempre lotada, vagões sem ar condicionado e uma inquietação surgia: É isso o que quero para mim? Ousaria uma jovem moradora da Baixada sonhar em algo melhor? É claro que, aos 20 anos, não conseguia entender com tanta clareza a forma como se estruturavam tais injustiças, entretanto nunca considerei “normal” alguém gastar quatro horas do seu dia no trânsito. E, convenhamos, São João de Meriti fica a 30 km da Tijuca.

Por me interessar em compreender melhor as interações humanas e sua relação com o meio e por me considerar alguém com uma escuta empática, decidi cursar Psicologia. Pedi a meu pai um suporte financeiro para dividirmos a mensalidade e cursar o Ensino Superior (dentro de minha realidade nunca pareceu possível me graduar em uma universidade pública, era como se eu não pertencesse àquele lugar). Mesmo ao reconhecer meu privilégio branco em um país estruturalmente racista e ter uma formação familiar consolidada e totalmente incentivadora, identifico outros enfrentamentos por ser mulher em uma sociedade machista, de classe média baixa no contexto neoliberal em que estamos inseridos e, não menos importante, pertencente a um território estigmatizado onde o descaso e a precarização dos serviços públicos impera.

Foram cinco anos de muitas construções e desconstruções, pois mesmo se tratando de uma instituição privada, o curso estimulava o compromisso social e um dos principais eixos de sua grade acadêmica focava na violência e na saúde. Por localizar-se no bairro de Bonsucesso, bem próximo a Manguinhos, me aproximei deste universo chamado Fiocruz, e logo após minha graduação me inscrevi em cursos de inverno na ENSP até chegar ao curso de Especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social no ano de 2017. Percebi que sim, pertencço àquele lugar, e que uma educação pública de qualidade é um direito meu e de toda população brasileira.

Sem dúvidas esta especialização foi um divisor de águas em minha vida. Estudei autores maravilhosos e simplesmente me apaixonei pelos conceitos que abrangem a saúde pública brasileira. E é então neste espaço que sou apresentada a assistente social e umas das lideranças do movimento social em que esta pesquisa pretende atuar. Uma pessoa maravilhosa que tive o privilégio de conhecer e compartilhar afeto.

Neste curso era tudo tão estimulante para nós que nossa volta pra casa, nos trens da Supervia, sempre se tornava uma extensão do conteúdo aprendido em sala de aula. Compartilhávamos, além do conhecimento adquirido, as vivências de estudantes moradoras da Baixada Fluminense e seus atravessamentos. E acredito que sentimos na pele a responsabilidade de estudar nossa gente, nosso território.

Entendo que a Baixada não seja uma só, falo disso mais à frente durante o desenvolvimento deste projeto. Mas o fato é que mesmo sendo muitas, todas possuem pontos convergentes, principalmente em relação aos seus estigmas e o descaso por parte do Estado.

Logo após o término desta especialização, é fundado, pela minha companheira de viagem, o movimento social denominado “Maloca da Cidadania”. Situado no bairro Pantanal em Duque de Caxias, mais precisamente no Morro do Sossego, lugar onde esta líder

comunitária viveu durante muitos anos de sua vida com sua família. Conhecida na região por ser líder religiosa em uma igreja evangélica, a assistente social já realizava ações comunitárias no território e em seu entorno. Em uma de nossas conversas, me contou brevemente sobre o histórico de seus familiares em promover redes de solidariedade e apoio social entre vizinhos e a quem necessitasse de ajuda.

Com esse mesmo propósito surge a Maloca, ou como algumas participantes, em sua maioria mulheres, o chamam: Dona Maloca. Isso porque em muitos casos, as que buscam informações sobre o projeto não sabem ao certo a quem procurar, a maioria chega ali por indicação de outras pessoas. As voluntárias do movimento tornam-se uma espécie de Donas Malocas, aquelas que estão dispostas a receber as mais variadas demandas apresentadas.

Me aproximo do projeto com base no que vejo nas redes sociais. Presenciar o sonho desta pessoa tão querida por todos sendo colocado em prática e testemunhar sua efetividade, emerge meu desejo de apreender as trajetórias existentes ali. Realizar esta pesquisa propicia a oportunidade de me aproximar da compreensão de processos sociais estruturais da saúde a partir dos relatos dessas mulheres, suas histórias de luta e seus modos de viver, que estão atrelados às condições de saúde e, principalmente, as resistências que contribuem para o enfrentamento destas e de outras adversidades que possam surgir pelo caminho.

Minha história de vida vai ao encontro da história de vida dessas mulheres, portanto não pretendo no decorrer deste estudo demonstrar imparcialidade. Em seu livro “Educação e Mudança” publicado em 1979, Paulo Freire já dizia: “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”¹. Sendo assim, reconhecer todas as questões que permeiam os diferentes modos de se viver, assumir um posicionamento frente à moralidade da ciência que a todo o momento nega a subjetividade no meio científico, refletir sobre o modelo neoliberal e suas formas de produção de desigualdades e identificar os dispositivos de resistência diante da realidade em que estamos inseridos, é de total responsabilidade para quem, assim como eu, tem como inclusiva sua base ideológica.

¹ Eduardo Moraes (2018). Disponível em: <https://acasadevidro.com/paulofreire-omitodaimparcialidade/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está voltado para as experiências de movimentos populares periféricos, diante do financiamento de ações de promoção da saúde, a partir do modelo/lógica de empreendedorismo social. O interesse deste estudo direciona-se, especificamente, para a compreensão das experiências de empreendedorismo social como estratégia de promoção da saúde em projetos realizados em áreas periféricas, a partir de ações desenvolvidas pelos sujeitos desses movimentos.

A unidade de estudo foi um movimento social localizado na região da Baixada Fluminense (BF), no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Trata-se de um coletivo popular localizado em área periférica no município de Duque de Caxias (DC), onde as condições de vida, produzidas historicamente por uma ação limitada do Estado para a garantia dos direitos sociais básicos da população, são bastante precárias.

Apesar do caráter estigmatizante que a Baixada Fluminense carrega, principalmente em relação ao sistema representacional hegemônico que a caracteriza como uma região periférica no sentido territorial e cultural, é importante ressaltar que a mesma apresenta-se de forma dinâmica, podendo ser representada por diversas “Baixadas Fluminenses” (ENNE, 2013).

Destaca-se que, apesar de responsável por parte importante do capital gerado pela instalação e funcionamento de indústria, comércio e serviços do ERJ e para o país, a BF é também onde reside um contingente populacional de trabalhadores e trabalhadoras que não têm acesso ou são precariamente atendidos por políticas públicas necessárias à proteção da vida. Direitos básicos como saúde, educação, saneamento, habitação, transporte e emprego são bastante limitados.

Duque de Caxias é um exemplo disso. De acordo com Dias (2017), o município localizado na BF se configura em uma zona estratégica para interesses econômicos, por estar situado no entroncamento de algumas das rodovias mais importantes do Estado e do Brasil. Além disso, segundo o autor, a partir dos anos de 1940 um importante polo industrial é criado próximo à rodovia Rio-Petrópolis, apresentando sinais de uma disseminação produtiva antes concentrada na metrópole do Rio de Janeiro. Ao reunir certo nível de desenvolvimento industrial na região, o município possui capacidade centralizadora sobre outros municípios da Baixada Fluminense, concedendo-lhe assim um grau de autonomia e poder de articulação frente aos outros subespaços ao seu redor.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD contínua (IBGE, 2017), os trabalhadores formais de DC constituem renda média mensal de até 2,8%

salários mínimos, à medida que a capital do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, é de 4,1% salários mínimos. Ademais, enquanto o percentual da população do Rio de Janeiro com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo é de 31,4%, o percentual de Duque de Caxias equivale a 37,8%. Embora os níveis entre esses dois municípios ainda sejam considerados desproporcionais, nota-se que os índices do município vizinho de Belford Roxo, por exemplo, se mostram bem inferiores. Seus trabalhadores formais apresentam uma renda média mensal de 2,2% salários mínimos e o percentual de sua população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo é de 39,3%.

Assim, ressalta-se que, mesmo tendo uma posição de destaque para a economia do ERJ e para o país, a população do município de DC sofre com enormes desigualdades sociais decorrentes de injustiças sociais históricas, particularmente nos territórios periféricos. Dias (2017), ao apresentar os dados do IBGE que se referem ao último censo realizado em 2010, declara que o município se encontra na segunda colocação estadual no ranking do PIB, contendo valores econômicos proporcionais a 32 bilhões de reais, e boa parte se deve à chegada de diversas empresas na região, principalmente a partir da década de 1990.

Contudo, uma grande parcela de sua população, especialmente a que vive nas periferias da cidade, não se beneficiam desta riqueza. Problemas sociais como o desemprego e dificuldades no acesso à saúde, educação, saneamento básico, habitação, dentre outros, são frequentes. Ou seja, mesmo gerando riquezas, o município não é capaz de distribuí-las de maneira equânime para seus cidadãos.

O território de Duque de Caxias é dividido em quatro distritos: 1º - Duque de Caxias, 2º - Campos Elíseos, 3º - Imbariê e 4º - Xerém, que por sua vez se dividem em diversos bairros. O bairro Pantanal está localizado no 2º distrito, que é famoso por situar a terceira maior refinaria de petróleo da Petrobrás do país, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). Ao descrever o cenário econômico do município, Simões (2007, p. 229-230) afirma que:

[...] nos distritos de Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, se instalaram bairros populares originários de loteamentos ocupados recentemente, marcados pela precariedade de serviços e habitados por uma população de baixa renda. [...] Os bairros com a melhor qualidade de vida são, os mais antigos, próximos estação de Duque de Caxias e os de pior qualidade são as áreas de favelas e os que se formaram de recentes loteamentos populares, localizados nos distritos de Campos Elíseos, Xerém e Imbariê.

Segundo Tenreiro (2016), a moradia é um dos maiores problemas identificados no município, onde constata-se uma grande quantidade de localidades com predomínio de habitações em condições “subnormais”. Localizado no Pantanal, lugar onde situa-se a unidade

deste estudo, o Morro do Sossego está entre as aglomerações consideradas subnormais em Duque de Caxias de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2011).

Segundo Enne (2002), a Baixada Fluminense é constituída historicamente como um território de muita luta social e a partir da década de 1950 acentuam-se os conflitos pela terra, em consequência da ampliação de seus loteamentos e do aumento demográfico. A autora menciona movimentos reivindicatórios importantes como a luta pela criação de passarelas na Rodovia Presidente Washington Luiz nos anos 1980, dentre outras mobilizações tão relevantes quanto e que resistem até os dias de hoje, como as lutas por transformações sociais, pelo reconhecimento de sua identidade, pela preservação de seus marcos históricos e de sua memória.

Assim, de acordo com cada realidade socioeconômica, diversas histórias de luta e resistência vão se atualizando e são utilizadas por coletivos periféricos com o intuito de prover mecanismos de enfrentamento mediante a realidade em que sua comunidade está inserida. Desta forma, entender a relação entre os movimentos populares e os vínculos sociais se torna cada dia mais importante, principalmente dentro do contexto neoliberal em que a sociedade se apresenta.

A conjuntura neoliberal, contexto econômico e político que fundamenta o capitalismo na atualidade, caracteriza-se pela restrição de direitos sociais, e as obrigações atribuídas anteriormente ao Estado vão sendo substituídas por alternativas individualistas e de responsabilização dos indivíduos pelo seu próprio bem-estar social. Traz consigo, ainda, a ideia de que o empreendedorismo tem o poder de assegurar que cada indivíduo assuma como suas as metas de reprodução do sistema capitalista. Entretanto, na verdade, essas formas opressivas de comportamentos individuais se atualizam e atendem apenas aos objetivos do capital (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

Segundo Neves, Guedes e Santos (2018), o que diferencia o empreendedorismo social do empreendedorismo tradicional, seria o fato de estar direcionado às causas sociais, enquanto o outro voltado-se para o ramo empresarial e/ou corporativo e fundamenta-se nos princípios econômicos do mercado. Ainda segundo os autores, o termo deriva de uma tradução livre da palavra *entrepreneurship*, que está relacionada às ideias de iniciativa e inovação do sujeito empreendedor.

Este modelo tradicional de empreendedorismo vem sendo entendido como uma alternativa a mais diante das grandes questões econômicas e sociais que assolam o mundo contemporâneo, como o desequilíbrio econômico, recessões, geração e distribuição de renda, dentre outras. Tal afirmação parte do princípio que, ao conseguirem aumentar sua própria renda,

as pessoas conquistariam tudo dentro do mercado consumidor, mesmo não tendo seus problemas sociais e de saúde sanados por parte do Estado.

E é nessa lógica que o empreendedorismo social ganha força, inclusive (ou principalmente) nas periferias. Assim como outros autores favoráveis a este modelo, Edson Oliveira (2004) defende que, apesar do empreendedorismo social ser um conceito ainda em construção, tanto nacional como internacionalmente, ele tem se apresentado como um novo paradigma de intervenção social e enfatiza:

Nesse sentido, observamos que se trata, antes de tudo, de uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento. Observamos também que essa idéia tem de apresentar algumas características fundamentais, tais como: 1.º) ser inovadora; 2.º) ser realizável; 3.º) ser autosustentável; 4.º) envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atendida; 5.º) provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados. (OLIVEIRA, E., 2004, p. 15).

Ainda elucidando os aspectos positivos pontuados pelos adesionistas do empreendedorismo social, Coley (2019) afirma que o mesmo manifesta-se após o “sucesso” das organizações do terceiro setor, da maior participação de empresas no âmbito social e também da redução de investimentos do setor público na questão social. Conforme a autora, ele ainda se articula ao modelo econômico capitalista, mas propõe “como meta a geração de capital social, transformação de problemáticas e melhora da vida comunitária” (COLEY, 2019, p. 32).

A promoção da saúde vem sendo constituída no campo da saúde a partir da década de 1940, mas diante do contexto neoliberal que emerge entre as décadas de 1970 e 1980, ela é incorporada em seus moldes por se adequar à mesma lógica de “cada um por si” do sistema capitalista. Pereira, Penteado e Marcelo (2000), em uma breve contextualização sobre o conceito, afirmam que o mesmo surge inicialmente como uma proposta de repensar e reordenar os sistemas de saúde durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esta concepção apresenta-se inicialmente em 1945, por intermédio do médico historiador canadense Henry Sigerist, que enfatiza sua relevância para a medicina, além da prevenção de doenças, a reabilitação e o tratamento dos doentes.

Ainda segundo os autores, no ano de 1965, Hugh R. Leavell e Edwin G. Clark vão além e desenvolvem um modelo sobre a história natural do processo saúde-doença na obra intitulada “Medicina Preventiva”, apresentando a promoção da saúde como um dos níveis de aplicação

das medidas preventivas em saúde. Esta discussão é retomada no informe Lalonde² em 1974 onde, embora o mesmo tenha um foco voltado para os determinantes sociais da saúde, sua proposta se direciona a buscar soluções para os comportamentos individuais e ao estilo de vida dos sujeitos e da comunidade.

A partir da Carta de Ottawa³, foram construídas as concepções sobre a promoção da saúde que, apesar de ter sofrido algumas alterações em sua estrutura ao longo do tempo, perduram até os dias atuais.

De acordo com a definição de 1986 da Organização Mundial da Saúde (OMS):

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. (WHO, 1986, p. 1).

A primeira versão da Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS foi lançada sob a forma de portaria complementar ao Pacto pela Saúde, em 2006. Propondo ampla participação e controle social, sua versão mais recente, redefinida na Portaria nº 2.446 de 11 de novembro de 2014, tem como objetivo promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, através da ampliação da potencialidade da saúde individual e da saúde coletiva, bem como reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde provenientes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (BRASIL, 2014).

É interessante observarmos como esses objetivos moldam-se a partir de um discurso aparentemente participativo – governo em constante diálogo com os cidadãos – entretanto acabam reforçando ainda mais a necessidade por parte do Estado em induzir/impor que os indivíduos sejam responsabilizados por sua situação de saúde e levando-os a crer que seus direitos sociais não são mais garantidos (STOTZ; ARAÚJO, 2004).

Haeser, Buchele e Brzozowski (2012) apontam a autonomia como categoria central nas ações de promoção da saúde. Segundo os autores, a autonomia funciona como um determinante positivo para a saúde, pois é o que ofereceria possibilidades e habilidades individuais e coletivas suscetíveis de escolha para a população.

²Sob o nome de “A new perspective on the health of Canadians” (Uma nova perspectiva da saúde dos canadenses), o informe Lalonde foi considerado o marco inicial da moderna promoção da saúde no Canadá.

³ Documento apresentado na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizado em Ottawa, no Canadá, em novembro de 1986. É uma carta de intenções que busca contribuir com as políticas de saúde em todos os países, de forma equânime e universal.

Entretanto, fica um questionamento: como ter autonomia e controle sobre a vida, se cada vez mais o Estado nega direitos conquistados historicamente e não provém políticas públicas que possibilitem o mínimo de dignidade e qualidade de vida? Que escolhas podem ser feitas numa situação de pouca, ou inexistente, provisão de políticas públicas que garantam proteção coletiva?

Robert Castel em sua obra intitulada ‘As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário’ aponta que: “Vive-se mais à vontade a própria individualidade à medida que esta se apoia em recursos objetivos e proteções coletivas” (CASTEL, 1998, p. 609). Essa afirmação permite pensar que o problema da mobilização social em saúde não estaria apenas no fato de atribuir aos indivíduos a responsabilização pelo seu estado de saúde. O problema se encontra no fato de não considerar que a responsabilidade individual é limitada pela presença (ou não) de suportes sociais/coletivos que possibilitem o desenvolvimento de um “individualismo positivo” (CASTEL, 1998 apud OLIVEIRA; VALLA, 2001, p. 87).

Esta crítica, então, se refere à relação de autonomia e dependência entre indivíduo e sociedade. A intenção seria fortalecer a individualidade a partir da disponibilidade de suportes coletivos e não eliminá-la. Tais suportes incluem que o exercício de uma individualidade saudável, como os bens materiais, além dos bens espirituais tais quais a compaixão, a solidariedade, o respeito - que também dão sustentação à ação. Portanto, de acordo com Oliveira e Valla (2001, p. 87):

Quem se (pré)ocupa, cuida. Cuidar implica agir junto. Nesse agir conjunto, a racionalidade técnica em estado bruto perde sentido: atuar junto exige ser respeitado em seus desejos e projetos de vida, que é quem de fato é capaz de colocar nossos corpos em movimento.

Diante dessas indagações, o conceito de promoção da saúde vem sendo problematizado progressivamente por alguns autores brasileiros e latino americanos, principalmente pelo fato de corroborar com uma proposta que opera sob uma visão capitalista de responsabilização dos indivíduos por suas próprias vidas, regulando corpos e vidas, e dificultando processos de emancipação.

Com o Estado retirando, pouco a pouco, suas responsabilidades de proteção coletiva, estas apresentadas através de políticas públicas e também por meio da flexibilização do mundo do trabalho, ganha força então a ideia de empreendedorismo de si mesmo.

Barbosa (2011) propõe uma discussão a respeito desta tentativa do sistema neoliberal em construir a imagem do empreendedor de si mesmo como um indivíduo capaz de vencer as

incertezas e inseguranças da vida social, sendo ele mesmo responsável por sua condição de empregabilidade. Para isso, entretanto, são fomentadas estratégias de flexibilização produtiva. Ou seja, a partir do enfraquecimento da capacidade de mobilização coletiva da classe trabalhadora, o mercado tem liberdade para agir sem as amarras impostas por demandas sociais coletivas que possam impedir sua livre expansão.

Desta forma, o que está em evidência é “ [...] um novo tipo de individualização, em que os indivíduos passam a perceber-se como desvinculados de qualquer projeto coletivo comum, pois lhes é total ou parcialmente negada a inserção social baseada no reconhecimento de direitos sociais [...]” (BARBOSA, 2011, p. 124).

Essa concepção, reforçada por uma ideia de autonomia absoluta sem proteção coletiva, ganha força na conjuntura atual, onde a população encontra-se submetida à representação de que são eles mesmos que precisam encontrar saídas para as questões que permeiam suas vidas. A população, se vê diante de propostas que estimulam o financiamento de projetos voltados para o empreendedorismo social onde, a forma regulatória do qual este modelo deriva-se, parte do princípio de que não existem saídas possíveis para seus problemas e necessidades a não ser render-se ao sistema que os oprime, ao invés de lutar por seus direitos outrora garantidos.

Autores como Stotz e Araújo (2004) e Porto e colaboradores (2016) questionam os projetos de promoção da saúde voltados para os países de economia periférica, seu significado na vida das pessoas e sua inversão nas propostas de participação popular, onde retira-se o propósito da promoção da saúde como lugar de pressão ao Estado no que se refere à sua intervenção em investimentos públicos para garantia de direitos sociais e o coloca em um lugar que transfere ainda mais responsabilidade aos indivíduos. A forma gerencialista⁴ em que este conceito opera, contribui ainda mais para a construção de um Estado mínimo e, buscando saídas dentro desta realidade iminente, a comunidade tenta encontrar meios para sua sobrevivência.

Com base nessas constatações, este projeto busca compreender como movimentos sociais e coletivos organizados de periferias, em especial o movimento social Maloca da Cidadania, se inserem em projetos de empreendedorismo social e como eles se articulam com ações de promoção da saúde em seus territórios.

⁴ A ideologia do gerencialismo estabelece-se no setor saúde a partir da concepção sobre os modos de viver da população relacionados a práticas individualistas, de culpabilização e responsabilização dos sujeitos sobre sua saúde, fundamentados pelas premissas do modelo econômico neoliberal. Bem como se apresentam através da expansão de políticas focais, que naturalizam a restrição dos direitos sociais, prezando a neutralidade científica, estipulando metas para os profissionais e pesquisadores em saúde e sistematizando práticas e relações institucionais (CASTIEL; XAVIER; MORAES, 2016).

Assim, torna-se relevante refletir como, no desenvolvimento desses projetos, aspectos relativos à participação popular na luta por direitos sociais de cidadania ganham ou perdem relevância. Políticas de saúde, de educação, de saneamento, transportes, segurança, e outros relativos à proteção coletiva dos grupos sociais que habitam esses territórios, são relevantes para esses projetos? Em que medida, os atores coletivos desses movimentos reinventam, ou podem reinventar, as propostas originais de promoção da saúde baseadas no empreendedorismo social, oferecidas pelos financiadores?

Mediante a identificação desta problemática, antes de apontarmos pressupostos sobre como esta máxima exerce seu papel nas atuações do movimento social, precisamos conhecer quais são as necessidades e problemas de saúde das pessoas deste território. As necessidades sociais de saúde dos indivíduos se manifestam através da expressão histórica de movimento que consideram injustas determinadas condições sociais. É necessário que seja levado em consideração o que os mesmos pensam sobre seus próprios problemas de saúde e as soluções que encontram através de suas experiências, de suas trajetórias de vida. Uma relação dialética entre a dimensão individual e a dimensão social é estabelecida diante do reconhecimento de suas potencialidades, tendo em vista que suas questões possuem a capacidade de comprometer, motivar e mobilizar estas pessoas (STOTZ, 1991).

Encontrar formas de resistir e lutar frente às opressões em que as populações periféricas estão expostas se torna um dos grandes desafios da atualidade, esta atravessada por um modelo econômico que estrutura-se com base em uma ordem dominante e atua a partir de um modo regulador na sociedade, onde cada vez mais direitos sociais anteriormente garantidos são enfraquecidos e os cidadãos são responsabilizados por sua situação de saúde.

É dentro deste contexto que emerge a discussão sobre o Movimento Social Maloca da Cidadania. Fundado no ano de 2018, o coletivo nasce a partir da idealização de uma Assistente Social moradora do território, e procura concentrar suas ações no “estímulo de práticas fundamentadas no conceito de Apoio Social”⁵, buscando também desenvolver projetos a partir do cenário de limitação de políticas públicas no modelo neoliberal vigente.

Programas são desenvolvidos a partir de ofertas de projetos de empreendedorismo social, como oportunidades e possíveis formas de financiamento para que sejam implantadas em suas intervenções. Sua visão está fundamentada na “criação de redes que estimulem o acolhimento, a arte, a geração de renda e a autonomia, buscando favorecer a saúde mental e o

⁵ Informação retirada da rede social Instagram do Movimento Social Maloca da Cidadania (@malocadacidadania), publicado em 22 de janeiro de 2020.

exercício da cidadania de mulheres em um território considerado periférico da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro”⁶.

Com seus valores pautados “no amor, na solidariedade, na coletividade, na simplicidade, no respeito e na igualdade”⁷, o Movimento Social Maloca da Cidadania busca ressignificar o sentido produzido por este discurso através de respostas sociais a partir da tomada de consciência de seus atores como uma forma de enfrentamento essencial frente a esta realidade imposta em nossa sociedade, que atinge principalmente as comunidades periféricas no Brasil.

⁶ Informação retirada da rede social Instagram do Movimento Social Maloca da Cidadania (@malocadacidadania), publicado em 22 de janeiro de 2020.

⁷ Panfleto do coletivo, elaborado e distribuído na data de inauguração do movimento social Maloca em 07 de março de 2018.

2 QUESTÃO

Levando em consideração as mais variadas especificidades presentes no contexto sócio-histórico das populações periféricas, como o Movimento Social Maloca da Cidadania experimenta projetos de empreendedorismo social e de promoção da saúde, financiados por empresas privadas e estimulados por instituições públicas?

E em que medida, através da construção de redes de apoio social, se articulam com projetos políticos voltados para a conquista e a garantia de direitos de cidadania em seu território?

2.1 PRESSUPOSTO

Pressupõe-se que, sem considerar a lógica central do conceito de Empreendedorismo que está enraizada nas premissas do modo operacional capitalista, que estimula modos de vida competitivas e individualistas, o Movimento Social Maloca, ao lançar mão de financiamento de projetos de empreendedorismo social, pode estar utilizando-os não somente no auxílio ao “empreendimento” de seus participantes, mas que também pode estar fazendo uso para a construção e/ou fortalecimento de redes de apoio social capazes de estimular o pensamento crítico, a cidadania, o senso de coletividade, a solidariedade e que seja capaz de potencializar a organização social e a participação popular na luta por melhores condições de vida e de saúde em seus territórios.

A partir destas considerações e diante do que nos é apresentado na realidade do mundo contemporâneo, o ato de simplesmente negar e desprezar a crescente onda do empreendedorismo social que já nos parece ser uma agenda global instituída na atualidade, não configura a melhor alternativa. É preciso analisar de que forma os considerados beneficiários dessas intervenções usufruem destes dispositivos e de que maneira eles podem reinventar suas estratégias.

Partimos do princípio que para conseguir determinados financiamentos, seja necessária certa organização para elaboração de projetos que se enquadrem no que estas organizações estipulam como metas. Tais objetivos estabelecidos por estas empresas podem, na maioria das vezes, não corresponder a um propósito coletivo de caráter emancipatório e libertador dos vínculos assistencialistas, então por este motivo, os movimentos populares que estão preocupados em estimular o exercício da cidadania precisam ser cautelosos para não perderem seu foco inicial.

2.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho pretende discorrer sobre as formas de resistência utilizadas pelo Movimento Social Maloca da Cidadania diante do atual cenário econômico brasileiro, principalmente em relação à Reforma trabalhista, a Reforma da Previdência, dos mais de 14 milhões de desempregados (IBGE, 2021) e os desmontes em diversos setores públicos.

Diante de tamanho retrocesso, onde cada vez mais os cidadãos vivenciam a perda de seus direitos sociais, a busca por uma fonte de renda e uma ocupação para suprir suas necessidades é válida e a maneira que as “Donas Malocas” encontram para contribuir com sua comunidade é totalmente justificável. E para que isto seja realizado de forma socialmente responsável e que dialogue com horizontalidade nas relações de poder com esta população, precisa-se complexificar o contexto em que o Estado se ausenta e o neoliberalismo apresenta sua lógica de mercado como única solução viável. É como se esta estrutura dominante te trouxesse o problema, e depois disso lhe apresentasse heroicamente a “saída” para eles.

Partindo do princípio que o ideário e as práticas de promoção da saúde que predominam nos serviços de saúde e nos projetos de financiamento locais de empreendedorismo social acabam por reforçar o discurso neoliberal da responsabilização dos indivíduos com sua saúde, a relevância deste estudo está no comprometimento de um olhar crítico sobre estas questões e sobre como elas estão sendo inseridas no campo da Saúde.

Corroborando com a visão acima, Mendes e Carnut (2019, p. 82) afirmam que:

Teses com intenções emancipadoras de libertação dos sujeitos, acabam caindo como uma luva para propostas conservadoras, na medida em que institui uma opressão fragmentária, uma micropolítica que reflete o individualismo e dissolve a capacidade de mobilizar para emancipar, na medida em que cria milhares de sujeitos difusos, sem identidade, múltiplos e egocentrados.

Diante disso, estimular o fortalecimento de ações coletivas no âmbito da saúde atentando-se às questões estruturais presentes na sociedade é fundamental e questionar determinados discursos que reforçam padrões científicos hegemônicos se torna de extrema relevância para que não cooperemos com o reforço de argumentos que evidenciem ainda mais a responsabilização e culpabilização do indivíduo, como é o caso da promoção da saúde regulatória e o empreendedorismo social, onde cada vez mais configura-se em uma forma contemporânea de controle social dentro da conjuntura neoliberal vigente. Promover a saúde da população de maneira emancipatória é primordial diante do cenário político-social que tenta nos regular a todo momento.

Mediante este contexto e a partir das demandas apresentadas pelo movimento social Maloca da Cidadania, onde acentuam-se questões como: independência financeira e auxílio no êxito dos empreendimentos, tendo os participantes a oportunidade de gerar renda para suas famílias e para si próprios, sobretudo devido à escassez do mercado de trabalho, o coletivo organiza o direcionamento de suas atividades para propostas voltadas para projetos de empreendedorismo social, compreendendo a necessidade de oferecer subsídios para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população de seu território diante do cenário atual.

Esta pesquisa busca entender em que medida o movimento social, que tem suas premissas pautadas na responsabilidade social, pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e livres, sem submeter-se de forma acrítica a projetos regulatórios.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender experiências de empreendedorismo social como estratégia de promoção da saúde em projetos realizados em áreas periféricas, a partir de ações do Movimento Social Maloca da Cidadania, localizado no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os projetos de empreendedorismo social realizados pelo Movimento Maloca da Cidadania, identificando ações/experiências de promoção da saúde e suas principais redes de apoio social;
- Mapear, de acordo com as narrativas dos participantes do coletivo, os principais problemas e necessidades sociais e de saúde identificados no território, bem como a atuação do coletivo Maloca diante dessas questões e frente aos projetos de empreendedorismo social adotados;
- Caracterizar as redes de apoio social e estratégias de promoção da saúde, construídas através da atuação do coletivo diante das necessidades e problemas observados no território, identificando conflitos e solidariedades existentes;
- Discutir as repercussões das experiências/práticas de promoção da saúde desenvolvidas a partir de projetos de empreendedorismo social, financiados por empresas privadas (podendo ser incentivadas também por órgãos públicos), diante das necessidades e problemas de saúde da população do território de atuação do Movimento Social Maloca da Cidadania.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de fazer uma aproximação teórica sobre a utilização do conceito de empreendedorismo social na saúde e buscando entender como estão sendo incorporadas as discussões a respeito do mesmo no campo da saúde, foi realizado um rápido levantamento bibliográfico sobre estudos realizados nos últimos anos contendo os temas: empreendedorismo social, saúde e movimentos sociais.

Baseado nessa investigação, podemos assim analisar como o conceito de promoção da saúde se articula aos projetos de empreendedorismo social, através de uma proposta gerencialista dos problemas e da vida das pessoas. Dentro do campo da Saúde Pública, existe uma disputa do ponto de vista de um modelo teórico metodológico, caracterizado como o modelo dos Determinantes Sociais da Saúde – DSS.

Embora o mesmo traga os aspectos sociais como um importante elemento no campo da saúde, os DSS buscam gerenciar fatores sociais, mas não consideram o contexto da produção histórica das situações de saúde de distintos grupos sociais e as estratégias dos sujeitos e dos coletivos para o enfrentamento de seus problemas e necessidades. Esse assunto será aprofundado mais a frente durante a discussão de nosso referencial teórico.

Este será o ponto de partida para refletirmos sobre a relevância da pesquisa que iremos realizar. Como se trata de um estudo situado na área da Saúde Pública, é importante salientar que este trabalho está fundamentado no entendimento de saúde que considera o contexto sócio-histórico do processo saúde-doença (SABROZA, [2004?]), buscando a superação do reducionismo presente no conceito tradicional de saúde que limita-se à mera ausência de doenças.

Tentaremos aqui pensar o conceito de saúde a partir da compreensão da produção social dos indivíduos e coletividades, preservando assim o conceito de Determinação Social da Saúde, estruturado nas bases da epidemiologia social latino-americana (BORGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018). Sem ignorar a importância da dimensão biológica de reprodução da vida e sem excluir a subjetividade inerente aos seres humanos que podem interferir em suas condições de saúde, a intencionalidade deste estudo volta-se para a inclusão de um importante fator que também compõe o processo de determinação social da saúde: a reprodução social.

De acordo com Pedro Luis Castellanos (1997), o processo de produção e reprodução social existentes nas relações entre a situação de saúde e as condições de vida compreende a realidade natural e social em que as pessoas vivem e com a qual elas trabalham. São consideradas dimensões do processo de reprodução social: a reprodução dos processos

biológicos – que derivam-se do potencial genético e imunológico; os processos ecológicos – relacionados ao meio-ambiente residencial e ao trabalho; os processos da reprodução da consciência e da conduta – que seriam os determinantes culturais, os hábitos e formas de conduta, estes relacionados ao estilo de vida individual e em grupos; e por fim os processos econômicos – as formas de articulação entre a produção, distribuição e consumo de bens e serviços (CASTELLANOS, 1991).

Ainda segundo o autor, a situação de saúde é caracterizada pelo conjunto de problemas e necessidades de saúde de uma determinada parcela da população, sendo fundamental estabelecer a diferenciação entre estes conceitos. A concepção de problemas de saúde deve ser definida diante de abordagens mais complexas e são configuradas pela escolha de prioridades envolvendo a subjetividade individual e coletiva dos sujeitos em seu território. Enquanto as necessidades de saúde são formuladas a partir da mediação de análises e procedimentos objetivos propostos por demandas oriundas da própria população. Entretanto, ele ressalta que caso estas concepções sejam vistas por meio de uma noção individualizante da saúde, dificultará a percepção e o entendimento dos fenômenos relevantes na área, como é o caso das diferentes situações de saúde entre os variados grupos populacionais e as iniquidades sociais no campo da saúde (CASTELLANOS, 1997).

Sendo assim, é primordial observar a forma como a área da Saúde Pública pode estar incorporando o conceito de empreendedorismo social, com pouca ou nenhuma criticidade e desconsiderando a forma em que ele opera na sociedade capitalista. Stotz e Araújo (2004) nos alertam sobre como a promoção da saúde pode exercer o sentido de transferência de responsabilidade e o empreendedorismo social acaba reproduzindo este mesmo sentido pois, apesar deste teoricamente possuir um caráter coletivo, com o intuito de produzir bens e serviços à comunidade (OLIVEIRA, E., 2004) torna-se limitado, pois reproduz o mesmo discurso individualizante de transformação social a partir da autonomia e empoderamento dos indivíduos e coletividades, ao invés de reforçar e legitimar o debate a respeito da obrigação do Estado em garantir os direitos da população.

Diante disso, foi realizado um levantamento exploratório como forma de fazer uma aproximação do assunto, verificando como está sendo tratado na literatura da saúde no Brasil. Mediante uma revisão realizada nos sites da BVS (Brasil) – Biblioteca Virtual em Saúde⁸ e

⁸ Portal que funciona como parte integrante da Biblioteca Virtual em Saúde para América Latina e Caribe, contendo em suas bases indexações do que é considerado saúde e atuando como um elemento importante da Organização Pan-americana da Saúde (<http://bvssalud.org/>).

Scielo - Scientific Electronic Library Online⁹ em 30 de abril de 2020, se tornou possível acessar em que medida esses conceitos estão sendo abordados no meio científico e acadêmico. No **Apêndice A** apresentamos o processo da busca através do **Fluxograma de identificação e seleção dos trabalhos**.

A partir disso, foram identificadas algumas características dos mesmos, conforme apresentado na Tabela 1 - Características dos estudos (**Apêndice B**), que se refere ao **Levantamento Bibliográfico**. Este quadro visa ilustrar a forma como as pesquisas abordam a temática do empreendedorismo social no campo saúde e nos movimentos sociais no Brasil.

Não se trata de uma busca aprofundada, a intenção deste sucinto levantamento bibliográfico foi apenas identificar como a maioria dos trabalhos que estão sendo produzidos na área de saúde, constituindo um elemento importante de formação dos estudantes, estão sendo tratados sem uma visão crítica adequada diante do contexto sócio-histórico da população.

Nesta análise sobre as principais características dos trabalhos selecionados, foi possível identificar que a maioria dos artigos utilizam o conceito de empreendedorismo (algumas obras não empregam o termo social, mas reconhecemos o caráter social imbricado ao pensamento proposto por eles) relacionando-o como uma alternativa diante dos problemas de saúde enfrentados pela população.

A questão é que a maioria destes estudos incorporam acriticamente projetos de empreendedorismo social e o entendem como forma de transformação social e de mudança da vida sem olhar para os aspectos de controle social e de regulação da vida das pessoas. O aspecto social é considerado nesses trabalhos, no entanto, a forma de enfrentar o problema social não é uma participação popular ativa, no sentido de inverter investimentos públicos de políticas sociais.

Constata-se que, em especial, os estudos desenvolvidos na área de Enfermagem, levando em consideração o grande protagonismo destes profissionais na APS - Atenção Primária à Saúde e seus trabalhos nos territórios, estão dentro de um processo informativo onde dão muita importância pra projetos de empreendedorismo social, e os reconhece como um instrumento capaz de “[...] protagonizar novas possibilidades de intervenção social” (BACKES; ERDMANN, 2009, p. 247). Nesta busca, inclusive, detectamos um Grupo de Estudos e Pesquisa voltado para o empreendedorismo social da Enfermagem e Saúde, onde foram

⁹ Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, que passa a contar com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a partir de 2002 (<https://www.scielo.br/>)

publicadas a maioria destes trabalhos que indicam as práticas do empreendedorismo social como uma potente intervenção social no âmbito da Saúde.

Também foi possível identificar que tais práticas têm sido utilizadas não só nas instituições privadas, mas também vem expandindo-se para APS. Há propostas para implementação de políticas públicas voltadas para o envelhecimento da população e os desafios da prática cotidiana da enfermagem aos idosos, onde propõe-se estratégias de “[...] empreendedorismo social para desenhos inovadores alternativos ou complementares de serviços gerontogerítricos” (GONÇALVES, 2010, p. 507). Neste estudo, a autora afirma que o setor privado já incorpora ações empreendedoras diante das necessidades de saúde da população idosa e que o conceito deve ser aplicado também no setor público. Isto é, diante do cenário de retirada de direitos previdenciários que estamos inseridos, sendo descartadas medidas de proteção social para pessoas idosas, a solução seria propor estratégias que proporcionem um “viver mais saudável” (GONÇALVES, 2010, p. 516) a partir de proposições gerencialistas de cuidado.

Identificamos também um estudo dirigido ao campo da Saúde Mental que afirma: “O empreendedorismo tem contribuído para manter o equilíbrio interno e externo e estabelecer o ponto de encontro entre desejos e realidades, assim como para a formação de sua identidade e para a ampliação de sua consciência” (CONTI; FARIA, 2017, p. 241). Logo, exclui-se todo sofrimento psíquico que pode ser ocasionado pela perversidade capitalista e transforma o Empreendedorismo em um grande potencializador da qualidade de vida dos indivíduos.

No decorrer da busca, verificou-se apenas um artigo que foi capaz de levantar críticas ao modelo econômico vigente e este foi publicado em uma revista de saúde coletiva. O estudo de Viana e Silva (2018), problematiza a forma com as políticas públicas de inspiração neoliberal colocam em situação de risco grandes contingentes populacionais e enfatiza a ideia de saúde como um direito de proteção social. Desta forma, ao nos depararmos com tamanho desconhecimento por parte dos outros trabalhos que contém esta temática, enfatiza-se ainda mais a relevância para se estudar o tema e problematizar a maneira como os mesmos são apresentados para a sociedade.

Nos subitens a seguir, exploraremos a forma como estes conceitos são estruturados em nossa sociedade, procurando analisar sua construção histórica, sua imbricação com o campo da saúde coletiva, as críticas ao modelo regulatório da saúde que opera em função deste sistema opressor e, por fim, os possíveis diálogos e saídas encontradas diante das desigualdades produzidas em face desta realidade.

4.1 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SAÚDE COLETIVA

Para iniciarmos esta discussão, é necessário entender de que forma o conceito de empreendedorismo se constrói historicamente. Segundo Coley (2019), a ideia de empreendedorismo tem origem no próprio surgimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, com a valorização da proatividade do homem moderno orientada para fins econômicos. A autora elucida que o desenvolvimento do capitalismo que conhecemos hoje desenvolve-se na metade do século XIX, com transformações no estilo de vida, sobretudo na sociedade ocidental, onde um individualismo possessivo e excludente é preconizado e, no que se refere ao mundo do trabalho, provoca mudanças principalmente nas formas de emprego, reconfigurando questões como as relações interpessoais, sociedade, economia, tecnologia e política.

Segundo Viana e Silva (2018), o modo contemporâneo de existência do capitalismo configura-se através do neoliberalismo, é determinado por uma forte tomada do Estado pelas forças do mercado e das finanças e emerge como resposta para crises em diversos países em todo o mundo, ascendendo na década de 1970 nos Estados Unidos da América.

De acordo com Duménil e Lévy (2007, p. 2):

Pode-se definir o neoliberalismo como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira [...].

Adquirindo maior visibilidade nos anos de 1990, o termo “neoliberal” associa-se, de acordo com Viana e Silva (2018), a uma mudança decisiva em direção aos mercados a partir dos anos 1980, sendo adotados inclusive por muitos políticos de centro-esquerda alguns dos programas centrais do neoliberalismo, tais como: desregulação, privatização, liberalização financeira e empreendedorismo individual.

Conforme declaram Paim e Almeida-Filho (1998, p. 301):

A “nova ordem mundial” que se instaura na década de oitenta, inspirada no neoliberalismo, provoca uma marcante fragilização dos esforços para o enfrentamento coletivo dos problemas de saúde. Particularmente, nos países de economia capitalista dependente, a opção pelo “estado mínimo” e o corte nos gastos públicos como resposta à chamada “crise fiscal do estado” em muito comprometem o âmbito institucional conhecido como saúde pública.

Operando como uma forma de produção dominante, o neoliberalismo apresenta um feroz avanço no Brasil e na América Latina nos últimos anos, trazendo graves consequências para a saúde da população. Desconsiderando o contexto sócio-histórico e político dos países latino-americanos, marcados pela desigualdade social, governos democraticamente eleitos ou por meio de golpes destituem direitos conquistados diante de muita luta pelo povo, desmontam sistemas universais de saúde e promovem reformas que são a própria determinação social da doença (BORGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018).

Sendo assim, emerge no campo da saúde a discussão sobre o âmbito público-coletivo-social que, ainda segundo os autores, se configura na construção do que entendemos hoje como Saúde Coletiva no Brasil e Medicina Social no restante da América Latina. Com seu marco conceitual embasado em elementos significativos como “a superação do biologismo dominante, da naturalização da vida social, da sua submissão à clínica e da sua dependência ao modelo médico hegemônico” (PAIM; ALMEIDA-FILHO, 1998, p. 310), o campo da Saúde Coletiva reforça a importância de debates políticos, o fortalecimento de ações coletivas e a articulação entre a saúde e a estrutura social.

Em decorrência da conjuntura neoliberal em que a sociedade ainda se encontra, o conceito de empreendedorismo social é apropriado na área da Saúde na tentativa de estabelecer ligação entre o mercado e as questões sociais que nos atravessam. No entanto, será mesmo possível que se articule um diálogo entre a Saúde Coletiva e este que, historicamente, desponta de um sistema que produz desigualdades, que individualiza os sujeitos sem oferecer-lhes os recursos necessários para sua dignidade e que ainda os responsabiliza pelo seu adoecimento?

Em uma contextualização genérica sobre o tema, alguns autores regem seus estudos a partir do marco teórico positivista que reconhece o mérito das façanhas empreendedoras diante do cenário atual. Mesmo não compactuando com alguns de seus ideais, será importante elucidar os pensamentos que esses estudiosos utilizam, como forma de compreendermos melhor a questão levantada.

Ao descrever a conceituação do termo empreendedorismo social, Rosolen, Tiscoski e Comini (2014) apontam que tais iniciativas que operam na lógica do mercado, mas com objetivos de gerar valor social são utilizadas por empresas como uma solução para a transformação social frente a problemas relacionados à desigualdade social, desemprego, dentre outros. Geralmente utilizam de seu capital financeiro para financiar determinadas iniciativas não governamentais como as Organizações Não Governamentais (ONGs), coletivos populares, projetos e movimentos sociais em territórios periféricos e ainda possuem incentivo fiscal em seus impostos.

Casaqui (2015) reconhece que o empreendedorismo social se solidifica nos moldes do capitalismo neoliberal, atuando como uma espécie de “subversão revolucionária”, visto que não possui a capacidade de abalar as convicções estabelecidas por este sistema, atuando em prol de um benefício próprio visando o lucro por meio de uma “imagem solidária”. Além disso, cria-se a ideia falaciosa de que é possível romper com o ciclo da pobreza sem o suporte do Estado, e de que o trabalhador não precisa mais de garantias e de direitos trabalhistas assegurados pela Legislação.

De fato, tanto a ideia de empreendedorismo social, quanto a proposta da Promoção da Saúde regulatória enfatizam a relevância da participação da comunidade em suas ações. Entretanto, veremos mais a frente como estes argumentos podem ser superficiais, tendo em vista que, geralmente, resultam em ações com pouca transparência para a população, retirando o foco na garantia dos direitos sociais e nos investimentos em políticas públicas, tornando-se grandes aliados das forças dominantes capitalistas.

4.2 PROMOÇÃO DA SAÚDE, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E APOIO SOCIAL

Apesar de constituir-se a partir da década de 1940, a promoção da saúde desponta como concepção de saúde internacional em meados dos anos de 1970, onde enfatiza-se a modificação de comportamentos e a responsabilidade sobre os efeitos insalubres de hábitos de vida não saudáveis dos indivíduos (LALONDE, 1974), e busca respostas ao acentuado processo de medicalização da vida social, caracterizado inicialmente a um nível da atenção da medicina preventiva (LEAVELL; CLARK, 1976).

No decorrer deste processo, novas discussões foram sendo lançadas com a pretensão de ampliar o controle dos indivíduos sobre os determinantes sociais de sua saúde. A partir das definições da OMS declaradas na Carta de Ottawa¹⁰, a promoção da saúde propõe-se a ampliar as definições de saúde, procurando ser vista como um recurso para a vida, enfatizando os recursos pessoais, assim como as capacidades físicas, buscando ir além de um estilo de vida saudável e na direção de um bem-estar global (WHO, 1986).

A partir da definição de Promoção da Saúde, ganham força as questões relacionadas às condições sociais em que os indivíduos nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem. De acordo com Buss e Pellegrini Filho (2007), “Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes

¹⁰ Documento realizado a partir da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Ottawa, Canadá, em 1986.

Sociais da Saúde (CNDSS¹¹), os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78).

Durante esta discussão, os autores apresentam estudos que procuram estabelecer uma relação entre os DSS e as iniquidades em saúde da população. Para corroborar sua visão, trazem o *Modelo de Dahlgren e Whitehead*¹² que caracteriza-se como uma figura que organiza os DSS em diferentes categorias, onde disponibilizam-se camadas com características individuais de idade, sexo e fatores genéticos e lacunas contendo os macrodeterminantes da saúde.

Figura 1 - Determinantes Sociais – Modelo de Dahlgren e Whitehead



Fonte: (CNDSS, 2006).

Garbois, Sodr e e Dalbello-Araujo (2017), a partir desta ilustração, analisam a forma como os fatores sociais são distribuídos de forma setorial, esquematizando fen menos sociais. E ainda afirmam: “A consequência de operar dessa maneira reforça a disciplinarização e a divisão do conhecimento em 'setores de saber' incomunicáveis” (GARBOIS; SODR E; DALBELLO-ARAUJO, 2017, p. 73).

¹¹ A Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS foi criada pelo Decreto Presidencial de 13/3/2006 e coordenada pelo presidente da Fiocruz na época, Dr. Paulo Buss. Teve como objetivo gerar informações e conhecimentos sobre os determinantes sociais da saúde no Brasil, contribuir para a formulação de políticas que considerem seus efeitos positivos e negativos sobre a saúde e mobilizar diferentes instâncias do governo e da sociedade civil para enfrentar os determinantes sociais da saúde no país. Foi integrada por dezessete especialistas e personalidades da vida social, econômica, cultural e científica do país, nomeados pelo Ministro da Saúde por meio da Portaria n  532, de 14 de março de 2006.

¹² Modelo dos Determinantes Sociais da Saúde proposto por Dahlgren e Whitehead e adotado pela OMS (CNDSS, 2006).

Além disso, para alguns autores, tal modelo parece não abranger em sua organização as questões estruturais da sociedade que produzem as desigualdades, sendo necessário discutir os conceitos da Determinação Social do processo saúde-doença. Nogueira (2009) afirma que a concepção dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) é reducionista e fragmentada da realidade social, pois não esboça a criticidade necessária diante da complexidade das questões de saúde.

Isso porque os DSS acabam limitando-se aos fatores causais com base em uma epidemiologia tradicional que não considera os agentes estruturais envolvidos. Sendo assim, conseqüentemente, ele autoriza este discurso e legitima o saber hegemônico do setor saúde onde não há espaço para a compreensão dos aspectos sócios-históricos e ambientais que limitam ou possibilitam a proteção da saúde e, porque não dizer a defesa da vida.

Jaime Breilh, médico sanitário equatoriano, nos ajuda a deslocar o olhar para uma visão crítica sobre como a saúde pública maneja teórica e metodologicamente aspectos relativos à produção social da saúde. Seu estudo intitulado *“Una perspectiva emancipadora de la investigación y acción, basada en la determinación social de la salud”*, publicado em 2008, aponta os aspectos positivos presentes no modelo dos Determinantes Sociais da Saúde, principalmente pelo fato de seu debate colocar em cena as questões sociais no campo da saúde.

Sobretudo, ao enfatizar a importância do conceito de Determinação Social da Saúde, Breilh propõe que possamos analisar mais criticamente os caminhos que a epidemiologia vem percorrendo e que ela possa se caracterizar como um campo de conhecimento comprometido com a vida, através de uma ação política e ética para o enfrentamento das iniquidades sociais.

O que Breilh (2006) configura como epidemiologia tradicional, diz respeito a um modelo positivista¹³ que sustenta suas bases de análise nos fatores causais e que limitam o conhecimento epidemiológico a detectar elementos apenas diante de fenômenos perceptíveis. O autor propõe então um projeto epistemológico da Epidemiologia crítica que pretende dar conta de uma nova concepção direcionada à emancipação humana, realizada a partir de um paradigma contra-hegemônico e exercendo uma crítica sobre como a epidemiologia ainda é utilizada como ferramenta de um reformismo neoliberal.

¹³“O Positivismo constitui a corrente filosófica que mantém o domínio intelectual no seio das Ciências Sociais e também na relação entre Ciências Sociais, Medicina e Saúde. As teses básicas do positivismo podem assim ser resumidas: (1) a realidade se constitui essencialmente naquilo que os sentidos podem perceber; (2) as Ciências Sociais e as Ciências Naturais compartilham de um mesmo fundamento lógico e metodológico: elas se distinguem apenas no objeto de estudo; (3) existe uma distinção fundamental entre fato e valor: a ciência se ocupa do fato e deve buscar livrar-se do valor” (MINAYO, 2014, p. 81).

Desta forma, para pensar uma Saúde Coletiva que contemple a construção de uma perspectiva emancipadora e que mantenha suas práticas voltadas para de transformação em saúde, antes precisamos compreender melhor as categorias de análise que se referem às especificidades individuais e coletivas dentro do contexto social de cada sujeito. Dentre as categorias de classe social, cultura, etnicidade, gênero, destacamos a reprodução social como um ponto crucial em nosso trabalho. Nela, relacionam-se as questões de produção e consumo na base produtiva, permitindo a reprodução da vida, da conscientização dos indivíduos, evidenciando a relação de interdependência estabelecida entre a vida política, econômica e cultural da população (BREILH, 2006).

Uma das consequências fomentadas pelo conceito de Empreendedorismo e que também está presente nos pressupostos da Promoção da Saúde, diz respeito à conquista do “empoderamento” dos indivíduos a partir da possibilidade adquirida através de um controle maior sobre suas vidas. Segundo Stotz e Araújo (2004), a palavra empoderamento origina-se de uma tradução livre pela língua portuguesa para *empowerment* – palavra de origem inglesa, muito utilizada para trazer a noção de dar poder a alguém. Dentro dessa lógica, cabe questionar quem dá poder a quem? Este conceito “introduz o paradoxo de que categorias que dispõem de poder possam criar condições para que grupos excluídos socialmente venham a adquirir poder.” (STOTZ; ARAÚJO, 2004, p. 14).

A partir desta conceitualização, pressupõe-se que em dado grupo social há ausência de poder e é de responsabilidade do outro grupo oferecer-lhes esta autoridade. Diante desta crítica, os autores sugerem falarmos de participação ao invés de *empowerment*, que colocaria os especialistas/tecnicistas/profissionais da saúde como aliados à luta dos movimentos populares diante dos problemas sociais em curso na sociedade.

Porto e colaboradores (2016) problematizam o conceito de promoção da saúde apontando seus aspectos regulatórios, principalmente no que diz respeito a verticalização e a não dialogicidade com a população e atuam como uma proposta hegemônica e regulatória. Denominam assim a Promoção Emancipatória da Saúde afirmando que:

A saída possível para o avanço na construção de saberes e mudanças das práticas em saúde passa por recuperar a potencialidade do princípio da participação de forma a responder aos impasses vividos pelo SUS no que se refere à sua capacidade de produzir e circular conhecimentos e informações para valorizar a autonomia dos sujeitos e transformar a realidade numa perspectiva emancipatória. (PORTO et al., 2016, p. 1748).

Desta forma, considera-se que a promoção da saúde pode tanto produzir regulação e controle como também pode produzir emancipação. Isso vai depender de como os indivíduos

são reconhecidos, seja como sujeitos portadores de direitos e saberes ou como sujeitos que reproduzem a lógica do mercado. Vale ressaltar que, tanto a Promoção regulatória da saúde, quanto o empreendedorismo social fomentam em suas propostas a valorização do discurso da participação.

Nestes projetos de promoção da saúde de cunho regulatório, é importante a participação da população, mas apenas diante do que já está pré-estabelecido. Assuntos relativos a projetos de planejamento participativo com verba pública e a transparência de informação sobre o orçamento e aplicação destas verbas não são considerados relevantes.

A crítica de Stotz e Araújo (2004) está relacionada ao fato da ideia de participação dos cidadãos neste caso limitar-se a escolha de governantes que consigam estabilizar a economia, universalizando a capacidade de compra e venda. Levando a pensarmos que, o discurso utilizado em todas as conferências que se referem a participação popular ativa (problematizadora), na verdade trata-se de algo meramente cooperativo, portanto ela acaba se tornando passiva. Assim, o conceito de *empowerment* desloca-se em detrimento da ação participativa do sujeito.

Portanto, compreender a relação entre estes mecanismos de regulação se torna indispensável em uma conjuntura de racionalidade neoliberal, uma vez que a Promoção da Saúde e o empreendedorismo social se estabelecem dentro de uma estratégia de ajuste no campo da saúde. Logo, parte-se do princípio que ambos emergem sob a perspectiva do que Castel (1998) denomina individualismo negativo. Para o autor, a partir da flexibilização do mundo do trabalho, que caracteriza-se principalmente pela privação de proteções sociais, nos tornamos cada dia mais uma sociedade de indivíduos, pois tais proteções decorrem da participação em coletivos.

Esta implicação em coletivo tem a capacidade de proporcionar a identidade social dos sujeitos, logo o individualismo negativo representa, dentre muitas carências, a falta de consideração, de seguridade, de bens garantidos, de vínculos estáveis e “desprende-se do tecido encorpado das relações de dependência e interdependência que estruturam a sociedade” (CASTEL, 1998, p. 599).

Diante de tal conceituação, entende-se que, para que o processo de promoção da saúde ocorra de forma efetiva, sem que resulte no enfraquecimento dos vínculos sociais e, conseqüentemente, da consciência de seus direitos, as pessoas deverão ser estimuladas através de dispositivos capazes de desenvolver suas potencialidades e que possam estar articuladas também com estratégias de participação no âmbito comunitário. Entretanto, para que isso seja

possível, precisamos repensar a forma regulatória como a promoção da saúde opera na saúde dos indivíduos.

Já nos anos de 1970, Crawford (1977) declarava sua preocupação com a chamada ideologia da culpabilização da vítima que, segundo o autor, responsabiliza as pessoas justamente quando elas se tornam menos capazes de controlarem seu ambiente de saúde, pois este processo tende a obscurecer a realidade de classe e o impacto da desigualdade social na saúde. Não que seja excluída a ideia de que tais hábitos de vida possam influenciar na saúde do indivíduo, mas o contexto político e social frente aos comportamentos de risco precisam ser considerados.

É importante salientar que, não pretende-se eliminar a capacidade autônoma de escolha dos sujeitos. Porém, na medida em que o mercado de trabalho se torna precarizado e desvalorizado, por exemplo, é preocupante o fato do capitalismo estimular práticas empreendedoras sem fortalecer e disponibilizar suportes sociais coletivos, como as regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social (CASTEL, 1998). Isto posto, a ideia é que se fortaleça a individualidade das pessoas a partir da disponibilidade de suportes sociais que priorizem a coletividade pois só assim pode-se produzir uma autonomia mais próxima de uma defesa emancipatória da vida.

Emerge então neste debate, uma tensão entre a promoção regulatória da saúde e as necessidades e problemas de saúde da população, em um período marcado pela ascensão do neoliberalismo. Isto ocorre pois mesmo contendo em seus moldes o princípio da participação social e autonomia dos indivíduos e coletividades (CARVALHO, 2004), sua perspectiva não retrata amplamente as questões envolvendo as necessidades de saúde da população (STOTZ; ARAÚJO, 2004).

Para justificar esta afirmação os autores afirmam que, de certa forma, a promoção da saúde age como um modelo prescritivo moldado a partir da compreensão do que é ou não saudável de acordo com a autoridade técnica, esta legitimada pelo saber científico.

Diante deste cenário e de sua experiência histórica, a população busca possibilidades para se desvencilhar gradativamente destas regulações. Conhecidas como apoio social, essas redes mostram-se comprometidas com a participação comunitária e são mediadas pela realidade das condições de vida dos sujeitos. Segundo a concepção de Victor Valla (1999, p. 4):

Apoio social se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecido por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, ou seja, que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas.

Ainda de acordo com o autor, as redes de apoio social permitem que as pessoas possam contornar a possibilidade de adoecer através do envolvimento comunitário, melhoria da confiança pessoal, satisfação com a vida e a capacidade de enfrentar problemas. Despertando assim, de forma mais abrangente, o caráter político-emancipatório dos indivíduos e de grupos sociais.

Diante da experiência histórica de “subalternização” e de ausência de políticas públicas que permitam a reprodução da vida, e da saúde de forma mais justa, os grupos mais vulnerabilizados socialmente buscam outras oportunidades coletivas de defesa da vida. Dentre elas está o estabelecimento de redes capazes de promover a solidariedade e fortalecer os vínculos sociais da comunidade. Segundo Valla (1999), o Apoio Social solidifica-se através do envolvimento comunitário, funcionando como uma forma de lidar com as questões de saúde, permitindo que as pessoas contornem a possibilidade de adoecer por meio de uma troca mútua de ajudas a partir de situações de crise vivenciadas por eles.

Este envolvimento social no qual Victor Valla se refere tem um potencial significativo para a melhoria da confiança pessoal dos indivíduos e coletividades, contribuindo também com a satisfação com a vida e com a capacidade para enfrentarem seus problemas, reforçando o sistema de defesa do corpo e reduzindo a suscetibilidade à doença.

Ao propor um debate acerca da participação popular em saúde, a partir do fortalecimento e ampliação das redes sociais de apoio, Rosely Oliveira (1998) levanta questões importantes para reflexão daqueles que se comprometem a estabelecer em suas ações atividades de educação, de informação e de participação social na área da saúde:

a) será que são as informações que potencializam a ação ou é o convívio entre distintos sujeitos que fornece as possibilidades de ação, através da ampliação e fortalecimento das redes sociais de apoio? b) é possível haver adesão dos sujeitos a uma proposta de transformação, somente porque estes ficaram “melhor/mais informados” ou é necessário que estes sujeitos também se sintam valorizados/apoiados? c) diante de uma perspectiva de retirada do Estado das políticas sociais, e do conseqüente aumento da vulnerabilidade dos grupos populares aos problemas sociais, será possível pensar ações de participação social em saúde apenas a partir dos espaços institucionalizados, como os conselhos de saúde? (OLIVEIRA, R., 1998, p. 77).

Stotz e Araújo (2004), no esforço de fazer uma análise crítica sobre a questão da promoção da saúde e da participação social, apontam a existência de uma nova subjetividade política na época neoliberal, onde os novos valores e crenças produzidos pelo dinheiro e pela televisão estão associados às empresas como instituições que modelam a vida social do âmbito

privado e do domínio do mercado. É nessa lógica que opera o empreendedorismo, funcionando como um dispositivo de controle social, no qual debilitam-se conquistas e direitos coletivos, pois o que está em vigor é a capacidade autônoma do indivíduo em lidar com sua vida, isentando o Estado de seu papel em prover os recursos necessários para a dignidade humana.

Diante destas constatações, torna-se necessário estar atento para as novas formas de regulação produzidas pelo capitalismo contemporâneo, em especial aquelas produzidas através de financiamento de projetos de empreendedorismo social e de promoção da saúde em áreas periféricas, ofertados para movimentos populares, e do terceiro setor, como estratégia de enfrentamento dos problemas sociais.

Ou seja, perante um momento de reestruturação produtiva, desemprego estrutural, flexibilização e precarização dos vínculos trabalhistas, precisamos estar atentos as essas respostas ofertadas pelo mercado, justamente pelos interesses por trás destas ações e os malefícios que isto pode proporcionar às comunidades que estão totalmente desamparadas pelo Estado.

Crawford (1977) declara sua preocupação com o envolvimento do mercado privado em questões de políticas públicas e alega que o sistema governamental precisa continuar lutando contra interesses pessoais, manipulações ideológicas e subfinanciamentos. Contudo, o melhor a ser feito é que tal debate continue ocorrendo no setor público do que ser determinado pelo mercado. Isso porque o ideal é que o conceito e a definição de necessidades sejam resolvidos em discussões políticas com a população e não para beneficiar lucrativamente corporações privadas.

Em uma visão otimista sobre o conceito de empreendedorismo social, José Lima (2008) reconhece que não se trata de uma solução definitiva para os problemas relativos às desigualdades existentes na sociedade e que este não nega a urgência de avanços no campo dos direitos básicos de cidadania. Entretanto vê caminhos para uma alternativa viável de geração de trabalho e renda através de iniciativas locais que contribuam para visibilizar (desvelar) uma realidade social marcada pela negação dos direitos sociais e civis, desde que se amplie o debate político e não possuam a pretensão de substituir o estado de bem-estar social e nem o caráter de política social por parte do Estado.

Isto posto, verifica-se ainda que de forma incipiente, que a promoção da saúde que opera na lógica do empreendedorismo social, pode estar funcionando de uma forma individualizante, mercadológica e meritocrática. Nesse sentido, torna-se necessário produzir estudos que contribuam para uma discussão de conceitos incorporados acriticamente pelo campo da saúde

pública e, também, problematizá-los a partir das experiências de coletivos organizados em áreas periféricas, em contextos sócio-históricos específicos.

4.3 DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA, NECESSIDADES DE SAÚDE E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE

Conforme mencionado anteriormente, o modelo dos determinantes sociais da saúde busca identificar os fatores que interferem ou podem interferir na saúde de determinada população, procurando promover políticas públicas focalizadas, contribuindo pontualmente nas condições de vida dos indivíduos e na sociedade.

Já o modelo de determinação social afirma que o processo saúde-doença é estabelecido de acordo com a forma como a sociedade se organiza para a reprodução social da vida, determinando assim o processo de adoecimento ou de saúde dos sujeitos. Este último está mais envolvido na reflexão sobre como as formas de produção capitalista agem e interferem na sociedade, onde não somente as questões biológicas são consideradas, mas também todo o contexto histórico-social dos indivíduos e coletividades.

Segundo Breilh (2008), diante das formas de organização e do modo de produção capitalista presentes na sociedade, a reprodução das iniquidades sociais são acentuadas. Deste modo, os determinantes sociais da saúde limitam-se a medir os fatores sociais, agindo pontualmente sobre eles, ignorando assim os processos e estruturas sociais que produzem desigualdades. Conseqüentemente, acaba contribuindo para o fortalecimento de políticas de focalização intervindo apenas em cenários que tenham governabilidade; tudo o que não se “encaixa” em suas ações programáticas não é considerado, impossibilitando assim ouvir e discutir as necessidades e problemas de saúde junto com a população.

Em um ensaio teórico sobre o conceito de Determinação Social da Saúde, Borghi, Oliveira e Sevalho (2018) pontuam críticas ao modelo de determinantes que se mostra insuficiente ao não considerar o contexto histórico-social imbricado ao processo saúde-doença. Para os autores, o modo de desenvolvimento capitalista influencia negativamente as estruturas sociais e isso está fortemente interligado aos modos de vida e condições de saúde da população.

Sendo assim, não basta apenas chamar a população para projetos já estabelecidos; na Determinação Social da Saúde o debate sobre questões políticas é movido por discussões no campo da saúde e isso se dá através da luta da comunidade por seus direitos em busca da raiz destas iniquidades. Os processos de produção e reprodução social interligados são relevantes para enriquecer o debate diante de um paradigma dominante e opressor assumido pelos modos

de desenvolvimento capitalista, que produz também desigualdades de gênero, de etnicidade e de classes sociais.

Assim, pode-se afirmar que os determinantes sociais da saúde, apesar de contribuir com algumas políticas eficazes, se tornam insuficientes para responder as perspectivas dos problemas de saúde por não se aprofundar na complexidade que envolve as dimensões sociais, históricas e estruturais na sociedade.

Desta maneira, se faz indispensável compreender como conceito de necessidades de saúde é inserido dentro deste contexto. As necessidades da população não se igualam, pois a distribuição e consumo de serviços e produtos não são iguais. As ações e serviços de saúde precisam entender de que forma os sujeitos se reproduzem socialmente e como estão inseridos na sociedade, reconhecer as diferenças sociais que os atravessam e superar os problemas que os distanciam (CAMPOS; BATAIERO, 2007).

Campos e Mishima (2005) determinam três modalidades importantes dentro desta concepção: a necessidade da presença do Estado, as necessidades de reprodução social e a necessidade de participação política. A primeira diz respeito a responsabilidade por parte do Estado em garantir serviços capazes de promover o bem-estar social da população, sendo sua ausência um fator crucial à falta de acesso a direitos universais. A segunda necessidade, a de reprodução social, esta encarregada de constituir a base do processo saúde-doença e seus diferentes modos de produção e consumo na sociedade. A terceira visa possibilitar o debate sobre as necessidades e interesses das classes e grupos organizados da sociedade civil, colocando na pauta os direitos sociais antes dos interesses.

Outra discussão que discorre a partir das críticas ao modelo regulatório da Promoção da Saúde, relaciona-se ao conceito de risco em saúde. Muito utilizado no campo da saúde para definir questões de “autogerenciamento”, possui alguns estudos dirigidos especificamente à Epidemiologia, denominado de risco epidemiológico e “pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento relacionado à saúde, estimado a partir do que ocorreu no passado recente” (LUIZ; COHN, 2006, p. 2342).

O que chama a atenção se refere a ideia de que controlar o perigo do adoecimento e/ou da morte, antes tidos como algo improvável e imprevisível, agora é tido como uma possibilidade. Carvalho (2004), elucida a complexidade em empregar determinados saberes (médico, científico, epidemiológico e social) como “verdades” absolutas no intuito de construir “problemas” públicos de saúde:

de ação da Promoção à Saúde. Em nome da erradicação absoluta dos riscos, o ambiente é esquadrinhado nas suas dimensões físicas, psíquicas e sociais multiplicando, conseqüentemente, os objetos a serem medidos, monitorados e regulados. Sob a base do cálculo da probabilidade amplia-se o leque de intervenções e prescrições que passam a ser deduzidas e justificadas a partir do fato de que para ser suspeita a pessoa não necessita manifestar sintomas de perigo ou anormalidade, mas, simplesmente, possuir a característica que os expertos responsáveis pelas políticas de prevenção classificam como “fator de risco”. (CARVALHO, 2004, p. 673-674).

A promoção da saúde estrutura-se na apropriação, pelo campo da saúde, do conceito de risco na medida em que se constituem a partir de cálculos genéricos dos fatores de risco, visando antecipar e prevenir comportamentos vistos como desviantes e anormais. Nesta mesma lógica, os conceitos de autonomia e de *empowerment* são argumentos utilizados para reduzir e retroceder a prestação de serviços sociais e de saúde, reforçando ainda mais a hegemonia do ideário da ordem neoliberal (CARVALHO, 2004).

A proposta deste estudo será a partir da problematização dos dispositivos de regulação de maneira que conquistemos nestes espaços uma epistemologia emancipatória da Promoção da Saúde. Segundo Freitas e Porto (2011), esta emancipação se dá através da discussão de que processos sociais, políticos e de produção de conhecimentos contra-hegemônicos possam permitir a transição das relações sociais normatizadas, por vínculos de natureza emancipatória.

Para que isso seja possível, os autores enfatizam que os indivíduos devem ser capazes de identificar os dispositivos que atuam de forma regulatória, bem como também estejam preparados para reconhecer os que estimulam a emancipação social. Isso somente será possível se as ações comunitárias reconhecerem os espaços estruturais e suas relações sociais dominantes e emancipatórias.

Portanto, de acordo com Porto e colaboradores (2016), para que a promoção emancipatória da saúde esteja relacionada com a autonomia dos indivíduos, eles precisam se reconhecer e serem reconhecidos como portadores de saberes e direitos. O papel central da produção do conhecimento deve se constituir na possibilidade de intervirem como produtores de saber e que participem de decisões, resgatando assim sua dignidade.

Para eles, o projeto emancipatório atua mediante a compreensão do pensamento abissal proposto por Boaventura Santos (2007, p. 71):

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o "outro". A

característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética.

Desta forma, ocorre um distanciamento abissal por parte do gerenciamento do sistema de saúde diante das populações subalternizadas, estes considerados “não-sujeitos” que não são portadores de direitos e saberes. O outro lado da linha se configura no “Sul Global” onde os saberes são invisibilizados por meio de uma lógica de dominação que é colonial, econômica e racista (PORTO et al., 2016).

Conseqüentemente, a proposta de Promoção Emancipatória da Saúde visa compreender como tal modelo se organiza e que formas de resistências são lançadas a partir desta estrutura social. Isso ocorre pois está fundamentado na perspectiva da Determinação Social do processo saúde-doença. Esta relação se dá, de acordo com Pettres e Rosa (2018), indo além dos estilos e modos de vida da população, através de uma abordagem social ampla sobre o conceito de saúde e cuidado. Propondo criticidade nos enfrentamentos da influência do processo de trabalho e relações sociais produzidos hegemonicamente, buscando equidade e desenvolvimento social para obter condições dignas de vida, intercedendo de forma positiva na qualidade de vida de indivíduos e coletividades.

À vista disso, podemos ter como hipótese que a adesão desses grupos aos projetos de empreendedorismo social podem estar relacionados à ideia de provisão proposta por Valla (1996). Conforme o autor descreve em seu texto “*A crise de interpretação é nossa*”, diante do histórico de fome e de dificuldades de sobrevivência em que a maioria das populações periféricas está vulneráveis, seus olhares acabam voltados, quase sempre, para proverem o dia de hoje, dificultando pensar em algo além de suas necessidades imediatas. Impossibilitando assim, uma atuação coletiva por direitos sociais de enfrentamento por alocação de recursos pelo Estado em políticas públicas.

Logo, o projeto de empreendedorismo social associa-se ao interesse desta população pois, estando em uma condição de desproteção social muito grande, qualquer projeto que esteja próximo de prover, principalmente renda, se torna facilmente aderido já que diante de tal realidade a população não tem como recusá-lo. Diante de projetos como este, surge a possibilidade inevitável de proverem seu sustento imediato e, sendo assim, os projetos para resolução de seus direitos sociais (direitos humanos básicos como saneamento, habitação, etc) vão sendo adiados mais uma vez.

Portanto, aqueles que podem pensar estrategicamente em seu futuro, em uma lógica de previsão proposta pela Saúde Pública, geralmente são os que estão com seus problemas, de certa forma, resolvidos e são privilegiados ao ponto de não necessitarem a todo custo de prover para viver. Ou seja, na lógica do Empreendedorismo, você precisa apenas de renda para sobreviver, pouco importa se suas garantias trabalhistas são extinguidas e se em seu município os serviços mais básicos como saúde, educação e lazer, por exemplo, são precarizados.

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

5.1 DESENHO DO ESTUDO

Com o intuito de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa, devido sua fundamentação teórica caracterizar-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento (MINAYO, 2014). A autora afirma que, compreendendo a lógica interna do grupo ou do processo em estudo, esta abordagem nos permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares a partir da percepção dos mesmos sobre como vivem, se relacionam e como pensam.

Pensando a lógica do empreendedorismo social e sua relação com o *modus operandi* do neoliberalismo, este estudo procurou compreender os mecanismos utilizados pelo Movimento Maloca da Cidadania ao aderir a determinados projetos que adotam discursos aparentemente progressistas, mas que operam em função do mercado financeiro.

Para tanto, o estudo volta-se para as narrativas existentes em seus documentos e através de entrevistas realizadas com participantes residentes do território pesquisado, observa-se uma ampla rede de apoio que fornece subsídios para o enfrentamento de problemas, além de estabelecer um parâmetro sobre os reais problemas e necessidades sociais e de saúde desta população.

De acordo com Paiva e colaboradores (2011), de uma maneira geral, a abordagem qualitativa em pesquisas científicas, evidencia os aspectos subjetivos da investigação, contendo caráter exploratório e detalhista sobre determinado contexto social, onde são envolvidos diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos de recolha, análise e interpretação de dados. A pesquisa de cunho qualitativo exige um registro detalhado das informações transmitidas, observações realizadas e posterior análise dos dados observados, assim como novas interlocuções conforme a necessidade de esclarecimento sobre as situações e/ou opiniões observadas/registradas.

Diante do cenário enfrentado na pandemia da Covid-19 (Coronavírus), onde o acesso presencial tem sido limitado devido a medidas que envolvem o isolamento e o distanciamento social, boa parte do processo investigativo deste estudo foi construído de forma remota. Deslandes e Coutinho (2020), ao discutir sobre o uso de tecnologias digitais em metodologias acadêmicas, afirmam:

A pesquisa nas ambiências digitais descortina um campo exponencial de

possibilidades, seja de explorar as formas que essa socialidade assume em nossos cotidianos, como modula nossas (inter)subjetividades, como permite a produção de narrativas e performances identitárias, associações para propósitos diversos, entre tantas outras possibilidades. Oferece ainda generosamente acervos sobre quase todas as práticas sociais imaginadas. Nos exige, portanto, o corajoso exercício da criatividade, intuição e espontaneidade - qualidades que se aliam ao rigor teórico, à clareza conceitual e ao respeito ético às alteridades. (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 9).

Para melhor compreensão do envolvimento do coletivo Maloca da Cidadania frente às ações de Promoção da Saúde diante dos projetos de empreendedorismo social, foi realizado um mapeamento dos documentos que forneciam informações referente às propostas de programas, projetos, intervenções e afins. Assim como, observamos as atividades já realizadas pelo movimento a partir de suas mídias sociais, compreendendo a importância dessa ferramenta para identificar as práticas e experiências vivenciadas pelo movimento.

Pimentel (2001) afirma que a análise documental é definida como uma técnica de pesquisa onde é possível analisar documentos diversificados em profundidade e a partir disso extrair informações e referências relacionadas ao objeto do estudo. Sendo capaz de ampliar o conhecimento acerca de determinada questão ou fenômeno, contextualizando-os em uma dimensão histórica e sociocultural.

Compreendendo então a relevância de conhecer as necessidades e problemas sociais e de saúde dos sujeitos participantes desta pesquisa qualitativa, a técnica utilizada neste estudo consiste em entrevistá-los de forma que suas contribuições favoreçam o entendimento dos mesmos sobre sua situação de saúde. Possibilitando assim, que se reconheçam como agentes sociais importantes neste processo.

Para Minayo (2014), as entrevistas podem ser vistas como conversas que possuem finalidade e são caracterizadas através de sua forma de organização. De acordo com a autora, as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a oportunidade de discorrer sobre o tema proposto sem estar preso à questão formulada inicialmente. Apesar disso, este tipo de entrevista segue um roteiro apropriado usado pelo pesquisador, assim é possível ter um apoio claro na sequência das questões, o que facilita a abordagem.

Além disso, é importante observarmos a forma como essas narrativas retratam suas vivências. Segundo Bastos e Biar (2015), a Análise de Narrativas, ferramenta metodológica de natureza qualitativa e interpretativa, compreende que, o indivíduo ao contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social, consegue organizar suas experiências de vida, construindo

sentido sobre si mesmo. Ao analisarmos estas histórias, é possível que se alcancem e se aprofundem inteligibilidades sobre o que acontece na vida social.

Ainda de acordo com as autoras, a análise de narrativas tem a finalidade de promover diálogos entre múltiplas áreas do saber; se direciona a fala dos mais variados agentes sociais, em diferentes contextos; reflete sobre a compreensão do discurso narrativo como prática social que constitui a realidade e não compactua com propostas que se debruçam sobre o estereótipo de identidades.

Apesar de não se tratar de um estudo que se baseia no método da história oral de seus participantes, na medida em que foram sendo construídas as narrativas com os entrevistados do Maloca, surgiu um importante componente, que se referia à memória social ligada à agente mediadora líder deste coletivo. Isso nos permitiu entender a vida de outros sujeitos que, assim como ela, também vivem em territórios periféricos e buscam meios inventivos de sobrevivência frente a essa realidade imposta.

Meihy (2005), ao afirmar que “Memória, imaginação e representação são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e sobre o presente”, o autor nos ajuda a entender melhor a relevância deste recurso moderno, que pode ser utilizado para elaboração, registro e arquivamento da experiência social de pessoas e grupos.

Apreendendo as histórias apresentadas por intermédio das entrevistas, tendo a possibilidade de constatar as necessidades e problemas do Pantanal e seus arredores, antes e depois deste período pandêmico que estamos vivenciando, nos propiciou apreciar estas narrativas a partir de um olhar empático e valorizando o saber popular. Isso porque, antes de darmos legitimidade a projetos regulatórios que querem ditar o que essas comunidades necessitam, ouvimos os sujeitos que enfrentam na pele todas as dificuldades existentes ali.

Uma vez que, ao compreender que o sujeito entrevistado também possui o potencial de nos ensinar a partir de suas experiências de vida, a entrevista transforma-se em algo que transcende o caráter meramente explorador em que o pesquisador apenas absorve as respostas. Possibilitando assim aprender com aquele indivíduo e compartilhar seu conhecimento a respeito do assunto em questão.

Nossa ideia original seria elaborar um grupo de discussão com os participantes, a fim de falarmos sobre essas necessidades e problemas do Pantanal. Porém, diante das dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia da Covid-19, esses dados foram coletados através de entrevistas individuais que ocorreram virtualmente de maneira que não coloque em risco a saúde dos participantes e da pesquisadora.

Conforme Paiva e colaboradores (2011, p. 8):

Assim, a entrevista online soma-se às possibilidades dos métodos científicos para recolha de informações, propiciando a diversidade de meios para realização dessa recolha, embora sendo condição essencial para o uso desse instrumento a familiaridade do pesquisador e entrevistados com o recurso tecnológico que servirá de meio para a realização da entrevista, além da identificação da necessidade de utilização do instrumento para alcance dos objetivos previstos para a pesquisa, principalmente quando se torna o único meio para se chegar aos informantes que se encontram em localização distante à do pesquisador [...].

As próximas etapas, que consistem em atingir os dois últimos objetivos deste projeto, foram representadas primeiramente pela articulação entre a Maloca e suas redes de apoio social, as possíveis contribuições de ambas as partes e identificando conflitos e solidariedades existentes neste processo. Com base em todo levantamento feito a partir dos procedimentos descritos anteriormente, discutimos as repercussões provenientes desta pesquisa, apontando os entraves, propondo questionamentos, melhorias, enfatizando os sucessos das propostas mas, sobretudo, aprendendo junto com todos eles a construir um caminho mais justo, consciente, humanizado, buscando a conquista de uma promoção emancipatória da saúde para todos nós.

Considerando que o processo educativo entre profissionais da área da saúde e a população, “é a conscientização dos problemas postos pela participação, pela aliança entre grupos sociais com interesses específicos diferentes” (STOTZ; ARAÚJO, 2004, p. 14). Promover a saúde da população se torna um processo de construção compartilhada do conhecimento, capaz de reconhecer todos os saberes, reconhecendo também a relevância do caráter coletivo das ações de saúde, respeitando os diferentes modos de se viver da população e não mais determinar hábitos de vida considerados saudáveis (para quem?), responsabilizando e culpabilizando os indivíduos e comunidades por seu adoecimento.

Os autores consideram que a relação entre profissionais de saúde e população deve configurar-se a partir da percepção de que não cabe aos “promotores” a validação de experiências dos sujeitos, e sim a descoberta das potencialidades no decorrer da ação coletiva com os mesmos.

5.2 CENÁRIO E SUJEITOS DO ESTUDO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro constitui-se como o segundo maior território urbano-metropolitano do Brasil. Reunindo 12.280.703 habitantes e concentrando cerca de 75% da população do estado, apresenta a maior proporção populacional entre metrópole e estado do país, segundo dados do Censo 2010. Atualmente, a região é composta por 21 municípios. Sendo parte da metrópole do estado, os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu são

considerados, de forma unânime, os núcleos dessa região. Pertencem também à Baixada Fluminense os municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, considerados satélites imediatos dos municípios-núcleo. Assim, as discordâncias giram em torno da inclusão ou não dos municípios mais afastados do núcleo-base: Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi (SILVEIRA; RIBEIRO, 2017).

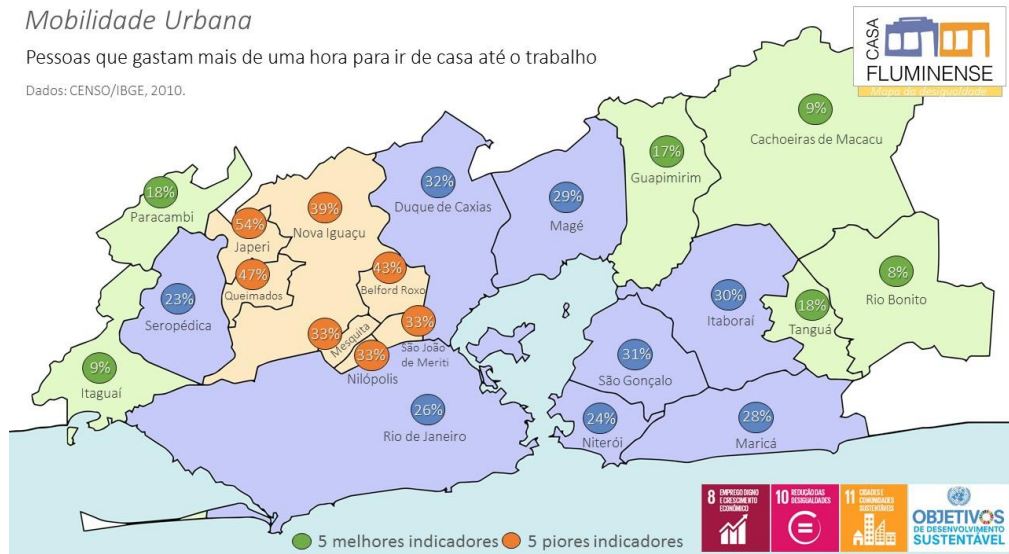
O município de Duque de Caxias, de acordo com dados do Censo 2010, possuía uma área de 467,619 km², com sua população de 855.048 habitantes e com densidade demográfica de 1.828,51 hab/km². Isso corresponde a cerca de 35% da área da Baixada Fluminense e 6,8% da área da Região Metropolitana do Estado, representando a quarta posição no ranking populacional da Região Metropolitana, assumindo também a mesma posição em relação ao estado, perdendo apenas para os municípios do Rio de Janeiro, de São Gonçalo e Nova Iguaçu (IBGE, 2011).

Com base em uma pesquisa no site www.ecodebate.com.br, realizada no dia 25 de março de 2020, são apresentados dados a partir de mapas e índices do município de Duque de Caxias em comparação a outros no estado do Rio de Janeiro. O site apresenta indicadores sobre a realidade metropolitana do Rio de Janeiro mensurados a partir de pesquisas nas bases do CENSO/IBGE (2011). Com informações obtidas através de uma associação civil sem fins lucrativos chamada Casa Fluminense¹⁴, a plataforma exhibe mapas que ilustram a desigualdade social nas regiões metropolitanas do estado. Abaixo, serão apresentados alguns desses indicadores:

Mobilidade urbana – usos do tempo com o deslocamento casa-trabalho, independente dos valores modais utilizados. A partir do mapa abaixo é possível identificar que, com o percentual de 32%, Duque de Caxias apresenta um dos menores índices em comparação a outros municípios da Baixada Fluminense, como é o caso de Belford Roxo (43%) e Nova Iguaçu (39%), que se encontram mais distantes da metrópole do Rio de Janeiro. O que ainda não é considerado um percentual satisfatório, levando em consideração os índices de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴ Casa Fluminense (www.casafluminense.org.br).

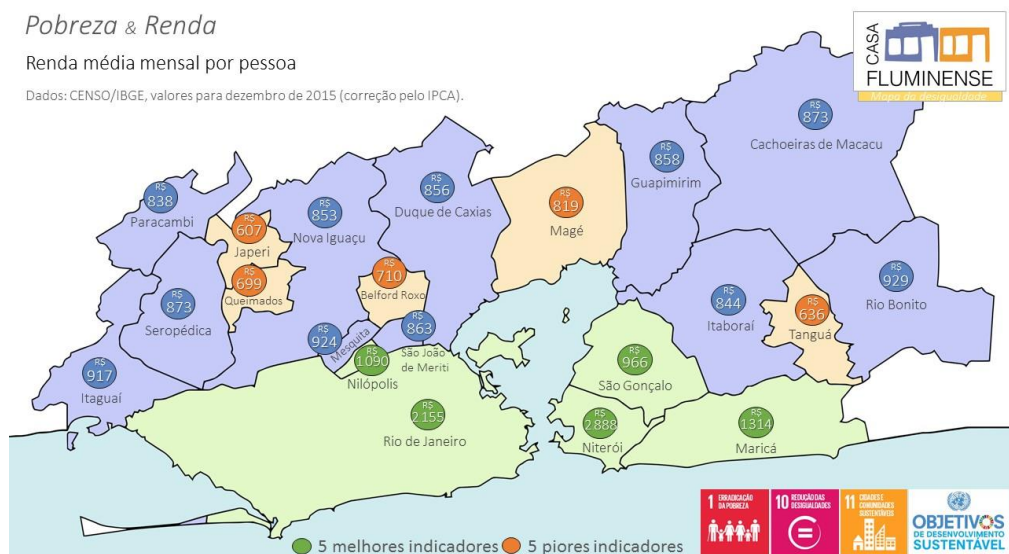
Figura 2 - Mobilidade Urbana



Fonte: IBGE (2010).

Pobreza e renda – renda domiciliar auferida mensalmente per capita, dividida pelo número de membros. Levando em consideração que a maioria dos municípios da Baixada Fluminense encontram-se em um nível mediano, sendo representados na cor azul, enquanto as maiores rendas apresentam-se na cor verde, ainda assim é discrepante a diferença entre a capital do Rio de Janeiro e a cidade de Niterói. Mais uma vez evidencia-se a desigualdade social, uma vez que as maiores riquezas são concentradas em bairros nobres e destoam da realidade vivenciada pela maioria da população do estado.

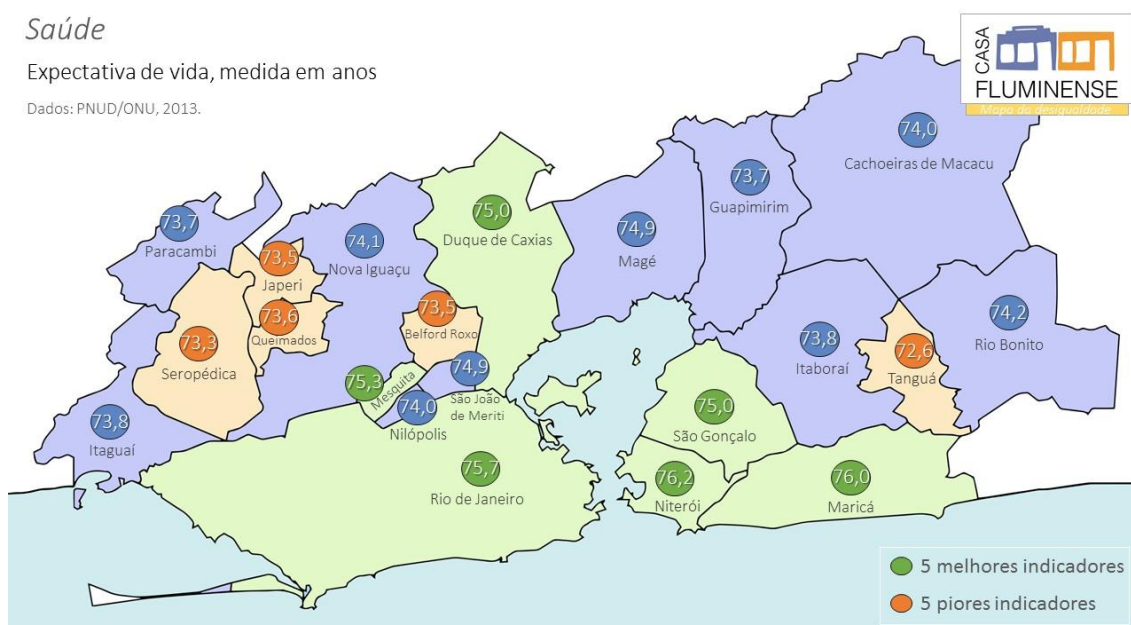
Figura 3 - Pobreza e Renda



Fonte: IBGE (2010).

Saúde – expectativa de vida, medida em anos e levando em consideração o nível e o padrão de mortalidade por idade. Neste mapa, Duque de Caxias apresenta-se com um nível considerado satisfatório em comparação a outros municípios. Este indicador pode dar margem para muitas interpretações, mas o que precisa ser evidenciado é que, apesar de ser considerado um indicativo aceitável, somente através de uma análise mais criteriosa será possível compreender as reais necessidades e problemas de saúde na região, enfatizando principalmente os territórios periféricos no município.

Figura 4 - Saúde



Fonte: IBGE (2010).

A partir desses dados, podemos visualizar com mais clareza a situação em que os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro se encontram e realizar uma análise comparativa, em especial no que se refere à região da Baixada Fluminense. Nota-se uma grande discrepância comparando à capital fluminense, principalmente no item renda mensal. Mesmo apresentando índices medianos em relação a outros municípios da Baixada e outras regiões, o município ainda está longe de ter indicadores considerados favoráveis para sua população.

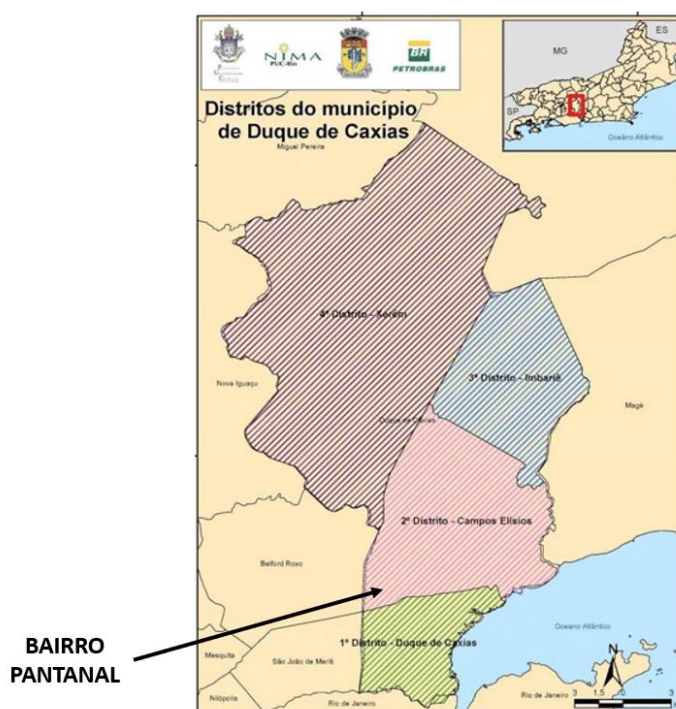
Tendo como limites os municípios de Miguel Pereira, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu, o território de Duque de Caxias é dividido em quatro distritos: Duque de Caxias (1º), Campos Elíseos (2º), Imbariê (3º) e Xerém (4º). Conforme o relatório do Plano Diretor Urbanístico do Município (2006), o primeiro distrito é responsável por 44% da população, principalmente por se tratar de uma área de ocupação mais consolidada que abriga

o centro da cidade. Enquanto o restante se distribui por Campos Elíseos (31%) e os distritos com maior concentração de áreas rurais, Imbariê (18%) e Xerém (7%) (OLIVEIRA; SANTOS, 2006).

Segundo os dados do censo 2010 do município, 19% dos domicílios se encontram na condição de pobreza e 13% possuem renda per capita na condição de indigência. O lixo é coletado por serviço de limpeza em 96% dos domicílios do município. Já o esgotamento sanitário corresponde a 77% das residências que possuem rede geral de esgoto, já na região metropolitana esses números chegam a 83% (IBGE, 2011).

O bairro Pantanal, situado no 2º distrito do município em Campos Elíseos, possuía 19.168 habitantes, composto em sua maioria por mulheres com 50,83%, e 49,17% de homens.

Figura 5 - Mapa dos distritos do município de Duque de Caxias



Fonte: IBGE (2016 apud PEDRO et al., 2016).

Conforme Braz e Almeida (2010), entre os anos 1940 e 1950 ocorre a transição dos loteamentos na região, constituindo os atuais bairros do município. O período foi marcado por uma desordem fundiária e, por este motivo, havia se tornado um ambiente que permeava entre a zona rural e urbana, pouco habitado, com muitos terrenos baldios e com poucos equipamentos urbanos. Em 1959, o loteamento de origem fundiária denominado Vila Santo Antônio torna-se o bairro atual conhecido como Pantanal.

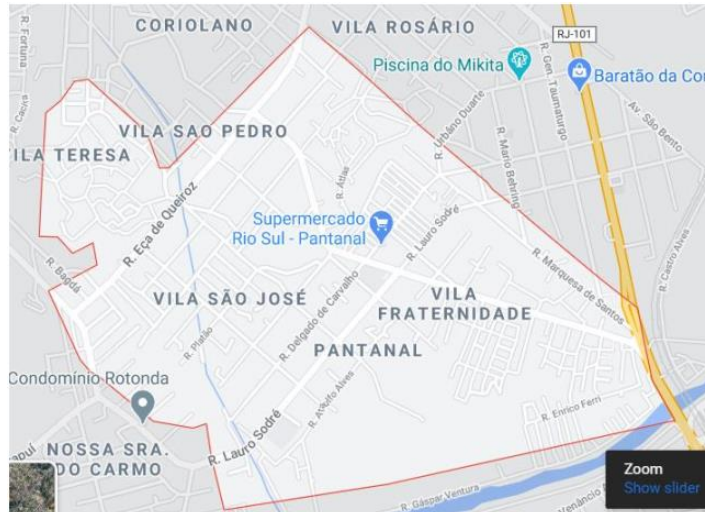
Ainda segundo os autores:

Nesses loteamentos e bairros em formação, a ausência das mínimas condições urbanas exigia da população um cotidiano esforço de superação. A água obtida nas bicas públicas e nos poços caseiros, a luz recebida através do precário sistema de “cabine e posteamento” e a luta por escolas e postos de saúde exigiam o deslocamento para distâncias longas em relação às residências ou a apropriação de recursos, como o uso de ervas e benzeduras, no caso de doenças, além da educação doméstica ou comunitária para fazer frente à falta de vagas na rede escolar. (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p. 113).

No ano de 2012, em seu blog denominado Baixada Fluminense, o bacharel em Ciências Sociais Leonardo Oliveira descreve o Pantanal a partir de sua experiência de 18 anos sendo morador do bairro. Leonardo relata que a realidade histórica e social deste território, dividido entre as localidades de Vila Rosário, Vila São José, ABC, Morro do Sossego e Jaqueira: “[...] não despertava o interesse de pesquisadores e de seus próprios moradores, que em sua grande maioria é formada por trabalhadores e gente simples – muitos retirantes do nordeste brasileiro, Minas Gerais e do Norte Fluminense” (OLIVEIRA, L., 2012).

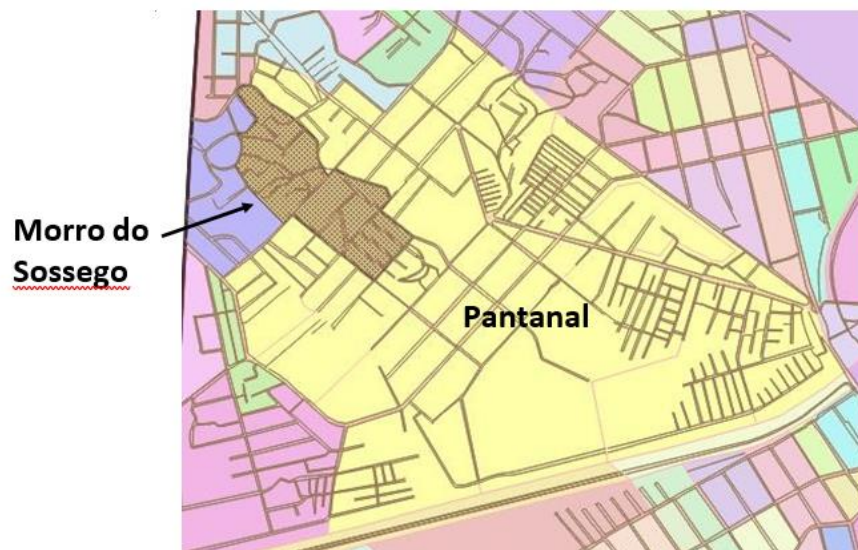
Ainda segundo o sociólogo, o bairro sofria com problemas na área educacional, sem dispor de creches e especialmente pelo fato do mesmo possuir apenas duas unidades escolares públicas, com estruturas precárias e contendo turmas superlotadas, obrigando, muitas vezes, sua população a buscar o serviço também fora de sua comunidade. Além disso, o bairro padecia com ruas esburacadas, sem conservação e sinalização adequada, falta de saneamento básico, canalizando esgotos e valas a céu aberto em quase toda comunidade, constatando assim a ausência do poder público no território. O bairro não dispunha de postos de saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), hospitais, etc, forçando sua população a contar com “centros sociais” disponibilidades por políticos (OLIVEIRA, L., 2012).

Figura 6 - Mapa do bairro Pantanal e adjacências



Fonte: Própria autora.

Figura 7 - Localização do Morro do Sossego no bairro Pantanal - DC



Fonte: Própria autora.

É interessante observar que mesmo em diferentes contextos estas ainda podem ser consideradas questões que atravessam o território, marcado pelo abandono do poder público em suas três esferas. Pantanal possui um déficit de serviços de saúde e educação, e muitas vezes seus habitantes precisam procurar por estes recursos no centro de seu município ou em outros bairros. Além de problemas de infraestrutura provenientes da escassez de saneamento básico na região, dificuldades também são encontradas em relação à mobilidade urbana, dentre outros.

O projeto M.A.L.O.C.A. - Movimento Alternativo Libertário e Organizado em prol da Cidadania e Apoio Social, origina-se no bairro Pantanal em Duque de Caxias, mais

precisamente na comunidade do Morro do Sossego. Maloca: barraca indígena, coberta de palmas secas, e que aloja várias famílias, segundo o dicionário Aurélio (Novo Dicionário da língua Portuguesa, 2010). Refletindo sobre seu significado social, este nome pode nos remeter a um sentido de abrigo, um lugar de refúgio; características encontradas nesta casa da cidadania, local onde nossa pesquisa pretende atuar.

De acordo com sua rede social, o movimento foi fundado em 07 de Março de 2018, com a pretensão de “favorecer a intervenção social, educativa, cultural e de saúde junto às mulheres, famílias e comunidade do Morro do Sossego e de seu entorno, a fim de contribuir para a transformação social”. Dentre algumas de suas ações, realizadas na maior parte do tempo em uma casa cedida por uma das lideranças do projeto, estão “oficinas de artesanato executadas por artesãs voluntária, que inicialmente funcionavam apenas como uma alternativa terapêutica, entretanto surge o desejo em obter lucro a partir do material produzido, em busca por independência financeira ou outras saídas”¹⁵.

Os membros do coletivo são todos voluntários, apresentando a seguinte estrutura: coordenação/direção, assistente social, psicanalista, apoio logístico, multiplicadoras, educadores sociais, recreadores, auxiliares administrativos, artesãs e palestrantes. Esta organização se refere aos voluntários fixos do movimento¹⁶.

A partir da realização de uma pesquisa interna, as responsáveis técnicas do Movimento Maloca criaram um perfil de suas participantes. “Se trata de um Movimento Social constituído em sua maioria por mulheres pardas ou negras. Para a maior parte, quando questionadas sobre o que buscam naquele local, afirmaram estar a procura de conhecimento e aprendizado”¹⁷.

O que mais chama a atenção das informações levantadas diz respeito a uma grande parcela das participantes que almejam ter seu próprio negócio, contra uma minoria que desejam um emprego de carteira assinada, de acordo com informações obtidas neste breve levantamento do movimento social. Além disso, a Maloca conta com uma diversidade significativa em relação ao seu público. No mesmo território existem aquelas com maior poder aquisitivo, mas também existem participantes com muitas dificuldades financeiras.

A Maloca da Cidadania atualmente conta com 21 voluntários, alguns ativos e outros que atuam em ações pontuais. Deste quantitativo, foram convidadas a participar das entrevistas 7

¹⁵ Informação obtida através de uma comunicação oral realizada entre a pesquisadora e uma liderança do coletivo, realizada em novembro de 2019.

¹⁶ Informação retirada da rede social Instagram do Movimento Social Maloca da Cidadania (@malocadacidadania), publicado em 02 de março de 2020.

¹⁷ Informação obtida através de comunicação oral realizada em uma reunião com lideranças do Movimento Social Maloca da Cidadania, em 28 de janeiro de 2020.

pessoas pertencentes ao corpo voluntário. O quadro abaixo refere-se às principais características dos entrevistados:

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados

Caracterização dos entrevistados								
Entrevistados	Idade	Raça	Gênero	Profissão/ Ocupação	Recebe auxílio governamental?	Local de residência	Reside com quem?	Há quanto tempo?
Entrevista 1	51 anos	Negro	Masculino	Desempregado	Não	Vila Rosário - Duque de Caxias	Com esposa e dois filhos	8 anos na Vila Rosário / 40 anos no Pantanal e Morro do Sossego
Entrevista 2	42 anos	Parda	Feminino	Desempregada/ Microempreendedora	Sim. Auxílio Emergencial	Pantanal (Vila Santo Antônio) - Duque de Caxias	Com esposo e dois filhos	42 anos
Entrevista 3	48 anos	Branca	Feminino	Desempregada	Sim. Auxílio Emergencial	Pantanal (Vila Santo Antônio) - Duque de Caxias	Sozinha	40 anos
Entrevista 4	45 anos	Negra	Feminino	Desempregada	Sim. Bolsa Família e Auxílio Emergencial	Pantanal (Vila Santo Antônio) - Duque de Caxias	Com esposo e duas filhas	20 anos na Vila Santo Antônio / 25 anos no Morro do Sossego
Entrevista 5	45 anos	Parda	Feminino	Desempregada/ Microempreendedora	Sim. Auxílio Emergencial	Pantanal	Com esposo e dois filhos	45 anos
Entrevista 6	49 anos	Parda	Feminino	Comerciante	Sim. Auxílio Emergencial	Pantanal (Vila Santo Antônio) - Duque de Caxias	Com esposo e dois filhos	25 anos
Entrevista 7	47 anos	Negra	Feminino	Desempregada	Sim. Auxílio Emergencial	Pantanal (Morro do Sossego)	Com a filha	47 anos

Fonte: Própria autora.

O local de moradia dos participantes deste estudo é dividido pelas subáreas do bairro Pantanal e adjacências: Vila Rosário, Vila Santo Antônio e Morro do Sossego. Ao compreendermos que essas pessoas possuem suas trajetórias de quase uma vida inteira dentro deste território, optou-se por selecionar esses sujeitos para que participassem da pesquisa.

5.3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico utilizado neste estudo foi fundamentado a partir de demandas que surgem ainda em seu desenvolvimento inicial. Diante do interesse em estudar as motivações do Movimento Maloca e suas ações no território, uma das primeiras questões que nos chama a atenção se deve ao fato do mesmo utilizar como base de seus projetos, os fundamentos da promoção da saúde.

Em um primeiro diálogo sobre a proposta de transformar as experiências do movimento social em uma pesquisa acadêmica, a liderança do mesmo nos esclarece a respeito de toda sua

estrutura, seus ideais como um coletivo formado em sua maioria por mulheres negras e periféricas, e também sobre os projetos desenvolvidos em seu território.

A partir desta elucidação, nos atentamos à quantidade de projetos em vigor voltados para o fomento de atividades empreendedoras e para geração de renda. Emerge então o interesse em compreender como esses projetos são criados e, posteriormente, introduzidos nas comunidades periféricas Brasil afora.

O projeto desta pesquisa foi elaborado em um período anterior à pandemia da Covid-19. Na apresentação do mesmo à banca de qualificação, já nos encontrávamos diante desta realidade, entretanto esperava-se que os “padrões de normalidade” já tivessem sido estabelecidos, mesmo que minimamente, até o ano de 2021. Como é do conhecimento de todos, isso não ocorreu. Diante de inúmeras negligências por parte do governo federal vigente, enfrentamos um cenário ainda mais alarmante do que o encontrado no início desta pandemia.

Vale ressaltar também que as consequências do que enfrentamos ainda hoje nesta pandemia são abordadas no decorrer da discussão deste estudo, pois abalam diretamente a condução de todas ou quase todas as ações exercidas pelo movimento social. Além disso, as populações periféricas são as maiores afetadas e sofrem inúmeros problemas sociais e de saúde decorrentes desta má gestão do atual governo, principalmente em relação à pandemia da Covid-19.

Diante deste cenário, novas articulações vão sendo realizadas pelo movimento social para ajudar sua comunidade no combate ao vírus, ao desemprego e à fome. Também foram reestruturadas as estratégias de análise deste estudo, compreendendo que a forma como o movimento estabelece sua relação com os sujeitos do território frente a esta realidade contribuiu para identificar se suas ações reforçam princípios regulatórios ou emancipatórios.

Durante este percurso, contamos com a disponibilidade de agentes sociais importantes para que este estudo se tornasse possível. Além da opção de reuniões e encontros remotos, em momentos de maior sensação de segurança e de significativa redução da propagação do Coronavírus, considerou-se concebível realizar algumas visitas ao campo no ano de 2020, tentando manter os protocolos de proteção.

Após a identificação das principais questões que abordaríamos neste estudo, agendamos nossa visita à Maloca, com o intuito de iniciar os procedimentos para atingir os objetivos propostos. Ao longo deste processo de coleta de dados, foram realizadas duas visitas oficiais ao campo, estas realizadas na sede do coletivo, no Morro do Sossego, sendo a primeira no mês de novembro de 2020 e a outra em janeiro de 2021.

Na primeira ida à Maloca, encontro-me com a liderança do movimento. Neste momento, a mesma fala abertamente sobre algumas de suas redes de apoio, projetos e ações. Após esta primeira ambientação, exploramos a pé o território do Morro do Sossego. Durante nossa caminhada, a mesma descreve as características do território, sua história no bairro, dentre outras questões. Alguns trechos deste diálogo serão destacados no item **Resultados e Discussão**.

Enquanto percorremos as ruas, conversamos com alguns moradores e colegas da líder comunitária, ora identificada como pastora, ora abordada devido seu trabalho no movimento social, ora como vizinha. Assuntos como os antigos problemas do Morro do Sossego como saneamento básico e questões relacionadas a uma encosta em um beco do Morro que está sob o risco muito sério de queda surgem no decorrer de nossas andanças.

Contabilizamos sete becos no Morro. Ao longo da visita, questionamos alguns moradores sobre o serviço dos Correios por ali e eles relatam que as correspondências chegam normalmente. Ele possui também aproximadamente sete igrejas evangélicas, duas católicas e dois centros espíritas. Nenhuma condução/van/ônibus sobe o Morro e, segundo a líder da Maloca, o que se vê agora seria uma iniciação com mototaxistas.

Foram observadas algumas pequenas melhorias em áreas de lazer do Morro, onde visualizamos algumas maquiagens estéticas, como pinturas de meio-fios e em árvores. Vale lembrar que havia passado menos de um mês das eleições municipais. Teriam essas pequenas ações o intuito de dar visibilidade a algum político que atua na localidade?

Após nossa caminhada, solicitei todos os materiais disponíveis contendo informações a respeito de cada projeto, ação, parceiro, etc. Foram cedidos panfletos, apostilas de alguns projetos, um livro de registro das ações e também atas de algumas reuniões realizadas.

É importante salientar, que boa parte dos materiais com informações mais detalhadas sobre os projetos não se encontravam à disposição, pois a maioria desses registros eram feitos em forma de postagens regulares nas redes sociais da Maloca da Cidadania. Sendo assim, foi sugerido pela própria líder do movimento, que acessássemos tais conteúdos nestes dispositivos remotos a fim de obter maiores esclarecimentos. Até mesmo nas plataformas digitais de cada projeto e de suas respectivas instituições financiadoras.

Logo, um levantamento detalhado é realizado, com o intuito de obter informações a respeito dos projetos, questões que se referem às características, particularidades e aspectos dos mesmos, tendo como base um quadro discriminando as instituições, suas características, dentre outras informações relevantes.

Foram detalhados em colunas: nome da intuição, nome do projeto, características, apoio financeiro direto, outras contribuições, se é ou não uma ação emergencial durante a pandemia, se existem ações de promoção da saúde descritas no projeto, a articulação com outros movimentos sociais, ano de implementação, situação atual do projeto, meios de divulgação, público alvo e se possuem edital formalizado. O Quadro de Projetos encontra-se no **Apêndice C**.

Cabe ressaltar a relevância do processo de caracterização a partir da análise dessas redes sociais, dos atores, dos projetos e das redes envolvidas, além de blogs, websites, dentre outras plataformas digitais. Com estas importantes ferramentas, foi possível obter informações e compreender um pouco melhor a forma como essas redes de relações vão sendo construídas e como elas vão se posicionando publicamente.

Além da divulgação de campanhas, projetos e ações realizados pelo coletivo, suas plataformas digitais como o Facebook e o Instagram se tornam importantes ferramentas de comunicação, já que o coletivo utiliza ativamente essas redes sociais para divulgar suas ações. Ilustram seu processo de formação, permeados por suas vivências, pela religiosidade e pelo saber popular advindo de suas bases matriarcais.

Não foram identificados projetos que pautem objetivamente suas propostas em promoção da saúde. Entretanto, o que existe é uma tradução por parte do coletivo para utilizar tais projetos em prol de promover saúde em seu território.

A partir da elaboração do quadro com as características dos projetos, uma nova visita à sede da Maloca é agendada para janeiro de 2021. Neste dia, é apresentado à liderança do coletivo todos os dados coletados e a mesma pôde analisar o quadro sistematizado, esmiuçando mais detalhes sobre cada um dos projetos descritos, além de corrigir algumas informações que pudessem estar equivocadas, sanar dúvidas, etc.

Ficou evidente a surpresa desta líder ao visualizar a dimensão das ações e projetos desenvolvidos pelo Movimento Maloca. A mesma relatou que como não encontrava tempo para sistematizar todos os seus documentos, não conseguia mensurar a quantidade de projetos que já haviam sido realizados. Além disso, mostrou-se, aparentemente, encantada com os detalhes descritos sobre cada uma de suas ações no decorrer da trajetória de mais de dois anos do coletivo.

Em março de 2021, um novo encontro é realizado, desta vez de forma remota. Através de um aplicativo de videoconferência do Google, chamado Google Meet, me encontrei com a liderança do projeto para uma entrevista não estruturada. Com a finalidade de alinharmos mais alguns pontos referentes à sua trajetória de vida dentro e fora do território, elucidamos mais

algumas particularidades da Maloca. Segmentos desta conversa também podem ser encontrados no tópico **Resultados e Discussão**.

É interessante observar os processos criativos utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa. A partir desta análise documental e dos diálogos com a representante do coletivo Maloca, identificou-se, em dado momento, a relevância de trazer à tona a historicidade da fundadora do movimento social no qual este estudo atuou. O contexto no qual sua trajetória de vida se insere está interligado à nossa discussão, na medida em que podemos observar na prática todas as reflexões envolvendo o importante papel que, tanto ela quanto outros atores do território, ocupam.

Cunha (1995) caracteriza estes agentes sociais como mediadores na comunidade. Essas lideranças no território atuam de acordo com suas experiências nas lutas locais, a partir de seu conhecimento no jogo político e de sua capacidade de interlocução com outros agentes sociais. Suas ações ocorrem mediante o reforço de experiências em comum com os moradores das periferias, produzindo uma proximidade cotidiana com eles.

O caso desta e dos demais agentes mediadores, nos possibilita compreender os contextos e, ao mesmo tempo, as particularidades deste lugar, olhando também a forma como as expressões, os enfrentamentos da periferia, se dão em um mundo neoliberal. Apesar de ser um caso particular, é possível verificar as dinâmicas locais de atuação de coletivos nos territórios periféricos e, por este motivo, falar sobre sua gênese leva em conta também as narrativas de cada agente social que vivencia circunstâncias similares a dela.

Compreender que suas narrativas se interligam estreitamente à memória social do Pantanal, do Morro do Sossego e seus arredores, torna-se importante na medida em que esta pesquisa, buscando desvelar o pensamento destes agentes, relaciona seus principais problemas e necessidades sociais e de saúde à suas vivências dentro do território.

Metodologicamente, a pesquisa percorre a trajetória de vida de uma pessoa, que a partir de certo ponto da história passa a se confundir com a história do próprio coletivo Maloca. Inclusive são trajetórias que, de certa forma, também se cruzam com a sua própria trajetória de vida, estudo e trabalho.

Com a intenção de compreender como o coletivo se articula diante das adversidades, na etapa seguinte foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes sociais indicados pela liderança da Maloca. Essas entrevistas foram elaboradas mediante o roteiro de entrevista disponível no **Apêndice D**.

Este procedimento ocorreu em função do cumprimento do segundo objetivo deste estudo. O mesmo visa mapear de acordo com as narrativas dos participantes do coletivo, quais

são os principais problemas e necessidades sociais e de saúde identificados no território, bem como a atuação do coletivo Maloca diante dessas questões e frente aos projetos de empreendedorismo social adotados.

Em dado momento, a ideia era que as entrevistas fossem realizadas com atores estratégicos que se relacionassem diretamente ou não com a Maloca podendo, inclusive, estar fora do contexto do coletivo. Contudo, as circunstâncias da pandemia fizeram com que restringíssemos a discussão apenas para integrantes da Maloca indicadas por sua liderança.

Ainda em decorrência dos efeitos do isolamento e distanciamento social, optamos por realizar as entrevistas de forma remota. Os participantes indicados pela liderança da Maloca foram convocados via Whatsapp, sendo verificada a possibilidade de participarem das entrevistas por chamada de vídeo no dispositivo Google Meet. Um link era encaminhado a cada entrevistado e, ao clicar, eram direcionados a uma sala virtual onde foi possível estabelecer um diálogo entre pesquisadora e participante.

As entrevistas abordavam questões capazes de dimensionar as principais necessidades e problemas encontradas no território e que interferem direta ou indiretamente na saúde de seus moradores. Foram levantadas questões relativas ao acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao transporte público, à segurança, além de outros assuntos relacionados à proteção coletiva dos grupos sociais que habitam o Pantanal e adjacências. Além de identificar as dificuldades antes e durante a pandemia, perguntas sobre as fontes de ajuda e de solidariedade também foram feitas.

Através do compartilhamento de seus pontos de vista a respeito da situação social e de saúde do local onde residem, podemos constatar que os mesmos se mostraram muito abertos ao diálogo, respondendo os questionamentos com propriedade sobre o assunto, não se restringindo a respostas imediatas e objetivas em demasia. Pelo contrário, se prolongavam em cada assunto, demonstrando real interesse em contribuir e participar do debate sobre as dificuldades que lhe afetavam.

E é neste aspecto que pode ser construído o entendimento de que “toda narrativa é construção, elaboração, seleção de fatos e impressões” (MEIHY, 2005, p. 50). O que nos interessa é buscar a versão dos fatos a partir da visão de mundo de cada sujeito, e não os fatos em si.

Apesar de conter uma forte atuação no Morro do Sossego, o Movimento Maloca está em todo Pantanal e região. Por parecer ser um dos locais mais vulnerabilizado do bairro, o movimento social direciona suas ações de forma mais contundente no Morro, mas não se

restringe a ele. E isso se torna evidente durante a caracterização dos voluntários, podemos ver um corpo voluntário que não se localiza apenas no Morro e sim em todo território do Pantanal.

As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas direcionadas às necessidades e problemas do território, antes e depois da pandemia. Foram seis questões que consideram os principais problemas e dificuldades do território, os problemas relacionados à saúde, especificamente, as necessidades de saúde, as principais dificuldades encontradas durante o período da pandemia, como tem funcionado alguns serviços durante esse período e a quem o entrevistado ou pessoas próximas procuraram quando precisaram de ajuda neste período.

Todas as narrativas foram transcritas e, a partir disso, foram realizadas as análises que estão presentes no item **Resultados e Discussão**.

Outra etapa do processo consistiu em caracterizar as redes de apoio parceiras, na intenção de conhecer um pouco mais essas redes que unem forças ao Movimento Maloca para o enfrentamento das questões sociais que atravessam o território. Ao descrever essas conexões, a liderança do Movimento Maloca nos ajudou a compreender melhor sua rede de relações e como estas se articulam diante das necessidades e problemas sociais e de saúde apresentados nas entrevistas.

As contribuições deste estudo vão para além de uma visão macro. A oportunidade de propor uma escrita coletiva que integra pesquisador (academia) e participantes da pesquisa (população), possibilita que o coletivo se veja como parte essencial deste processo, contribuindo com a estruturação do material científico, enxergue o quão relevante são suas ações e quantas coisas têm produzido desde então. Ao mesmo tempo em que sistematizamos todos esses dados, ajudamos a Maloca neste processo de autoconhecimento e autovalorização.

Diante disso, a discussão desta pesquisa busca explicitar se tais intervenções estabelecem uma relação com as necessidades e problemas da população de seu território. Se são de fato potencializadoras para a conscientização de seus cidadãos, se contribuem para a emancipação dos indivíduos e coletividades, não com a pretensão de ditar o que está certo ou não está, mas sim com o propósito de apontar os aprendizados que foram adquiridos de forma compartilhada ao longo deste estudo, ou seja, o quanto aprendemos com essas narrativas e o quanto contribuímos para o conhecimento dos participantes.

6 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi conduzido conforme as normativas da Resolução 510/2016 do CONEP – Comissão Nacional de Ética e Pesquisa. Considerando os princípios éticos descritos no artigo 3º da Resolução 510/2016, foi utilizado na pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, enviado através de um dispositivo virtual para todos os entrevistados que aceitarem participar da pesquisa, o modelo deste termo encontra-se no **Apêndice E**. A presente pesquisa foi aprovada pelo CEP da ENSP/Fiocruz sob o número CAAE 36239020.0.0000.5240.

A participação na pesquisa foi realizada fruto de livre e espontânea vontade dos sujeitos. Estes foram selecionados a partir dos critérios de inclusão previamente estabelecidos, e convidados à participação. Não houve qualquer tipo de constrangimento em relação aos convidados, todos aceitaram fazer parte da pesquisa.

O processo de consentimento e assentimento livre e esclarecido foi conduzido a partir da realização dos esclarecimentos necessários, por meio de uma comunicação clara e acessível aos sujeitos. Este procedimento foi realizado em ambiente virtual por conta do cenário atual, onde medidas de isolamento social têm sido adotadas por conta da proliferação do novo Coronavírus, conforme as orientações do CEP/ ENSP.

Apesar de, esta pesquisa tentar garantir o anonimato dos sujeitos, em alguns casos poderá não ser possível, devido ao envolvimento dos mesmos com o movimento social onde este estudo pretende atuar. Porém, é importante registrar que nenhum material será publicado sem a autorização dos sujeitos entrevistados e os nomes dos entrevistados não serão revelados em hipótese alguma, sendo os mesmos identificados apenas como Entrevista 1, Entrevista 2 e assim sucessivamente. Os nomes de determinadas instituições, pessoas públicas ou não, poderiam ser preservados e/ou modificados para segurança do entrevistado, caso ele assim solicitasse.

No momento de reforço do convite aos colaboradores, que foi feito via Whatsapp por intermédio de indicação da liderança do Movimento Maloca, foram apresentadas informações acerca de todo o processo da pesquisa, ficando a cargo de cada sujeito aceitar participar ou não. O áudio desta entrevista foi gravado, portanto, logo no início os participantes foram questionados sobre seu consentimento em participar desta pesquisa e gravação da mesma. Os mesmos tiveram acesso a este documento e foram informados de que poderiam imprimir-lo ou arquivá-lo para que fiquem com o registro dos contatos do pesquisador e do CEP.

Seguindo as orientações do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da ENSP, a partir do instrutivo para o consentimento em pesquisas online, o TCLE foi encaminhado em formato PDF para o contato do Whatsapp de cada entrevistado e os mesmos foram questionados se havia alguma

dúvida em relação ao termo. Ao serem sanadas todas as possíveis questões, o entrevistado era questionado sobre sua autorização para gravação de áudio da entrevista e, mediante a todos os esclarecimentos, a entrevista era iniciada.

Os riscos oferecidos por este projeto aos sujeitos participantes da pesquisa são mínimos e se referem ao risco de constrangimento durante a entrevista; risco de dano emocional, devido às questões abordadas na entrevista ou risco de identificação indireta, devido à exposição em que o mesmo está suscetível. Cabe registrar que não ocorreu tal desconforto.

A pesquisadora, com formação em Psicologia, forneceu um primeiro acolhimento, comprometendo-se a se colocar à disposição para oferecer uma escuta acolhedora. Não foi verificada a necessidade de aplicar outra forma de mitigação dos riscos.

Um dos grandes questionamentos enfrentados pelo corpo de pesquisadores deste estudo se trata de como, na preservação identitária dos agentes sociais da Maloca, pode-se resultar em, mais uma vez, retirar a autoria, produzindo mais silenciamentos, apagamentos desses sujeitos. Ou seja, ao mesmo tempo em que buscamos ser cautelosos com as questões éticas, precisamos nos atentar ao fato de que isso não poderá se tornar mais um instrumento de colonização. O dilema ético então seria não dar autoria ou aumentar o risco?

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui de sua vida. (VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 260).

Este capítulo buscou contextualizar a formação do movimento social Maloca da Cidadania, compreendendo a trajetória de vida de sua principal fundadora. Destacaremos aqui pontos importantes sobre seu histórico familiar, sua trajetória escolar e acadêmica e também suas vivências religiosas até os dias atuais. Tal descrição nos permite visualizar o cenário e as motivações que resultam na criação do coletivo, contribuindo também com o caráter emancipador de suas ações.

Assim como procurou-se, no item seguinte, detalhar as características de cada projeto realizado pela Maloca, desde sua fundação até o início do ano de 2021, contendo ele a temática do empreendedorismo social ou não. No decorrer dessas descrições, foi possível analisar brevemente o contexto político-social de cada uma das instituições financiadoras de cada projeto, bem como a intencionalidade das mesmas em desenvolver projetos sociais em territórios periféricos.

Observa-se que algumas delas, mesmo tendo suas bases enraizadas nos moldes neoliberais de opressão e regulação, conseguem dialogar e efetuar projetos satisfatórios nestes territórios. Já outros se apropriam de discursos que teoricamente voltam-se para as questões sociais, mas não buscam compreender as necessidades e problemas destes lugares. Ainda assim, o diferencial está nas reinvenções desenvolvidas pelo coletivo Maloca, adaptando tais projetos à realidade local.

Posteriormente, realizamos a caracterização e a análise das entrevistas realizadas com participantes do coletivo Maloca. A princípio, buscamos traçar o perfil de cada um dos entrevistados, para depois captarmos os trechos mais expressivos de cada depoimento. Verificamos que, ao questioná-los sobre as necessidades e problemas sociais e de saúde do território, evidenciam-se com maior frequência problemas como: dificuldades no acesso aos serviços de saúde, falta de creches, assaltos, precariedade das escolas do bairro e no saneamento básico da região, dentre outros. Além disso, durante a pandemia do Coronavírus SARS COVID-19, questões relacionadas ao desemprego, à fome e à saúde mental também se destacaram.

Ademais, foram caracterizadas as principais redes de apoio social do coletivo Maloca, com o intuito de compreender como as mesmas, ao se articularem, podem promover saúde com natureza emancipatória, além de se organizarem na luta pela garantia de direitos sociais para os

cidadãos de seus territórios. Ao longo da análise sobre os resultados deste estudo, podemos contemplar como nosso arcabouço teórico é desenvolvido e desenrolado na prática, a partir da experiência do Movimento Maloca da Cidadania.

7.1 DONA MALOCA – A GÊNESE E O GÊNERO DO COLETIVO MALOCA DA CIDADANIA

Antes de iniciarmos a análise relativa aos projetos, de forma a identificar ações/experiências de promoção da saúde e suas principais redes de apoio social, faremos uma breve descrição da emergência do coletivo Maloca da Cidadania, relacionando-o com o contexto em que está inserido.

Para tanto, é importante conhecer um pouco da história de vida de uma importante agente social, do Morro do Sossego, bairro Pantanal, localizado no município de Duque de Caxias, território periférico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Na descrição a seguir, a chamaremos de Dona Maloca¹⁸.

Apesar de ser moradora da comunidade do Pantanal, também atua como uma agente de mediação local e extralocal. Não só ela, como outros agentes sociais centrais, contribuem nessas articulações extralocais. Possuindo uma visão a respeito dos problemas e necessidades do território, com todo potencial e conhecimento que lhe permitem ter um olhar crítico, esses agentes se tornam capazes de analisar todas as implicações das relações de poder na comunidade, observando também a atuação dos mediadores externos (CUNHA, 1995).

Dona Maloca é nascida e criada no bairro Pantanal e tem sua vida marcada, desde a infância, pela luta pela sobrevivência, pela inserção em espaços coletivos de ação comunitária e, mais recentemente, por uma articulação entre coletivos de movimentos sociais urbanos do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e do país.

Sua trajetória é marcada também pela questão da religiosidade, levando a se transformar em uma agente religiosa progressista e a fundar uma igreja evangélica no território. Esta apresenta-se como uma importante categoria de análise, pois podemos visualizar o papel da religiosidade como elemento importante da cultura popular. Esta discussão será aprofundada mais adiante.

¹⁸ Como já discutido anteriormente, considerando a simbologia representada pela força das “Donas Malocas” no território, nomearemos assim a principal mentora deste coletivo de mulheres. Sabemos que a tentativa de preservar sua identidade pode falhar, na medida em que são explicitados um número significativo de informações de cunho pessoal dos entrevistados. Entretanto, seguindo nossas considerações éticas, o esforço pela segurança e proteção dos sujeitos desta pesquisa deverá ser endossado.

Mulher, negra, mãe, atravessou várias barreiras impostas pela estrutura sócio-econômica e se formou em Serviço Social por uma importante universidade pública do Estado do Rio de Janeiro. Para conquistar seu desejo de chegar à universidade, Dona Maloca exerceu diversas ocupações. Trabalhou como atendente de telemarketing, comerciante e recenseadora do IBGE (contribuindo, inclusive, com o registro das ruas no Morro), até se tornar assistente social em 2013, técnica em Nutrição em 2015 e Especialista em Promoção da Saúde pela ENSP/FIOCRUZ em 2017. Notamos aqui, como além de seus saberes de vida, seu conhecimento técnico também assume um papel significativo para o desenvolvimento de suas ações no território.

Nascida no bairro Pantanal, no final dos anos 1970, Dona Maloca fica órfã aos quatro anos de idade e passa a ser criada por sua tia-avó, que foi uma grande referência de liderança popular no bairro. Em homenagem nas redes sociais do coletivo Maloca da Cidadania no Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, sua tia-avó é assim descrita:

[...] se auto intitulava cozinheira de forno-fogão. Mulher negra, mãe solo, empregada doméstica, nordestina, periférica, chegou ao Rio e foi trabalhar e ‘morar’ na Zona Sul. Dentre várias gestações, só teve uma filha [...] Com as ‘economias’ comprou um terreno, construiu uma casa, e assim veio morar no bairro Pantanal, onde criava animais e cultivava alimentos para seu sustento e dos que conviviam com ela, como também compartilhava com a vizinhança. Com a construção da casa, recebeu suas irmãs e sobrinhos que vinham do Nordeste, a qual tornou-se uma aldeia de refúgio para os seus e para todos que precisavam de abrigo. A casa simples era sempre cheia de mulheres, homossexuais, doentes, idosos, crianças, doentes mentais, entre outros. Assim, criou a sua filha e a sobrinha-neta, com a sua aposentadoria de doméstica, o auxílio do pai de [Dona Maloca] e com as excursões que fazia. Com as excursões proporcionava que suas filhas, os jovens e moradores do bairro o direito ao lazer, sem se preocupar por serem chamados de ‘farofeiros’, pois levava comida para alimentar a todos passageiros do ônibus - número que poderia chegar a mais de 100 pessoas. (MALOCA DA CIDADANIA, publicado na rede social Instagram em 25/07/2020).

No relato acima, observam condições de vida e trabalho de pessoas que não foram alcançadas pelos direitos sociais, configurando uma situação onde injustiças sócio-históricas se acumulam. As carências produzidas a partir disso precisam ser analisadas, no entanto, evidencia-se também as potentes referências materna, familiar e comunitária, estas marcadas pelo acolhimento – seja recebendo familiares recém chegados do Nordeste, seja compartilhando alimentos produzidos em sua terra e abrigando quem precisasse de amparo.

As descrições apontam para uma condição social de mulher negra, migrante nordestina, mãe solteira, trabalhadora doméstica em área nobre da região metropolitana, que constrói um lugar de luta pela própria sobrevivência e que inclui também o acolhimento de familiares, outros

migrantes e de uma diversidade de pessoas em condições “subalternizadas” na sociedade urbana brasileira.

Para esses grupos, direitos sociais básicos como moradia, alimentação, lazer, emprego, dentre outros, são conquistados com muita criatividade e enfrentamento a uma estrutura social injusta e racista que marcam a história das periferias urbanas e rurais do país. Territórios estes onde a proteção da vida se constrói com muita criatividade e solidariedade. Ocupar e circular por lugares pouco ou nada autorizados, depende de muita coragem e inventividade diante do enfrentamento de vários tipos de violências decorrentes de injustiças sociais.

O bairro Pantanal está localizado às margens da BR 040 – Washington Luiz, uma das principais rodovias do ERJ, em um trecho que vai de Duque de Caxias até o estado de Minas Gerais. Com aproximadamente 6 km de distância da rodovia e a 2 km da estação de trem mais próxima, a do Gramacho, podemos afirmar que Pantanal se apresenta como uma margem integrada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Dominguez (2018), ao propor um olhar para além dos limites das áreas centrais do Rio de Janeiro e buscando refletir sobre o olhar sociológico centrado na polarização entre favelas e bairros cariocas, nos adverte sobre a necessidade de ampliar o foco sobre suas margens, entendendo que a dinâmica urbana dessas outras periferias jamais deixou de se complexificar. Á vista disso, precisam ser retomadas as discussões sobre os loteamentos nos municípios da RMRJ, entendendo o processo político de constituição da mesma e a dimensão espacial como componente central para a compreensão das transformações urbanas e da política na cidade.

Para o autor, “a coexistência entre agentes econômicos, as instituições do Estado e os moradores dos loteamentos urbanos está assegurada pela prática social (e espacial), ou seja, pela busca de todos em legitimar sua presença na cidade” (DOMINGUEZ, 2018, p. 38). Sobretudo, o mesmo enfatiza que embora o processo de urbanização destas margens esteja integrado aos moldes do capitalismo, elas ocupam posições hierarquicamente desiguais.

Compreendendo que o processo de colonização presente no contexto acima é marcado pela ocupação e domínio, resultando em práticas de violenta dominação sobre os povos colonizados (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014), consideremos a colonialidade como sua continuação. Ballestrin (2017), afirma que esta análise exploradora, atribuída à modernidade “pelo início das formas de opressão, exploração e dominação relacionadas ao imperialismo e ao colonialismo acaba por deslocar a atenção sobre a forma de capitalismo que permitiu sua estruturação e sistematização” (BALLESTRIN, 2017, p. 532).

Segundo a autora, a perspectiva decolonial é produzida diante da resistência a estas opressões, operando com força reativa aos modos coloniais, propondo um debate crítico à

modernidade e ao eurocentrismo. A narrativa abaixo, além de reforçar aspectos já apresentados acima, também nos traz elementos para identificar as estratégias coletivas de Dona Maloca, sua família e toda sua rede de apoio em meio aos processos de colonialidade vivenciados:

Eu e minha meia irmã e grande parceira da Maloca, recolhíamos restos de comida em todo o bairro para os porcos da chácara de minha tia, éramos conhecidas como ‘as lavageiras’. Na chácara nós cuidávamos de plantas, bichos. Até hoje lá tem pé de amora, pitanga e manga, a minha irmã ainda mora lá, mas tem uma grande parte abandonada, são 250 metros quadrados de terreno dados como ‘perdido’. Queria tanto fazer alguma coisa lá, usar aquele espaço para plantio, dava pra fazer muita coisa [...]. Já trabalhei com muita coisa nessa vida, durante toda minha infância e adolescência ouvi da minha família que deveria ir trabalhar como doméstica, mas nunca quis. Meu pai era o único que me incentivava a escolher o caminho dos estudos e, apesar de ainda não saber bem a carreira que iria seguir na época, já sabia que não queria o mesmo destino de quase todas as mulheres da minha família. (Dona Maloca, em entrevista realizada em janeiro de 2021).

Na urgência da vida, o verbo “prever” é impossível de ser conjugado antes do verbo “prover”. A urgência de prover a sobrevivência impõe limites às prevenções. Projetos “confortáveis” de vida são conquistados por aproximações sucessivas, na medida em que provisões básicas para a sobrevivência permitem acumular energias/conhecimentos/poder construídos por redes de suportes sociais para o enfrentamento dos conflitos decorrentes da imposição de projetos de colonialidade global que se expressam localmente em territórios periféricos. Valla (1996), inspirado em texto de Lygia Segalla, nos instiga a pensar a relação entre profissionais de saúde de educação e as classes populares, levantando a hipótese que:

Estes setores da população conduzem suas vidas com a categoria principal de ‘provisão’. Com isso se quer dizer que a lembrança da fome e das dificuldades de sobrevivência, enfrentadas no passado, faz com que o olhar principal seja voltado para o passado e preocupado em prover o dia de hoje. Uma ideia de “acumulação”, portanto. Neste sentido a proposta da “previsão” estaria em conflito direto com a da “provisão”. (VALLA, 1996, p. 179).

O projeto de enfrentamento de Dona Maloca, de sua família e de outros sujeitos que integram o coletivo, é construído na ação direta na comunidade, provendo a vida e na articulação social e política com outros espaços da metrópole.

A figura paterna de Dona Maloca, possui uma importante contribuição na educação da filha. Caminhoneiro, pedreiro e migrante nordestino, se desloca para o Rio de Janeiro nos anos 1970. No relato abaixo, a liderança comunitária nos traz mais detalhes sobre sua relação com o pai:

O marido da minha tia e meu pai eram colegas de trabalho e como ele era de Campina

Grande [PB] e não conhecia ninguém por aqui, foi recebido na casa dos meus tios. Então ele conheceu minha mãe, se casaram e automaticamente essa virou a família dele também, morávamos todos juntos. [...] Ele sempre foi muito correto, pagava pensão direitinho, escola, tudo, mas trabalhava muito, então eu ficava a maior parte do tempo com minha tia. Ele costuma dizer que todos os aeroportos que conhecemos foi ele quem fez a pista! (risos) [...] meu pai ficava todo bobo com a filha estudiosa dele, então sempre tentou incentivar isso, pagava curso de informática pra mim no SOS computadores, fiz processamento de dados, isso me ajudou muito. Ao mesmo tempo que ele tem orgulho, ele me critica também, me questiona o porquê de ter estudado tanto e não ter tido um bom retorno financeiro. (Dona Maloca, em entrevista realizada em março de 2021).

Sua trajetória escolar narrada abaixo, mostra um percurso de inserção em escolas públicas, passando por pré-vestibulares criados por movimentos sociais periféricos, como é o caso do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), visando a inclusão social desses grupos nos circuitos universitários¹⁹. Incentivada pelo pai, vai superando barreiras e construindo caminhos de possibilidades de chegar à universidade pública a ampliar as fronteiras das relações sociais impostas pela estrutura socioeconômica do país.

Estudei no antigo Colégio Educandário Maria Tenório (do pré até o Ensino Médio [escola pública localizada no próprio bairro Pantanal]). Tive o privilégio de ser aluna da segunda turma do Pré-vestibular do Colégio GPI, mas não entrei para a universidade de primeira, então participei da turma do pré-vestibular para Negros e Carentes, que ocorria aos fins de semana no CIEP Clementina de Jesus. Entrei para Faculdade de Serviço Social da UERJ no ano de 1999. Foi muito difícil permanecer, ainda não tinha cotas, as passagens eram caras, ainda não tinha estação de trem no Maracanã [...] precisei trancar e quase perdi minha vaga, mas, Graças a Deus, retornei. Fui trabalhar de Telemarketing, depois passei no concurso do IBGE, e fui recenseadora no Morro do Sossego, em 2000. Já tinha dois filhos nessa época. Trabalhava de 9h as 15h [...] depois consegui um estágio interno com direito a uma bolsa pra ajudar na passagem. A partir daí, começou o meu amor pelo engajamento social, que ao iniciar a faculdade era só uma sementinha! Comecei um estágio obrigatório no morro do Turano, no Grupo de Formação de Professores Populares (GEFET). Consegui me formar em 2013 depois de muita luta. Mas depois disso, nada de emprego. Em 2017, consigo acessar novamente a Universidade pública, dessa vez, na ENSP- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz, na especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social e começo a entender a importância e necessidade de proporcionar que o conhecimento adquirido nessa trajetória de luta e resistência chegasse na periferia em que eu morava. Neste mesmo ano, iniciamos o que seria o embrião da Maloca (oficinas de artesanatos com mulheres). Hoje atuo como Assistente Social tanto na Maloca, como numa Instituição de Longa Permanência para idosos. Mas, o mais importante é trocar conhecimentos e

¹⁹ “O crescente número de cursos preparatórios institucionaliza como prática social uma política extraoficial na educação brasileira. Tais cursos funcionam na ausência do Estado no que se refere à criação de mecanismos de regulação e fiscalização destas experiências. A não regulamentação é funcional à manutenção dos cursinhos comerciais e aos cursos populares. Para a iniciativa privada, tal expediente permite ampliar a quantidade de estudantes em sala e flexibiliza os sistemas de regulação e controle, o que permite, seguramente, a ampliação dos lucros. Para as iniciativas populares, permite o funcionamento e continuidade da realização dos cursos mesmo sem as condições ideais que se buscam ter na educação formal: local próprio e instalações adequadas, quadro de docentes com formação para o exercício profissional, políticas de permanência dos estudantes na escola e outras.” (ALMEIDA, 2016).

saberes no lugar que nasci, cresci, brinquei, casei, moro e estou educando meus filhos. (Dona Maloca, em publicação no seu Facebook pessoal, em abril de 2020).

Ao analisarmos a linha temporal da trajetória estudantil desta liderança, observamos características marcantes que, seguramente, contribuíram para uma atuação social em atividades coletivas em seu território. Dona Maloca sempre estudou em escolas públicas dentro do município de Duque de Caxias e, logo após sua formação, fica sabendo através de vizinhos sobre a existência de um pré-vestibular que tem uma longa história de lutas para o acesso dos mais pobres as universidades públicas, o Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), organizado pela Pastoral da Juventude²⁰ (PJ) da Diocese de Duque de Caxias – RJ.

De acordo com informações obtidas pelo website do movimento, o PVNC²¹ surge na Baixada Fluminense no ano de 1993, “em função do descontentamento de educadores com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados” e se propõe a ser um “movimento popular, laico e apartidário” (MOVIMENTO PVNC, 1999, p. 4).

Atuando em parceria com instituições públicas de ensino, podemos constatar que o PVNC-PJ, constitui suas ações voluntariadas a partir de uma atuação militante na busca por transformações democratizantes na Baixada Fluminense (MOVIMENTO PVNC, 1999).

Diante da conquista de uma vaga na universidade pública, obtida pelos aprendizados adquiridos neste curso pré-vestibular e da potência que tudo isso representa, a narrativa abaixo descreve o período em que realizou o curso de graduação, e a respeito das motivações e inspirações de Dona Maloca:

Eu ia muito no INSS com uma tia minha para fazer a revisão de cálculos, e ouvia muito falar sobre o Serviço Social. Não entendia do que se tratava, mas via que era algo bom e minha tia estava lá porque tinha direitos. Daí quando fui estudar no pré-vestibular, meu pai insistia para eu cursar Direito. Ele dizia que tinha alguns amigos do seu trabalho que conseguiram se formar no curso e era o sonho dele. Quando passei no concurso, todos pensavam que era pra Direito, mas ele era um curso muito concorrido e, além do mais, eu tinha pavor de falar em público! Na época, recebi um

²⁰ Caracteriza-se como um organismo de ação social católica da América Latina ligados também aos movimentos sociais.

²¹ Sua fundação ocorre a partir de reflexões da pastoral do Negro, em São Paulo, e em função da ascensão de pré-vestibulares comunitários pelo país, além da contribuição da PUC-SP, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, concedendo 200 bolsas de estudos para estudantes participantes de Movimentos Negros e Populares.

A Pontifícia Universidade Católica – PUC, apesar de ser uma instituição de educação privada, possui um histórico de experiências promissoras no que se refere a políticas de ação afirmativa. Salvador (2011), que nos apresenta a gênese desta política dentro da PUC-Rio, descreve o processo embrionário destas ações a partir da concessão de bolsas de estudo que ocorre desde a década de 1960. No ano de 1994, a universidade estabelece um convênio com o PVNC e, considerando o contexto das desigualdades sociais, raciais e estruturais do Brasil, adota uma política de ação afirmativa contundente e em consonância com a política adotada nas instituições federais.

manual da faculdade (não era nada online) sobre os cursos que eles ofereciam e quando li sobre o Serviço Social me identifiquei na hora. Me lembro até hoje, eu dentro do ônibus lendo aquele manual, disse: ‘essa é a minha profissão!’ Logo no primeiro período da faculdade, uma professora que até hoje tenho no meu Facebook, perguntou para a turma o que nos motivou a cursar Serviço Social e todos respondiam que era pra ajudar as pessoas. Fiquei incomodada, porque não era bem aquilo que eu queria, ser boazinha apenas. Apesar de naquela época eu não ter a consciência de realidade que tenho hoje, ainda não entendia nada das contradições do capital (risos), mas quando fui questionada por ela, respondi: ‘Eu quero fazer a diferença na comunidade onde eu moro.’ O que eu queria dizer é que gostaria de levar o conhecimento da academia para lá. Eu só sabia que com o Serviço Social aprenderia como reconhecer os direitos, como acessar, como reivindicar, mas não me vejo como a boazinha não. Eu sou chata, ignorante as vezes (risos). Até porque, para ser só boazinha, eu nem precisaria de faculdade. Até nessa questão de divulgar as fotos das doações, eu particularmente não gosto muito, prefiro compartilhar as rodas de reflexão que fazemos, por exemplo, acho que tem muito mais impacto. (Dona Maloca, em entrevista realizada em março de 2021).

Evidencia-se assim, um encontro da universidade pública com um conhecimento capaz de estimular ainda mais o pensamento crítico e visão de mundo necessários para a construção de possibilidades de transformação da sociedade, como a Maloca da Cidadania. Podemos testemunhar os caminhos escolhidos por esta agente mediadora da comunidade do Pantanal que, mesmo tendo a opção de seguir caminhos outrora estipulados como doutrinadores e conservadores, presentes geralmente nas religiões cristãs, se abastece de uma educação libertária que é capaz de propiciar iniciativas tão importantes assim.

Dona Maloca ingressa em uma pós-graduação em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social (PSDS)²² na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no ano de 2017. Na narrativa abaixo, a mesma nos fala sobre as redes que a fizeram ter acesso a outras oportunidades dentro da rede pública de ensino:

Quando estava no campo de estágio e de extensão, me cadastrei para receber ‘mala direta de e-mails’ de algumas instituições, e mesmo depois que sai da faculdade continuava recebendo os e-mails. Eu recebia todo dia no final da tarde um boletim da Ensp e quando anunciaram o curso de especialização em PSDS, me identifiquei, pois tinham uma metodologia de Paulo Freire. Nessa época, eu tinha acabado de terminar meu curso técnico em nutrição e estava muito voltada para área da saúde, pensando muito na saúde clínica, biológica, por isso vi a oportunidade. Estava um pouco afastada do campo do serviço social nessa época. Mal sabia eu que poderia ligar um pouco das duas coisas nessa pós-graduação. Quando li a ementa do curso e vi que não tinha prova, me animei. Me recordo que o dia da entrevista foi marcado por uma forte chuva e estava tendo operação de intervenções militares em Manguinhos. Pensei até em desistir, mas fui com medo mesmo. (Dona Maloca, em entrevista realizada em março de 2021).

²² No tocante ao curso de Especialização em PSDS, Tavares (2013) descreve que o mesmo baseia-se em um conceito de educação a partir da transformação das práticas sociais de gestão, educação, cuidado, entre outras. Orientado segundo uma perspectiva problematizadora, visa formar profissionais de diferentes áreas do conhecimento com atitudes e habilidades para reflexão crítica do setor saúde.

Quando falamos da trajetória de vida desta liderança e do coletivo liderado por ela, não podemos deixar de falar sobre religiosidade e sobre prática religiosa. Isso porque, trata-se de um dos mais importantes pilares de sustentação da Maloca da Cidadania e de suas redes de apoio. Pode-se reconhecer que sua organização sociocultural e política ocorre em torno de cultos religiosos e daí se expande para outras possibilidades.

Ao observarmos que Dona Maloca, e a maioria dos integrantes do movimento congregam em igrejas evangélicas no território e, que a igreja onde atua como pastora é parte importante de sua rede de apoio tanto dentro da comunidade como fora dela, indagamos sobre sua trajetória nesse campo. No trecho abaixo podemos olhar um pouco a Dona Maloca líder religiosa:

A minha família era muito aberta a todas as religiões. Ao mesmo tempo que fiz primeira comunhão em uma igreja católica aqui no morro, na minha casa haviam cultos espíritas, de umbanda e de candomblé, tínhamos amigos testemunhas de Jeová que nos visitavam sempre e os cristãos evangélicos também. Quando minha tia-avó ficou mais velha e adoeceu, começou a visitar uma igreja evangélica e acabou se batizando. Mas naquela época eu não achava os cristãos protestantes tão radicais como hoje, pois mesmo na religião, nossa casa continuava aberta para os adeptos de outras crenças, além de mantermos nossa amizade com amigos que eram homossexuais, com problemas de saúde mental e etc. O curioso disso tudo é que eu me rebelei com minha tia nessa época, pois não queria entrar para a religião evangélica (risos). Isso foi lá pra 1997/98, e eu estava tão revoltada com tudo isso que nem no batismo da minha família eu fui. Mas então houve um dia em que eu sozinha me interessei e fui junto com uma amiga visitar uma igreja. A pior coisa é fazer as coisas por conta da pressão dos outros. O que me motivou a procurar a religião foi o vazio que eu sentia, uma questão espiritual mesmo. Daí fui e me identifiquei, sem pressão. Mas ainda sou considerada 'rebelde' por muitos cristãos protestantes que conheço [...] Meu marido também tem uma história parecida. Nós dois, juntos, nos interessamos em ministrar a palavra e chegamos a congregar em algumas igrejas, mas algo nos incomodava. Algumas doutrinas, regulações e julgamentos sempre nos aborreciam muito, éramos taxados de 'muito independentes' por outras lideranças religiosas. Foi então que em 2018 decidimos fundar a Comunidade Cristão Gerando Vida, bem na época da Maloca. Largamos tudo, todo o status que pastores de 'igrejas grandes' possuem. Muitos irmãos nos acompanharam nessa transição. Hoje estamos livres, sinto que Deus nos libertou, nos abençoou. Não estamos atuando na igreja durante a pandemia, pois escolhemos esperar tudo isso passar. Como abrir o templo e colocar em risco tantas pessoas? Precisamos agir com coerência e responsabilidade [...] A Gerando Vida é uma grande parceira da Maloca, contribui financeiramente com ações do movimento, além de ceder o espaço e voluntários. Tento não relacionar a imagem da Maloca a um coletivo de cunho religioso, pois lá buscamos acolher pessoas de todas as crenças. Mas nossa igreja é sim uma grande parceira e rede de apoio do coletivo. (Dona Maloca, em entrevista realizada em janeiro de 2021).

No início da fase adulta, emerge no contexto familiar conflitos relacionados à prática religiosa. Sua tia-avó se converte ao cristianismo protestante e, logo em seguida, Dona Maloca, que era católica, também adere à religião. Diante de algumas divergências com doutrinas rígidas impostas, dentre outros fatores, ela se desvincula da instituição religiosa que fazia parte e funda uma comunidade cristã com um caráter mais progressista.

A instituição da qual se desliga, corresponde a um formato hegemônico e tradicionalista muito comum às comunidades evangélicas, estas geralmente caracterizadas por princípios intolerantes relacionados a questões de vestimentas e de condutas, além da abominação diante de comportamentos vistos como “impuros”, por vezes dispostos a condenar quem pensa diferente de suas imposições.

Para Lugones (2014), a missão civilizatória presente no projeto eurocêntrico de modernidade, que serviu à expansão do capitalismo, inclui a conversão ao cristianismo e esteve presente na concepção ideológica das conquistas e colonização. Para a autora, existiria um abuso na missão civilizatória, onde a confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuras da relação com o Satanás. A transformação civilizatória justifica a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si como pessoas, da relação intersubjetiva.

Diante desta reflexão, ela enfatiza que:

Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também criativamente opositiva. A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão - resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. (LUGONES, 2014, p. 939).

Podemos observar uma relação entre o processo de Dona Maloca e a criatividade opositiva na medida em que entendemos o projeto neopetencostal como sendo uma permanência histórica do projeto civilizatório colonizador, com um braço no cristianismo que se perpetua e que se articula. Quando ela cria essa igreja com um caráter mais emancipatório, ela está em um processo de reinvenção.

Observa-se que, no mesmo período em que é fundada a comunidade evangélica progressista, Dona Maloca ingressa na Pós-graduação em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social. Quais eram as motivações concentradas ali? O fato de ser uma líder religiosa conhecida no território, uma assistente social formada em universidade pública, politicamente engajada em causas sociais e com perspectivas progressistas, nos mostra que já havia um movimento social potente neste território, antes mesmo da institucionalização da Maloca da Cidadania.

Conversas informais e entrevistas realizadas neste estudo permitem identificar narrativas que buscam separar a ação do coletivo e as práticas religiosas. No entanto, no

cotidiano das experiências coletivas na comunidade e na família é praticamente impossível essa separação.

Para Valla (2001) a religiosidade expressa uma força da cultura popular, na medida que possibilita a criação de uma identidade mais coesa entre as classes populares, ajuda a enfrentar as ameaças, a ganhar novas energias na luta pela sobrevivência, e reforça uma resistência cultural que, por si só, reforça também a busca da religião como solução.

A religiosidade presente nas culturas populares tem sido importante na constituição de redes de apoio social, na provisão da vida. Portanto, se a cultura popular é tão marcada pelo cristianismo, não podemos negar sua existência, precisamos considerar sua força, principalmente em territórios periféricos. Logo, visto que as reinvenções vivenciadas por Dona Maloca passam por este processo de anticolonização, não possa significar que sua intenção também seja descolonizar o próprio cristianismo colonizador?

Mediante esta contextualização, precisamos enfatizar a grande ascensão da religião cristã protestante/evangélica, principalmente nas camadas populares da sociedade brasileira. Altmann (2012), em seu estudo sobre a relação dos dados do Censo 2010 e a religião, destaca a ascensão deste grupo religioso, onde eram representados por 2,6% da população brasileira na década de 1940. Já nos anos 2000, correspondia a um percentual equivalente a 22,2%, de acordo com o CENSO 2010. Vale ressaltar que esses dados se referem ao período de seu estudo, ficando evidente que este número tende a ser muito maior nos dias atuais.

Se outrora a imagem da mulher era de absoluta submissão à autoridade religiosa representada pela figura masculina, a identidade feminina adquire novos contornos dentro do processo de ocupação de cargos e funções nas igrejas neopentecostais. Ao acompanhar as tendências que modificam o papel da mulher na sociedade como um todo, emerge a possibilidade de uma reelaboração de suas identidades também no âmbito religioso “[...] as obreiras, pastoras e bispas transformam-se não apenas em líderes religiosas, mas também em chefes de família e sujeitos de destaque nas comunidades em que vivem” (GABATZ, 2017, p. 101).

Apesar de seu lugar de destaque como pastora, as regulações impostas pela prática e cultos religiosos das igrejas que Dona Maloca e seu esposo faziam parte pareciam limitar a possibilidade de construção de sujeitos sociais emancipados dos projetos de colonialidade presentes nas regras comportamentais e nos preconceitos daquelas instituições religiosas. Era necessário buscar um lugar de religiosidade com possibilidade emancipadora.

Abaixo, Dona Maloca narra sobre sua visão progressista no campo religioso:

Eu e meu marido pensamos da seguinte forma: precisamos trazer o reino de Deus para a Terra. O reino de Deus é aqui, precisamos fazer ações aqui. O que vemos hoje é que se prega muito essa parte espiritual como se as pessoas estivessem de certa forma ‘comprando o céu’ [...]. (Dona Maloca, em entrevista realizada em março de 2021).

Assim, em 2017, funda junto com o esposo a Igreja Comunidade Cristã Gerando Vida, com a proposta de um “Evangelho libertador, sem julgo, sem controle ou dominação”²³, de acordo com uma declaração de seus representantes em um jornal digital. Esta mobilização, por si só, já apresenta seu caráter emancipador, o ato de se libertar de um sistema opressor, mostra o acontecer das potências e das resistências nas margens.

A imposição de determinados tipos de controle e de regulação sobre esses corpos, em especial aos corpos femininos, é feito principalmente no projeto político de modernidade com importantes contribuições do cristianismo. A mulher tem um papel de reprodução social no capital, que é reproduzido no espaço doméstico. O que é autorizado à essas mulheres, periféricas e negras, é o espaço do trabalho doméstico e da prestação deste serviço. A desobediência de não se limitar a este espaço e ocupar outros precisa estar associada à questão da religiosidade, pois ela também marca a cultura popular. A ideia seria construir uma religiosidade popular menos opressora.

Assim, Dona Maloca foi desobedecendo os papéis que a sociedade patriarcal impõe, mas mantendo o papel feminino do cuidado. Testemunhamos este movimento quando ela escolhe sair da igreja com visões de mundo diferente das suas, pois não era o esperado. Quando a mesma opta por estudar ao invés de trabalhar fora, como a família queria, está criando essa desobediência. Como nosso propósito seria não falarmos da carência e sim da potência, é importante destacar essas questões. É a transgressão criativa. Corpo desobediente em ação.

A inserção em atividade de mobilização comunitária e a busca de caminhos de religiosidade se entrecruzam, e com os passar dos anos Dona Maloca torna-se uma importante líder religiosa no território. Seria este fato uma simples coincidência? Partindo da premissa de que a opressão também se dá via religiosidade, evidencia-se a compreensão dos polos de resistências implícitos neste processo.

Frente a um cenário de precarização vivenciado pelas populações que têm seu acesso à saúde negado progressivamente, a cura por intermédio de intervenções religiosas possui significativa importância para estes grupos vulnerabilizados, e promessas relacionadas ao restabelecimento da saúde são recebidas de maneira esperançosa (MACHADO, M., 2005).

²³ Publicado na plataforma digital “Duplo Expresso”, no dia 06/04/2020. (<https://duploexpresso.com/?p=111851>)

Contudo, diante dos apontamentos relativos aos processos de colonialidade existentes nas comunidades evangélicas, emerge a necessidade de pontuarmos também suas outras vertentes. Isso porque devemos nos abster da polarização que determina que os evangélicos/protestantes estão necessariamente ao lado da extrema-direita, da bancada evangélica no campo político-partidário.

O processo de impedimento político da Presidenta eleita Dilma Roussef no ano de 2016, fez emergir com muita intensidade nas redes sociais esta polarização de narrativas que responsabilizam os evangélicos e seus seguidores das classes populares como os responsáveis pela ascensão ao poder destes radicalismos políticos, marcados pelo fundamentalismo e pela intolerância em seus mais variados níveis.

Reconhecer as pluralidades existentes neste campo religioso, compreendendo a variedade de narrativas e discursos proferidos a cada uma de suas dimensões se torna imprescindível. Alencar (2019), em seu estudo intitulado ‘Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas’, nos traz uma importante reflexão acerca do ponto de vista dos coletivos progressistas, onde afirmam que “os conservadores estariam em nome da moral, deixando de lado o amor e a paz e proferindo discursos de ódio contra minorias e contra a diversidade” (ALENCAR, 2019, p. 191).

O modelo de espiritualidade dos evangélicos progressistas se estabelece a partir de elementos políticos, de modo a construir uma sociedade mais democrática e cidadã. O papel da igreja dentro desta perspectiva seria de expandir direitos civis para as minorias, reforçando a diversidade e a pluralidade, capaz de despertar a consciência política diante das questões estruturais e reduzindo assim os efeitos das desigualdades sociais e violências, por exemplo (ALENCAR, 2019).

Geralmente costuma-se relacionar as religiões no país de forma dicotomizada, desconsiderando as diversidades existentes em cada uma delas. Portanto, não se trata apenas de católicos, evangélicos, espíritas, dentre outros. Dentro de cada crença, há um campo com distintas visões de mundo e todas elas possuem uma relevância cultural.

Como já mencionado anteriormente, a questão da religião presente na sociedade brasileira (VALLA, 2001) está relacionada a cultura popular. Entretanto, a concepção de cultura e suas derivações são vivamente instigadoras de polêmicas intermináveis, segundo Brandão (2009, p. 6-9):

Qualquer pessoa, culturalmente socializada, até mesmo em sua infância, é, na qualidade de um ator social e de um autor cultural, uma experiência tornada individual da realização de uma cultura, ou de um entretecer de culturas. [...] As culturas são

múltiplas e cada cultura só pode ser densamente compreendida de dentro para fora. [...] É em sua condição de ser social que o homem realiza a cultura. Integrado em grupos sociais, definidos segundo características determinadas, o homem [eu diria e de mulheres] se faz agente da cultura, criando e transmitindo a outros homens [e mulheres] os elementos criados.

Diante disso, cabe salientar que não é possível atrelar o conceito de cultura a uma ideia segmentada em níveis de superioridade e de inferioridade, deslegitimando manifestações pluralizadas em suas mais variadas vertentes e excluindo grupos historicamente vulnerabilizados. Compreender todas essas implicações, pensando como cada projeto, cada componente desses movimentos sociais tocam a vida diante deste contexto, transforma-se em algo fundamentalmente essencial, para que não se compactue com processos opressores dentro do território.

As lideranças da Maloca tentam não associar o coletivo a nenhuma instituição política ou religiosa. Contudo, Dona Maloca possui um posicionamento político-partidário declarado a uma frente de esquerda. Além disso, busca relacionar causas de justiça social segundo o Evangelho de Jesus Cristo, expressando essas e outras discussões em suas redes sociais. Podemos contemplar então a atuação de uma líder evangélica, articulada a movimentos progressistas da Baixada Fluminense e a grupos políticos de esquerda em um território marcado pela negligência do poder público e dominado pela milícia.

Zaluar e Conceição (2007) elucidam que o termo milícia está relacionado a policiais e ex-policiais (principalmente militares), dentre outros oficiais pertencentes a instituições do Estado com treinamento militar, que buscam tomar para si a função de proteger e dar “segurança” em comunidades, que supostamente estivessem ameaçadas por assaltantes e traficantes. Existem também casos de civis que geralmente atuam como uma espécie de moradores-vigilantes, constituídos no ERJ através da justificativa das ações malsucedidas das políticas de segurança do Estado.

Na tentativa de contextualizar a evolução deste poder paralelo no ERJ, as autoras correlacionam este fenômeno aos denominados grupos de extermínio durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde também predominavam migrantes vindos de outros estados. No Grande Rio, desde nos anos 1960, Tenório Cavalcante já era conhecido por empregar medidas extralegais como forma de resolver seus conflitos, convergências políticas e predadores da população. Logo, em 1980 muito se falava sobre os justiceiros que propagavam extermínios e linchamentos populares.

Apesar das mudanças de nomenclatura ocorridas no decorrer dos tempos, a semelhança se faz no controle exercido sobre o território, domínio nos comércios locais, um poder arbitrário que não pode ser questionado. Evidencia-se assim a permanência da sensação de insegurança ocasionadas pelos crimes e violências impostas por este grupo, até que se implante uma política de segurança pública respeitadora dos direitos de cidadania, dentro das normas legais do país (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

Durante algumas visitas ao bairro Pantanal, em conversas informais com moradores do território, o medo no decorrer de alguns depoimentos é notório. Se mostrar resistente às opressões, se opor a algumas imposições e “leis” determinadas por esses grupos, significa temer a própria morte. Até mesmo um simples ato de apoiar um candidato de oposição pode se tornar preocupante, na medida em que se coloca contrário ao concorrente favorecido das milícias.

São vidas reguladas pelo braço armado do Estado, articulando-se ao poder central, via um projeto de modernidade que coloniza territórios e impõe comportamentos, projetos e formas de viver num mundo onde a produtividade capitalista é argumento, roteiro e imposição de “cultura”. Será que não servem aos projetos de dominação da elite capitalista no mundo atual? Será que existe uma relação com processos de regulação produzidos no âmbito das instituições religiosas cristã de cunho conservador? O que dá a entender é que elas caminham juntas.

Diante deste cenário de medo, de violências e de domínio do poder paralelo, faz emergir uma discussão pautada no que Mbembe (2018) entende por necropolítica. Para o autor, ela se baseia em uma política de morte, que configura a expansão do poder punitivo do Estado, onde utiliza-se do poder e de dispositivos plurais que visam a regulação dos modos de se viver e das formas de se morrer. Nesta forma contemporânea que subjugam a vida ao poder da morte, populações são submetidas a condições de vida onde o uso de armas de fogo é banalizado a fim de provocar destruição em massa, e isso está sempre fundamentado em questões de raça e classe social.

Após a constatação desta necropolítica perpetuada pelo Estado, percebemos que o mesmo tem se eximido das políticas relacionadas a emprego, saneamento, moradia e educação, dentre outros, enfatizando ainda mais a perspectiva intencional desta política da banalização da morte em corpos negros e periféricos.

Precisamos analisar como são desenvolvidas as motivações para a fundação de um coletivo que prioriza as demandas fundamentais de sua comunidade baseados em uma perspectiva mais emancipatória. No trecho abaixo, Dona Maloca aponta um desejo antigo em criar um movimento social buscando trazer melhorias para o Pantanal e região:

Além das redes da vizinhança, que contribuía com doações, pequenas ajudas no geral, não me recorro de ter a oportunidade de fazer um projeto mais efetivo em minha comunidade antes de existir a Maloca. A igreja acabava me limitando muito, as ações eram focadas nos evangelismos, visitas na casa dos irmãos. Não havia trabalho social, mas era um sonho antigo meu e de algumas amigas da igreja. A gente até arrecadava quilos de alimentos, mas tínhamos que levar até a igreja e aguardar a decisão do pastor principal para distribuir. Era bem limitante, me sentia frustrada. Quando estava no curso de especialização, vi a possibilidade de colocar o conhecimento que adquiri em elaborar um projeto de intervenção, em uma ação no meu território [...]. Aprendi esses dias numa ação que fiz com crianças, que nosso trabalho precisa ser tangível. As igrejas falam de Jesus, mas temos que ver um Jesus tangível. Essa atividade com as crianças funcionava assim: mostramos uma caixa para elas, depois falamos sobre Jesus, damos a elas um presente retirado dessa caixa e então refletimos sobre como podemos ver as ações dEle na prática. Então acredito que essa prática está ligada ao que fazemos de diferencial. Nós visitávamos as pessoas nas casas para falar do amor de Deus, mas não ajudávamos com seus problemas de fome, emprego, a congregação se resumia a quem estava indo ao culto. Mas com o passar dos anos, fui amadurecendo também. Entrei para igreja muito nova, lá para os meus 19, 20 anos. Só com o passar do tempo que fui percebendo e me incomodando com essas questões. (Dona Maloca, em entrevista realizada em março de 2021).

Portanto, entre o ano de 2017 e de 2018, percebemos a ligação entre a criação da comunidade evangélica progressista – o ingresso no curso de PSDS na ENSP/FIOCRUZ – e a institucionalização da Maloca da Cidadania logo em seguida. Podemos relacionar este processo ao que, na lógica da pedagogia Freiriana podemos chamar de inédito viável.

Enquanto processo pedagógico, Freire (1987) caracteriza as situações-limites como sendo as realidades objetivas que provocam necessidades nos indivíduos que, ao adquirir uma consciência real que os fazem enxergar os limites de suas possibilidades, alcançam o inédito viável. A história de vida de Dona Maloca se interliga a este conceito, na medida em que observamos as reinvenções e contradições presentes em sua trajetória e no contexto das periferias urbanas brasileiras.

Para além da educação, Paro, Ventura e Silva (2020) propõem uma discussão acerca do modo expressivo que as produções de Paulo Freire atingem a produção acadêmica e as práticas de saúde no Brasil. A respeito da construção de inéditos viáveis no âmbito da Saúde Coletiva, os autores enfatizam:

A esperança, a curiosidade e a motivação para a ação, bem como a leitura crítica da realidade, não são ensinadas, no sentido clássico de um conjunto de conteúdos transmitidos do educador para um educando. O investimento em formação na saúde reclama muito mais que isso: requer o compromisso coletivo com as possibilidades de mudança e as mudanças, além da abertura a projetos coletivos. (PARO; VENTURA; SILVA, 2020, p. 17).

Pensando inicialmente em nomeá-lo como “Casa de Cultura de Duque de Caxias”, Dona Maloca tenta se inserir já em 2017 em alguns projetos que eram de seu conhecimento. Em 2018,

vê a oportunidade de institucionalizar um movimento social composto em sua maioria por mulheres de sua região, voltado para contribuir com as principais questões de seu território.

Os primeiros projetos desenvolvidos pelo coletivo seriam voltados para “conscientizar acerca da saúde mental das mulheres indiretamente, usando oficinas de artesanato para promover o debate e trocas entre as mulheres”²⁴. O trecho abaixo se refere a um artigo publicado em uma revista eletrônica sobre as experiências do coletivo Maloca. Nele, é descrito como surge a ideia para fundar o movimento:

[...] Enquanto costuravam e bordavam, mais e mais mulheres começaram a chegar, dizendo que também sofriam de depressão e ansiedade. [...] A experiência ensinou a ela que ela não precisava viajar para fazer serviço social: o Pantanal precisava dela também. Assim, a Maloca nasceu. (RIO ON WATCH, 2020, online).

A situação-limite neste caso, se refere ao sofrimento psíquico dessas mulheres, a articulação entre elas e as relações sociais que Dona Maloca vai constituindo historicamente. Os projetos vão sendo reinventados, a partir dessa lógica do inédito viável: É o que é possível dentro dessa realidade. Inédito pois é novo na vida delas, pode não ser tão revolucionário, mas seria o que é viável dentro do contexto enfrentado por essas mulheres.

Percebe-se então a movimentação para agir frente a uma necessidade e problema específico que o grupo demanda. Este sofrimento mental, relacionado a queixas depressivas e ansiedade generalizada, geralmente se refere ao fenômeno do estresse que todas as classes enfrentam. Porém, são as classes populares que encontram maior dificuldade devido a precariedade de acesso a recursos para enfrentar estes problemas de saúde. Tais queixas são definidas por Valla (2001) como sofrimento difuso. O autor refere o sofrimento difuso a sintomas como dores de cabeça, dores pelo corpo, desânimo e insônia. Poucas vezes estes sinais são diagnosticáveis em exames laborais, e acabam sendo resolvidos de forma duvidosa por intermédio da medicamentação.

O que vemos ainda nos dias de hoje é um setor saúde que se organiza em função de dar conta de doenças e agravos, mas não das possibilidades de vida das populações. Além disso, ele continua sendo formado a partir de um modelo biomédico que se volta para o indivíduo isolado de seu meio, sem considerar suas subjetividades.

²⁴ Entrevista dada por Dona Maloca ao “Rio On Watch”, plataforma digital com relatos das favelas cariocas, da instituição Comunidades Catalisadoras. Publicado em 29 de janeiro de 2020. (https://rioonwatch.org.br/?page_id=2)

Almeida e Gomes (2014), ao analisar o aspecto das determinações do processo de medicalização social, compreendem que, diante das condições sociais contemporâneas e diante também do fato inquestionável de que a indústria farmacêutica possui uma dinâmica de ampliação dos limites patológicos que lhe propicia grandes lucros na venda de fármacos, potencializa-se ainda mais as questões da normatização médica sobre a vida.

A união dessas mulheres na busca pela resolução de seus problemas, enfatiza ainda mais a importância de se criar um coletivo feminino capaz de disponibilizar subsídios para “estimular o acolhimento, a arte, a geração de renda, e autonomia das mulheres da comunidade por meio de oficinas de artesanato, ações e atividades que garantam o exercício da cidadania”²⁵.

Desta forma podemos pensar que não é à toa o fato dele se classificar originalmente como um coletivo de mulheres, e isso de certa maneira se torna uma potente ferramenta devido à disposição em dialogar até mesmo com movimentos feministas internacionais, que utilizam uma linguagem similar a esta, como veremos na caracterização dos projetos abaixo.

7.2 “CAIU NA REDE É PEIXE” – MALOCA DA CIDADANIA, SEUS PROJETOS DENTRO DO TERRITÓRIO E SUAS ARTICULAÇÕES EXTERNAS

Em razão de seu extenso leque de parcerias e redes, que cresce sucessivamente a cada nova conexão, torna-se cada vez mais notório o propósito do coletivo em aderir aos projetos, mas buscando não atrelar suas ações à propostas que prometem a promoção da equidade e melhorias na qualidade de vida da população, mas que não dialogam com a realidade local.

Uma visualização por completo deste cenário se torna possível ao conversarmos melhor sobre este assunto com a liderança do coletivo, a Dona Maloca, em um encontro virtual realizado em junho de 2021. Ao apresentar os principais vínculos formados no decorrer da trajetória do movimento, nos mostra as possibilidades de reinvenções a projetos de empreendedorismo que usufruem, mesmo que indiretamente, do discurso de uma promoção da saúde. Este que transfere ainda mais responsabilidade aos indivíduos e compactua com a retirada das responsabilidades de proteção coletiva do Estado.

A primeira rede apontada, se refere à Comunidade Cristã Gerando Vida, igreja fundada pelas lideranças da Maloca, no mesmo ano de criação do movimento. Um importante ponto a destacar se refere às contribuições que esta rede fornece. No ano de sua formação, além de

²⁵ Informação retirada da rede social Instagram do Movimento Social Maloca da Cidadania (@malocadacidadania), publicado em 03 de fevereiro de 2020.

ceder seu espaço físico para realização de algumas atividades da Maloca, o capital financeiro da igreja permite que parte fosse doada ao movimento.

Reconhecer estas iniciativas nos permite assimilar algumas narrativas dos participantes da Maloca. Visto que em muitas falas se faz presente um discurso cristão atrelado à ideia de comunhão e solidariedade. Inclusive, já havíamos apontado também a preocupação de Dona Maloca em demonstrar a importância de uma congregação consciente de seus direitos como cidadãos e de sua responsabilidade social.

Como mencionado anteriormente, a igreja consegue registrar-se formalmente como pessoa jurídica antes mesmo da Maloca. Logo, em determinadas ocasiões, concede seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para que o movimento conquiste algumas oportunidades. Vale ressaltar que não qualificamos a ação em uma espécie de fraude, posto que, dentro das limitações impostas, nos parece legítima a tentativa de garantir o que é de direito desta população.

Ademais, nesta conversa, Dona Maloca nos explica que a ideia sempre foi que o Movimento Maloca se tornasse parte da responsabilidade social da Comunidade Cristã Gerando Vida, que tem como uma de suas missões, investir e incentivar seus projetos. Seu compromisso com as questões sociais e de saúde em seu território também se mostra diante da escolha de suas lideranças em suspender seus cultos presenciais até que a situação da pandemia seja superada e já estejam seguros para retornar.

Com o objetivo de captar recursos e manter estável o pagamento de suas despesas fixas, como as da rede elétrica e de internet, por exemplo, a Rede 10 trata-se da rede de voluntários, amigos e simpatizantes das causas do Movimento Maloca. Os doadores contribuem com 10 reais ou mais, unindo suas ajudas, de acordo com as possibilidades de cada um, em um rede de apoio que dá ainda mais sentido ao “trabalho de formiguinha”.

Quaquer pessoa, seja um participante assíduo ou não, pode contribuir através de transferência bancária, levar a contribuição até a sede da Maloca, dentre outras formas. Existem voluntários que recebem as doações de pessoas próximas e fazem chegar até seu destino. Existem também aqueles que ajudam a divulgar ao máximo as informações sobre a rede e seus meios para realizar a doação.

Apoio de todos os lados, de todas as formas. O importante mesmo é fazer crescer a rede. Dona Maloca declara que isso também coopera para uma sensação de pertencimento, de coresponsabilização desses voluntários às ações do coletivo. Se identificam com o propósito, ajudam no que podem e somam forças à causa.

Ainda se tratando desta junção de potências, outro elo a considerar refere-se às reuniões do Movimenta Caxias. Coletivos, cidadãos e outras instituições se articulam em encontros pautados nos problemas da região. Contando, geralmente, com a presença de representantes de movimentos sociais, além de lideranças religiosas e demais participantes, este grupo foi formulado originalmente por um candidato à vereador de um partido de esquerda do município de Duque de Caxias. Este que, após sua candidatura, precisa “passar o bastão” e se desarticular dos encontros.

Dona Maloca faz questão de ressaltar sua importância para a comunidade, sendo o Movimenta Caxias um dos principais organizadores para doações de cestas básicas no Pantanal e região. Outros grupos importantes que já participaram das reuniões, segundo ela, é o Coalização Negra por Direitos e a Anistia Internacional.

Além do mais, é a partir destes encontros que Dona Maloca fica sabendo o processo seletivo da Secretaria de Turismo e Cultura de Duque de Caxias, com recursos oriundos da Lei Aldir Blanc. Através da fala de um professor do Museu de São Bento, localizado no município, que estava em uma das reuniões do Movimenta Caxias.

Outra rede importante, construída ainda no ano de 2019, é a CMP - Central de Movimentos Populares. A Maloca recebe o convite para realização do evento “Gênero, Raça e Periferia na percepção dos moradores de Duque de Caxias: a importância do trabalho de base em territórios invisibilizados” na sede do coletivo.

Com a presença de lideranças comunitárias e de movimentos sociais, ativistas e defensores dos direitos humanos, estudantes e um público diversificado, este encontro contou com uma programação incluindo rodas de conversa sobre o tema do evento, grupos temáticos com propostas coletivas de intervenção em territórios periféricos, oficinas de arte, poesia e dança, dentre muitas outras coisas. Tudo isso segundo informações descritas nas redes sociais do Movimento Maloca em julho de 2019.

Reforçar as atividades deste evento faz com que se evidencie ainda mais o caráter transformador ofertado. Em razão do conteúdo da programação se alinhar a toda conceituação apresentada neste estudo, demonstrando a disposição em refletir sobre temas emancipatórios.

Uma frase se destaca na legenda de uma publicação no Instagram da Maloca, a respeito do evento: “Não estamos divididos, somos um!” – mostrando a força coletiva que emana de suas ações.

Outro elo importante estabelecido com a “Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense” (RMFBF). Liderado por uma moradora do Pantanal que, inclusive, esteve no evento acima, é uma rede formada por familiares de vítimas da violência de Estado na Baixada.

Composto por amigos da Maloca, esta rede se articula ao movimento na luta por direitos da população de seu território.

Em 2020, após o assassinato de duas crianças durante uma ação policial, na comunidade do Barro Vermelho, em Duque de Caxias, o Movimento Maloca participa de um ato de protesto no Palácio da Guanabara. Representantes da ONG Visão Mundial, da RMFBF, do Fórum Grita Baixada e da Maloca, protocolam um documento com a assinatura de aproximadamente 200 organizações chamado: “Juntos pelas vidas de nossas crianças”.

Neste documento, além de palavras de solidariedade às famílias enlutadas, há um pedido para que o Estado forneça todo apoio e proteção para seus familiares e que uma investigação rápida e transparente aconteça. Além disso, que o Governo do Estado apresente um plano de enfrentamento aos homicídios de crianças e adolescentes decorrentes das ações policiais ²⁶.

O Fórum Grita Baixada é mais um grupo que se une aos movimentos populares pela luta por direitos. Além de estar presente em atos como o citado anteriormente, articula-se com outros movimentos locais e também realiza ações em prol das necessidades desses territórios. Com a Maloca, organiza doações em parceria com a organização Viva Rio.

A Igreja Projeto Além do Nosso Olhar também é uma grande rede parceira do Movimento Maloca. Ela é representada por dois pastores amigos de Dona Maloca, componentes de um grupo de autointitulados pastores progressistas de Duque de Caxias (Dona Maloca também faz parte). São, inclusive, pais de um dos candidatos a vereador de cunho progressista da região. Tudo se interliga como uma “grande família”: Maloca, Movimento Caxias, Comunidade Gerando Vida, Projeto Além do Nosso Olhar e mais... Em uma lista extensa de afinidades e elos que se complementam e se ajudam mutuamente.

Outra organização de grande escala que se faz presente nesses vínculos formados é a Visão Mundial. Diante da indicação da representante da igreja Além do Nosso Olhar, a rede entre o Movimento Maloca e a ONG Visão Mundial é estabelecida. Participam juntos do ato em protesto das crianças assassinadas, contribuem com doações para pessoas assistidas pela Maloca e se organizam para mais projetos futuramente.

Dona Maloca nos fala com orgulho desta rede instituída, onde demonstra a importância dos trabalhos da ONG, que está em constante articulação com a ONU. Também admira o fato da mesma, apesar de ser uma organização cristã, não estar voltada diretamente para ações de evangelização e sim para atuar em prol da justiça social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

²⁶ Informação obtida através de uma publicação no Facebook do Movimento Maloca, em dezembro de 2020.

Uma rede formada ainda no ano de 2018, através do Projeto Atados²⁷, faz com que as lideranças da Maloca e do coletivo *Sim, eu sou do meio*, do município de Belford Roxo, se conheçam. Dona Maloca nos fala sobre a conexão estabelecida a partir dali, possibilitando trocas de doações entre os movimentos, o compartilhamento de muitas informações sobre assuntos administrativos, troca de saberes e indicações. As amizades feitas no decorrer desta trajetória permitem um cenário de muito apoio mútuo entre os agentes mediadores desses territórios.

Mais um exemplo disso é a parceria com a Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA). Apresentadas pela liderança do *Sim, eu sou do meio*, Dona Maloca relata que a união desses dois movimentos é importante pois a CAMTRA é uma instituição grande, com mais de 20 anos de história, que funciona como um “guarda-chuva” para outros movimentos com menores abrangências.

Além de doações de cestas básicas, dentre outros materiais, principalmente neste período da pandemia, os representantes da CAMTRA, juntamente com Dona Maloca, elaboraram um projeto para participarem de uma chamada pública²⁸ da Fiocruz para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis em 2021.

O projeto intitulado “Mulheres periféricas entrelaçadas”, elaborado por essas agentes sociais, tinha a proposta de articulação entre 13 instituições de territórios periféricos, em ações voltadas para o enfrentamento da pandemia. Dentro do processo seletivo, ele é classificado, porém não consegue pontuação suficiente para sua aprovação. Apesar disso, todas essas conexões reafirmam o papel das redes em produzir alternativas de enfrentamento frente às barreiras impostas.

Outro nó desta grande rede é o movimento Educar +, apresentados também no projeto Atados. Além do habitual compartilhamento de ideias e doações, constatamos o quão relevante se tornam as indicações oriundas dessas redes. É a liderança do Educar + que sugere a inserção do coletivo Maloca nos projetos da Central Única das Favelas (Cufa).

Evidentemente, outros movimentos populares, agentes sociais mediadores, cidadãos e instituições, que não foram mencionados neste estudo, também cooperam para que se fortaleçam cada dia mais os objetivos da Maloca da Cidadania.

²⁷ Plataforma de Voluntariado. Disponível em: <https://www.atados.com.br/>.

²⁸ Esta chamada pública tem como objetivo auxiliar na resposta para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e seus efeitos nas favelas. Serão financiados projetos em todo estado do Rio de Janeiro que contribuam para ampliar a participação social na vigilância em saúde de base territorial nas favelas fluminenses (PORTAL FIOCRUZ, 2021).

Para que, progressivamente, o movimento consiga se desarticular de iniciativas que só possuem como meta a geração de capital, mas com discursos de transformação e melhora da vida comunitária. Que visam “solucionar” problemas sociais com base nos comportamentos individuais e estilo de vida dos sujeitos e comunidades.

Que essas redes possam usufruir de tais benefícios ofertados, mas sempre reconhecendo a potência que flui de suas raízes. Se sozinhas já são fortes, juntas se tornam imbatíveis. Sobrevivem, ao passo que despertam para a conscientização da garantia de seus direitos, em suas reinvenções, no despertar de suas necessidades e no saber advindo de suas experiências de vida.

O quadro abaixo pretende demonstrar algumas características significativas sobre essas redes e seus entrelaços com a Maloca da Cidadania:

Quadro 2 - Caracterização das principais Redes da Maloca da Cidadania

Instituição / Atores sociais	Descrição	Articulação com o Maloca	Algumas ações realizadas
Comunidade Cristã Gerando Vida	Instituição religiosa que acredita em um Evangelho libertador, sem julgo, sem controle ou dominação.	Fundada no mesmo ano de criação da Maloca, a igreja também é representada pelas lideranças do coletivo.	Disposição de corpo voluntário, espaço físico, doação de recursos, dentre outros
Rede 10	Voluntários, doadores e apoiadores locais e de outras regiões que contribuem com R\$ 10 reais mensais.	Diversos simpatizantes da causa que se articulam e contribuem no fornecimento de doações.	Esta rede ajuda a custear despesas do coletivo, principalmente as fixas. O valor ao todo das doações é em média R\$ 500.
Movimenta Caxias	União de moradores do Pantanal, coletivos e outras instituições do Pantanal e região. Dentre alguns movimentos que compõem o Movimenta Caxias, estão: o coletivo de jovens Lanatanpa, o movimento Turma do Bem, a Comunidade Gerando Vida, dentre outros.	Em articulação com um candidato a vereador da região, as lideranças desses movimentos decidem unir forças e realizar reuniões pautadas nos problemas da região. Contando também com a participação de outras instituições e civis.	Durante o período da pandemia, a ação do Movimenta Caxias está garantindo comida, kits de higiene e segurança à população. Juntamente com as ações emergenciais, vem a luta por direito às informações, o debate sobre uma economia solidária e sobre o papel das políticas públicas.
CMP - Central de Movimentos Populares	Instituição que reúne diversos movimentos filiados em todo o país, com o intuito de fortalecer suas lutas específicas.	Convite à Maloca para organizar o evento "Gênero, Raça e Periferia na percepção dos moradores de Duque de Caxias: a importância do trabalho de base em territórios invisibilizados" na sede do coletivo.	Em parceria com movimentos sociais locais o evento teve como proposta aproximar conceitos teóricos e atores sociais invisibilizados, com o intuito de criar propostas que estimulem a troca de saberes e a participação popular.

Rede de mães e familiares da Baixada Fluminense	Rede formada por familiares de vítimas da violência de Estado na Baixada Fluminense.	Apoio em algumas ações da Maloca, como na articulação para o evento organizado pela CMP, compartilhando sua luta e somando forças com os outros coletivos.	No ano de 2020, a Maloca esteve presente no ato organizado por eles em protesto ao assassinato de duas crianças em uma comunidade no Pantanal, além de protocolarem um documento no Palácio da Guanabara que aproximadamente 200 organizações assinam chamado: “Juntos pelas vidas de nossas crianças”.
Fórum Grita Baixada	Movimento social constituído por uma rede de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos, justiça e a uma política de segurança pública cidadã para a Baixada Fluminense.	A liderança da Maloca conhece os representantes do Fórum através da articulação com a rede da ONG Visão Mundial. Além disso, eles também estavam a frente da manifestação das meninas assassinadas em Caxias e assinaram o documento juntamente com a Comunidade Gerando Vida, com a Maloca e com a rede de mães da Baixada.	Em parceria com a Viva Rio, o Fórum promove doações de tickets alimentação e cestas básicas. O Viva Rio ficou responsável pela distribuição dos vales e o Fórum é a referência para esta distribuição com os movimentos sociais.
Igreja Projeto além do Nosso Olhar	Instituição religiosa de pastores componentes do grupo de pastores progressistas da região.	Instituição religiosa de pastores amigos pessoais das lideranças da Maloca. Inclusive os pastores são pais do candidato a vereador de cunho progressista do Pantanal e região.	Importante articulação com a Maloca, trazendo o apoio de projetos importantes como os do Instituto Vladimir Herzog e da ONG Visão Mundial.
Visão Mundial	Organização cristã conhecida mundialmente, de suporte ao desenvolvimento, incidência política e resposta às situações de emergência em ações que permitam superar a pobreza e injustiça.	A liderança desta instituição e da Maloca se conhecem através da liderança do Projeto Além do nosso olhar.	Doações de kits da Unicef (kits de idosos) Além de outros projetos à vista.
Sim, eu sou do meio	Programa social destinado às crianças da Rua do meio, em Belford Roxo e das redondezas e suas famílias. Suas ações são voltadas para atividades de arte, esportes e educação.	A liderança desta instituição e da Maloca se conhecem através do projeto Atados.	Se ajudam na troca de doações, compartilhando informações na administração de seus respectivos movimentos.
CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora	Organização feminista, que tem a perspectiva de colaborar para a promoção do direito das mulheres e para o fortalecimento de sua autonomia, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e igualitária.	A liderança do movimento <i>Sim, eu sou do meio</i> apresentou Dona Maloca à liderança do CAMTRA.	Doações de cestas básicas, material para educação sexual para mulheres, camisinhas, revistas informativas. A CAMTRA criou juntamente com a Maloca um projeto para o Edital de um projeto

			para movimentos sociais da Fiocruz.
Educar +	Organização localizada em Anchieta-RJ que propõe que a educação e o cuidado para que as crianças construam mudanças na sociedade, comprometendo-se em facilitar o acesso à educação de qualidade e incentivar o olhar sobre nossa sociedade.	A liderança desta instituição e da Maloca se conhecem através do projeto Atados.	Oficinas para jovens aprendizes, orientação profissional, doação de ovos de páscoa da Cacau Show em 2020 para as crianças do morro, juntamente com a igreja Comunidade Gerando Vidas e o movimento Sim, eu sou do meio.

Fonte: Elaboração própria.

Apresentar os projetos nos quais a Maloca esteve integrado desde sua fundação, no ano de 2018 até maio de 2021, período em que se encerra nossa análise dos projetos nos parece essencial. Destacaremos pontos importantes da sistematização dos mesmos, de maneira a considerar o contexto de cada um.

Propondo uma análise crítica que busque, além de pontuar as principais características e singularidades, considerar também com o cenário político-social em que cada um desses projetos se inserem. Esta análise busca questionar se eles conseguem, mesmo que minimamente, suprir os reais problemas e necessidades dos territórios em que pretende atuar.

O coletivo Maloca apresenta uma gama extensa de projetos e parcerias no âmbito público e também no privado. Ao realizarmos essa sistematização, nos surpreende e surpreende a liderança do movimento a diversidade de atividades realizadas. Acentuamos assim, o grande empenho em inserir o coletivo em uma quantidade significativa de projetos e redes, o compromisso em agarrar-se em oportunidades que garantam a sobrevivência para sua comunidade.

Identificamos então como muitas dessas instituições com projetos voltados para iniciativas empreendedoras são motivadas diante de um cenário de poucas alternativas, segundo eles. Diante da massiva perda de direitos sociais, fomentadas gradativamente pelo modelo econômico que começa a ser implantado no país, as camadas populares são as primeiras a sentir os impactos das desproteções sociais e precisam se reinventar frente aos desafios impostos.

No quadro de projetos apresentado no **Apêndice C**, construído a partir dos documentos do coletivo, é possível identificar que, desde sua fundação em 2018 até o término desta análise em maio de 2021, a Maloca possuía uma articulação externa com aproximadamente 12 projetos.

No início, grande parte deles, eram projetos que não tinham apoio financeiro direto, apenas para articular suas redes. Já em 2019, a maioria voltavam-se para cursos e capacitações na área de empreendedorismo social, incluindo também projetos voltados para seu

desenvolvimento. Em 2020 o foco é direcionado para ações emergenciais em decorrência da pandemia do Coronavírus. Atividades assistenciais como o combate à fome e à desinformação são acentuadas.

Um dos primeiros projetos do coletivo, refere-se ao Festival WOW – Mulheres no mundo, com parceria do movimento social Redes da Maré. Participar deste grande evento reconhecido internacionalmente, ajuda a entendermos a visão de mundo das mulheres deste coletivo. Contendo temas como empoderamento e empreendedorismo feminino, além de discussões sobre as lutas feministas com recortes de classe e raça dentro do contexto da América Latina, a Maloca se faz presente no festival nos anos de 2018 e de 2019, participando na categoria “Mulheres Ativistas” (FESTIVAL WOW, 2021).

Logo em seguida, ainda no ano de 2018, começam a participar do projeto Atados, instituição que se diz responsável por formar redes entre voluntários e movimentos sociais, ONGs, etc. Além disso, o projeto fornece alguns cursos voltados para a gestão e liderança de movimentos sociais, porém sem incentivo financeiro (ATADOS, 2021). Novas redes são estabelecidas e a Maloca da Cidadania vai expandindo seus laços no decorrer de sua trajetória.

Outros projetos voltados para o estímulo de práticas empreendedoras são articulados em 2019. O projeto da rede Asplande, a Incubadora Impacta Mulher, oferece apoio para mulheres, fornecendo o estímulo de seus negócios através de consultorias, cursos, etc (IMPACTA MULHER, [c2020]). Não há apoio financeiro além de um incentivo para o transporte até sua unidade.

Ainda em 2019, o coletivo Maloca conquista seu primeiro Edital, um projeto organizado pela instituição Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), intitulado de Fazedores do bem. O projeto tem parceria com o Conselho Britânico e incentiva o que eles reconhecem como “atitudes positivas inovadoras”. Contribuindo com incentivo financeiro, promovendo lideranças sociais e fortalecendo iniciativas, dentre elas a Promoção da Saúde nessas localidades (CIEDS, 2021).

Neste mesmo ano, outro projeto estabelecido é o Pense Grande, da Fundação Telefônica/Vivo. Buscando a “difusão da cultura do empreendedorismo de impacto social com tecnologia digital” (PENSE GRANDE, [c2020], online), o projeto propõe capacitar integrantes de movimentos sociais a ministrar seus cursos sobre a temática em questão e ajudar jovens das comunidades a estarem “preparados” para este mercado. O projeto não fornece nenhum subsídio financeiro, apenas o material para estudo e aulas aos “professores capacitados”.

Ainda em 2019, a Maloca participa do Ela Pode, projeto articulado pela instituição IRME – Instituto da Mulher Empreendedora, em parceria com a instituição filantrópica do

Google. O projeto refere-se a palestras/encontros com mulheres para falarem sobre finanças, liderança, comunicação assertiva, dentre outros. Duas representantes da Maloca são selecionadas para serem multiplicadoras do projeto e recebem preparação para organizarem oficinas sobre o assunto. O único incentivo financeiro trata-se de um valor por cada participante das oficinas, entregue diretamente à multiplicadora.

Neste mesmo ano, outra parceria é firmada com a Comcat – Comunidades Catalisadores, com o projeto Favela Sustentável. Ao ser reconhecido pelo projeto no Mapa das iniciativas que integram esta rede, a Maloca apresenta suas características de sustentabilidade nas favelas do Rio de Janeiro. O projeto propõe visibilidade à essas redes, sem apresentar incentivo financeiro direto, apenas indireto, através de doadores que conhecem a Maloca por meio do projeto.

Com a chegada da pandemia, o Movimento Maloca tem a oportunidade de formar rede com a Cufa. São, ao longo deste ano até 2021, 4 projetos estabelecidos com esta instituição. O primeiro estabelecido entre Cufa e Maloca, trata-se do projeto “Cufa contra o vírus”, que busca amenizar as dificuldades nas favelas do Brasil causadas pelo isolamento social (CUFA, 2021), com doações de cestas básicas e kits de higiene.

O projeto acima articula-se com outra ação da Cufa, denominada “Mães da Favela”. Este outro projeto direciona-se às mães dessas comunidades periféricas, entendendo que, na maioria das vezes, são elas as responsáveis por seus lares (CUFA, 2021). São fornecidas cestas básicas em formato de vale-refeição durante este período emergencial da pandemia.

Além disso, através do “Mães da Favela ON”, projeto que se articula com a empresa de telefonia Alô Social, do grupo Favela Holding (dos mesmos diretores da Cufa), fornece chips de telefones móveis, com acesso ilimitado de internet por seis meses à essas mães. A Maloca adquire os benefícios e os disponibiliza às mães do Morro do Sossego e adjacências.

Lideranças comunitárias atreladas à Cufa são convidadas a comercializarem o produto, divulgando os preços considerados acessíveis no mercado. Lideranças da Maloca também participam ofertando o produto em seu território, recebendo comissões por parte da empresa nas vendas dos chips do Alô Social.

Outro projeto conquistado devido às dificuldades existentes durante a pandemia, é o Mesa Brasil, do SESC. Apesar da existência do mesmo ser muito anterior ao ano de 2020, a Maloca articula-se à ele neste período. O projeto se refere a um programa de segurança alimentar, nutricional e de combate à fome que ajuda diversas instituições com doações de alimentos. À Maloca são doadas frutas, legumes e verduras vindas deste projeto.

Já no início do ano de 2021, outro projeto ainda atrelado às questões da pandemia, é conquistado pelo Movimento Maloca. Oriundo da Lei Aldir Blanc e organizado pela Secretaria de Turismo e Cultura de Duque de Caxias, um edital é lançado com a finalidade de incentivar instituições culturais no município. Subsídios financeiros, distribuídos em modalidades e premiações são lançados, e o Movimento Maloca, já reconhecido no Mapa de Cultura de Duque de Caxias, conquista três desses fomentos. Com propostas de ações voltadas para práticas culturais no território, o coletivo se compromete em efetuar seus projetos ainda no ano de 2021. Até o final da análise deste estudo, não foi possível discriminar as ações do movimento neste projeto.

Fica evidente, mais uma vez, a busca quase que incessante de movimentos como a Maloca em garantir subsídios para suas ações. É interessante observarmos também a diversidade de nomes de cada um destes projetos, uns voltados para o mercado internacional, apresentando jargões muito utilizados no mundo dos negócios, outros que querem passar a ideia de um campo mais social e progressista, por exemplo.

Mediante à problematização realizada no referencial teórico deste estudo, reconhecemos que os aspectos relacionados à intencionalidade do modelo econômico neoliberal em fomentar a ampliação do mercado, a desproteção social e as regulações, por exemplo, as instituições comunitárias acabam aparentemente aderindo também a este sistema.

Não é de hoje que a discussão sobre as repercussões da precarização do trabalho é abordada no campo da Saúde Coletiva. Gomez e Thedim-Costa (1999) afirmam que o Estado, cada vez mais pautado na racionalidade da ordem econômica dominante, vem se ausentando no que se refere às regulações contratuais e salariais anteriores e mostra-se insuficiente em desempenhar seu papel na reparação das injustiças e na compensação das desigualdades e fragilidades sociais.

Assistimos, progressivamente, se intensificarem questões relacionadas à flexibilidade nos processos de produção executados pelo trabalhador; a quebra de barreiras protecionistas, como instabilidades e irregularidades ocupacionais; o subemprego e desemprego recorrente – que proporcionam cada vez menos perspectivas de inclusão no mercado formal.

Deparamo-nos atualmente, anos após estas primeiras reflexões, com o fenômeno da uberização das relações de trabalho. Apontado como um modo particular de acumulação capitalista, Franco e Ferraz (2019) afirmam que este novo modelo se refere ao pioneirismo da empresa Uber, caracterizando uma nova forma de mediar a subsunção do trabalhador, ou seja, o próprio assumiria a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva.

A crítica dos autores está direcionada à constatação de que tal subsunção virtual do trabalho ao capital indicaria certa subordinação nesta relação do trabalhador com a empresa, mesmo que em um primeiro momento aparente autonomia e liberdade. Isso porque, além das imposições relacionadas ao modo de execução do trabalho e metas produtivas serem direcionadas às empresas detentoras da plataforma de intermediação sem qualquer contrato de trabalho formal, não podemos enxergar este novo modelo apenas como uma solução remediadora do desemprego.

Este cenário de subordinação estrutural, apesar de seu poder de absorção de mão de obra não inserida no mercado de trabalho formal, torna propenso o perecimento das organizações tradicionais, tendendo a ampliação progressiva deste tipo de relação de trabalho devido às inúmeras vantagens competitivas em relação às demais.

Diante deste cenário, parece inevitável a perda gradativa do senso de coletividade e de solidariedade, estes presentes nas constantes lutas e conquistas trabalhistas outrora obtidas. Pina e Stotz (2015), ao expressarem críticas ao processo de intensificação do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador, afirmam que as explorações provenientes desta intensificação, acabam por confrontar a capacidade coletiva do trabalhador em agir de forma contrária aos processos de opressão vivenciados nas empresas. Sendo assim, o desgaste mental oriundo deste processo de perda e enfraquecimento do caráter coletivo acarretaria em uma sensação de impotência que vai além de questões deletérias à saúde, podendo também desencadear manifestações relacionadas ao sofrimento difuso.

De acordo com Valla (2011), as políticas, instituições e serviços voltados para a proteção social vem sendo gradativamente revistas, desmontadas ou limitadas. Uma das alternativas utilizadas pelos desempregados para driblar este cenário diz respeito ao trabalho informal e grandes problemas de saúde podem ser ocasionados pelo processo estressante proveniente de cargas horárias extensivas de trabalho, muitas vezes em ambientes insalubres e sem garantias trabalhistas, por exemplo. O mundo do trabalho vem enfrentando problemas como o desemprego estrutural e a precarização do trabalho e estas questões são grandes potencializadoras deste sofrimento difuso.

Logo, empreender socialmente frente a este cenário, seria uma possibilidade de reinvenção dentro do próprio sistema, na tentativa de resolver uma parte dos problemas, já que o Estado cada dia mais financia as entidades privadas e se distancia do público. Percebemos, mais uma vez, a iminência em prover seu sustento, o pão de cada dia. Assim, o ato de protestar frente a realidade do desemprego continua sendo legítimo, tornando viáveis as possibilidades

de prevenção. Todavia, munir-se de meios de subsistência assegurados no dia de hoje, parece ser mais garantido para as pessoas que se encontram nesta situação.

Compreendendo a conjuntura na qual as mulheres estão colocadas na sociedade, onde conforme Hirata (2018), o trabalho das mulheres diante do capitalismo patriarcal representa a persistência das desigualdades, devido a uma hierarquia social que a coloca em posição inferior a dos homens: diferenciação salarial, desemprego feminino maior do que o masculino, trabalhos mais precários, e o mercado informal absorvendo mais mulheres do que homens. Isso sem levar em consideração o paradigma interseccional²⁹ que traz, além das questões de gênero, a imbricação entre sexualidade, raça e classe social.

Vale ressaltar que as mulheres muitas vezes possuem jornadas dupla de trabalho, considerando a árdua tarefa dos cuidados domésticos, a responsabilidade com a criação dos filhos e há muito tempo já representam boa parte das “chefias” das famílias brasileiras. Seja pelo abandono da figura paterna ou por outras questões que exigem a atribuição deste papel, como em situações de violência onde as vezes precisam recorrer de alguma forma para se libertarem da opressão, por exemplo.

Ao pensarmos esses projetos de opressão, sob o viés da exploração dos corpos femininos e a partir da demanda relacionada à saúde mental dessas moradoras do Morro do Sossego, precisamos analisar também a sobrecarga geralmente direcionada às mulheres. Estar de pé para enfrentar esses problemas, combater esses sofrimentos, neste caso, é juntar-se e ir à luta. Ao mesmo tempo que se articulam em uma rede mais geral, elas também possuem um projeto em um nível mais comunitário. Projetos de sustentação para dar sentido a projetos construídos juntas no território.

O bairro Pantanal se expandiu como uma área de ocupação urbana e o município de Duque de Caxias, que ainda é responsável por boa parte da economia do ERJ, tem grande parte de seu território desprovido de serviços públicos e, os ainda existentes passam por precarização progressiva. Direitos sociais básicos não alcançam esses territórios ou são insuficientes para a proteção de vidas. Sobre algumas particularidades do território, Dona Maloca declara:

O Morro do Sossego carrega muitos estigmas. Quando me casei nos mudamos para o Parque São José, bairro próximo do Pantanal. Na infância, só havia feito minha primeira comunhão em uma igreja do morro, não conhecia quase nada por ali até trabalhar como recenseadora do IBGE no ano 2000. Naquela época as ruas e becos do Morro não estavam registrados e eu juntamente com uma amiga do trabalho

²⁹ Conceito proposto pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) e professora de Direito na Universidade da Califórnia e na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, p. 139-167.

realizamos o mapeamento das ruas dessa região, além do preenchimento dos formulários/questionários (simples e por amostragem) em cada casa do território para o CENSO 2000. Depois de algum tempo, me mudei para uma casa no morro, que é da família do meu esposo. Quando fundei a Maloca já não morávamos mais ali e tornamos a sede do coletivo nesta casa do morro. O fato de o bairro Pantanal ser bem afastado do Centro de Caxias, dificulta ainda mais a disponibilidade de voluntários para a realização de eventos na nossa sede. É um outro problema que precisamos enfrentar. (Dona Maloca, em entrevista realizada em novembro de 2020).

Diante desta realidade, inserir-se em projetos de focalização para garantir minimamente sua sobrevivência se torna necessário, e diante das circunstâncias atuais, vão se constituindo em projetos de empreendedorismo social. Precisamos pensar: e se não existissem essas entidades? Provavelmente mais pessoas morreriam. A questão é viver e sobreviver nas contradições.

Cabe ressaltar que, a focalização no âmbito da saúde está interligada ao redirecionamento do papel do Estado no início dos anos 1990, sendo fortemente influenciado pela ideologia neoliberal. Se torna evidente a dualidade presente neste contexto, pois, mesmo havendo uma ampliação do conceito de saúde após a Constituição Cidadã, esse período corresponde também a um projeto de saúde que se articula com o mercado. Trata-se de uma racionalidade hegemônica que atende aos interesses do setor privado e que prioriza uma política de saúde brasileira assistencialista, seletiva, focalizada, individualista, curativa, que retira seu caráter universal e desresponsabiliza o Estado e suas funções (SOUZA, 2018; SILVA; BATISTA; SANTOS, 2017).

Os primeiros eventos/projetos que surgem, aparece como uma oportunidade de institucionalização e de ganhar visibilidades na RMRJ e internacionalmente. Por este motivo, precisamos problematizar a forma como estas propostas internacionais chegam em território nacional; se a partir de uma construção compartilhada com os movimentos locais ou via regulação e controle, impondo seus projetos sem uma adaptação adequada à nossa realidade.

Na medida em que são identificados elementos críticos capazes de pensar tais projetos, constata-se que os mesmos tendem a naturalizar injustiças sociais históricas. Questões que envolvem a falta de saneamento, condições precárias de moradia, de transporte, etc, acabam sendo direcionadas para o mundo do trabalho. Os mesmos empresários que são a favor das precarizações, das flexibilizações e do Estado mínimo, decidem investir em projetos que invisibilizam essas outras questões.

Mediante à discussão anterior, entendemos que os processos de colonização são construídos diante de uma visão dicotômica e hierárquica dos colonizadores e suas imposições entre o que é ser humano e não-humano. Para tal, a discussão sobre as condições de ser mulher,

ser negro, ser latino-americano, por exemplo, apresentam uma categoria importante neste processo de sujeitificação (LUGONES, 2014).

Partindo do princípio que, historicamente, o feminismo liberal proveniente da lógica dos países do Norte Global, passa a ser constituído como hegemônico e apresenta-se sob um viés de classe burguês, reflexões acerca da proposta de um feminismo decolonial precisam ser consideradas.

A partir das concepções de Lugones (2014), entende-se que os projetos que visam atuar em territórios periféricos fora do modelo eurocêntrico, precisarão se abster da ideia de um feminismo branco, classista e com visões do norte global. Pois estes não consideram a multiplicidade de opressões que as diferenciam e as concebem de forma compartimentalizada como se fossem diferentes e afetassem somente a determinados grupos de mulheres.

Mohanty (2008)³⁰, em seu estudo sobre a academia feminista e o discurso colonial, propõe uma reflexão acerca da representação das mulheres do terceiro mundo feita por feministas ditas do mundo ocidental. A problematização estaria em categorizar o uso de ‘mulheres’ com uma categoria de análise estável, assumindo uma unidade anti-histórica e universal entre as mulheres, fundamentada em uma noção generalizada de sua subordinação. Em seu debate, a autora acrescenta:

En vez de demostrar analíticamente la producción de las mujeres como grupos socioeconómicos y políticos dentro de contextos locales particulares, esta jugada analítica limita la definición del sujeto femenino a la identidad de género, ignorando por completo identidades de clase o étnicas. (MOHANTY, 2008, p. 11).

No decorrer de sua atuação já findada no território e a partir de outras demandas que vão surgindo, novos projetos e intervenções são estipulados. O movimento vai formando redes com outras instituições que vão além de suas redes locais já pré-estabelecidas. Projetos de empreendedorismo social são implantados, na medida em que demandas oriundas da questão da desproteção social que assola os moradores de comunidades periféricas se tornam latentes no território. A contextualização deste estudo nos mostra qual era o cenário já neste período posterior à fundação do coletivo.

Sua potência de articulação na sociedade permite a organização institucionalizada de um movimento popular local. Podemos, assim, visualizar a maneira como se forma a Maloca. O ponto de partida para compreendermos como são formados estes processos de insistência e de resistência em territórios periféricos, está na reflexão diante de trajetórias de vida como as

³⁰ Texto de 1984 publicado na obra de NAVAZ, L. S.; HERNANDEZ, A. (org.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madri: Cátedra, 2008.

da idealizadora deste coletivo, que ao mesmo tempo denunciavam opressão e anunciam possibilidades de projetos mais emancipatórios.

É interessante observarmos como suas vivências são estruturadas, não só por suas bases estudantis, mas também diante do exemplo da matriarca de sua família. Entender o papel feminino e, sobretudo, negro no cuidado coletivo é de total relevância. As questões da religiosidade também precisam ser consideradas dentro desta conjuntura, assim como as faces do racismo estrutural.

Quais as representações existentes em um território periférico, com a maioria de sua população composta por negros/pardos, que se organiza politicamente diante da possibilidade de transformação social em sua comunidade? O que simboliza o fato dessas pessoas terem suas expressões culturais visibilizadas em eventos e projetos internacionais, por exemplo? Dona Maloca declara:

Carrego uma história de muitos estigmas e lutas, mas o que levo de inspiração é essa ideia de casa cheia, acolhedora e livre de preconceitos. Hoje em dia procuro sempre deixar claro em nossas ações na Maloca que quem está lá não é a pessoa que fez faculdade, que foi ‘bem sucedida’ e que agora está devolvendo para a comunidade. Tento mostrar que assim como eu, todos podem conseguir, apesar de não ser moleza. Mostrando o tempo todo como estamos sendo coagidos, nossos direitos continuam sendo negados, que determinadas instituições, até religiosas mesmo, podem estar nos alienando. Pelo menos eu tento demonstrar este outro lado. Nosso trabalho vai além de assistencialismo, apesar de agora na pandemia, de fato muitas pessoas precisaram de cestas básicas. Mas procuro ter cuidado mostrando que nosso trabalho vai muito além disso. (Dona Maloca, em entrevista realizada em novembro de 2020).

A inspiração vinda da potência e do saber popular vivenciados em sua família, a força transformadora da educação pública, além de sua vivência como moradora neste território periférico, são elementos que, intrinsecamente, já fundamentam e muito as motivações para a criação deste movimento social.

Diante de tantas demandas e projetos, seria interessante pensar: Que projetos são desenvolvidos ou que gostariam de desenvolver relacionados as necessidades e problemas do território? O coletivo tem dado conta? Como fazer projetos políticos diante de tudo isso?

Os problemas reais do território podem acabar perdendo força diante da colonização do tempo e espaço relacionados aos projetos fragmentados. Pois, embora exista um engajamento político no movimento, os projetos políticos do território podem acabar deixando de enfrentar o Estado pela alocação de recursos desses projetos.

Diante disso, é importante que possamos compreender a forma como o coletivo se articula frente às dificuldades encontradas no território, considerando as nuances de uma sociedade capitalista e as possíveis reinvenções feitas a partir deste cenário.

Milton Santos (1996), ao propor uma reflexão sobre os tempos e ritmos urbanos nas metrópoles, faz uma crítica ao ponto de vista dominante que relaciona a aceleração dos ritmos econômicos produzidos pelo capitalismo como um fator determinante para sua força e desenvolvimento. Partindo desta lógica, todo território que não partilha desta noção de temporalidade seria automaticamente considerado como fraco ou, como ele mesmo diz: Espaços opacos.

Ribeiro (2012), ao dialogar com o pensamento de Milton Santos (1996), declara que:

Para Milton Santos, os espaços opacos, representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, oferecem materializações de racionalidades alternativas e saberes relacionados a apropriação socialmente necessária dos recursos disponíveis, possibilitando a sua multiplicação. São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio, o que estimula a articulação entre esses espaços e a problemática trazida pela consideração do corpo na leitura do espaço-tempo. O espaço opaco instaura o enigma da invisibilidade do muitíssimo visível. (RIBEIRO, 2012, p. 68).

Então, levando em conta a noção de espaço-tempo, Milton Santos atenta-se ao fato de que a hierarquização do tempo social produzida por esta ideia de tempo que está direcionada apenas às grandes empresas e multinacionais, acaba sendo seletiva no uso das novas condições de realização da vida social. Logo, enfatiza a importância do tempo simultâneo, que valoriza os tempos subalternos, estes marcados por dominâncias específicas.

Para ele, a força está nos lentos, por possuírem mobilidade na cidade e a capacidade de percorrê-la e esquadrihá-la. Que, ao se depararem com um imaginário perverso são capazes de descobrir as fabulações, sendo inseridos em um processo intelectual contraditório e criativo (SANTOS, M., 1996).

Na tentativa de estabelecer uma relação com as concepções de Boaventura de Sousa Santos (2007), podemos refletir sobre o conceito de monocultura do tempo linear. Sua definição se baseia na “ideia de que a história tem um sentido, uma direção, e de que os países desenvolvidos estão na dianteira” (SANTOS, B., 2007, p. 29). E assim, o fato de estarem nessa dianteira, faz com que pensem que tudo o que existe nos países desenvolvidos, suas instituições, suas formas de sociabilidade, suas maneiras de estar no mundo os fazem, por definição, mais progressistas que os países subdesenvolvidos. O que não é verdade.

Propondo então substituir a ideia de monoculturas por ecologias, o autor sugere uma reflexão sobre a ecologia das temporalidades:

O importante é saber que, embora haja um tempo linear, também existem outros

tempos [...]. Devemos entender essa ecologia de temporalidades para ampliar a contemporaneidade, porque o que fizemos com a racionalidade metonímica foi pensar que encontros simultâneos não são contemporâneos. Para isso é preciso deixar que cada forma de sociabilidade tenha sua própria temporalidade, porque, se vou reduzir tudo à temporalidade linear, estou afastando todas as outras coisas que têm uma lógica distinta da minha. (SANTOS, B., 2007, p. 33).

As experiências vivenciadas por esta importante agente social e liderança do coletivo Maloca, desde a sua infância, a coloca num mundo de relações sociais e de produção de conhecimento onde ela se torna um forte nó/elo de uma rede social de apoio local e extra local.

A partir da identificação de um problema relacionado ao sofrimento psíquico das mulheres de onde mora, reconhecemos a organização e a potencialidade de tudo isso. Mesmo não havendo inicialmente uma articulação política, o ato de ajudar a resolver essas e outras questões emergenciais, capacita o reconhecimento do importante papel dessas redes de apoio.

A respeito das dificuldades enfrentadas diante da pandemia do Coronavírus, Dona Maloca destaca alguns problemas que moradores do bairro e ligados ao coletivo tem presenciado:

Se não trabalhar, não come, se trabalhar, corre o risco. Muitas participantes da Maloca que trabalhavam como diaristas viram suas demandas de trabalho caírem significativamente. Tem também os maridos dessas amigas: um trabalhava fazendo shows de pagode, e como não está tendo eventos, ficou sem ocupação. Outros são pedreiros, e as demandas reduziram bastante também... e por aí vai. Esses dias, fiquei feliz com a notícia de que um deles arrumou um emprego no restaurante popular que inaugurou, ele fez campanha para um político lá e depois conseguiu. Pelo menos está trabalhando de carteira assinada, né? (Dona Maloca, em entrevista realizada em março de 2021).

Ao testemunharmos tal história, enxergando a vida que pulsa através das contradições, transgressões e resistências presentes ali, a iniciativa de uma liderança religiosa com visões de mundo progressistas em um território periférico dominado pelo poder paralelo precisa ser destacada. Até mesmo porque, entendemos que a crítica a determinados projetos regulatórios precisa ser feita, contudo, o “agir nas brechas”, a oposição criativa e a possibilidade da criação de inéditos viáveis dessas entidades também devem ser sinalizados.

7.2.1 WOW: Maloca no mundo!

O festival WOW³¹ – Mulheres pelo mundo, inspirado no evento internacional Women of the World Festival, foi organizado no Brasil pelo Redes da Maré³² - instituição da sociedade civil localizada no Complexo da Maré, Rio de Janeiro. No primeiro ano do festival no Brasil, em 2018, mesmo ano em que a Maloca se organiza institucionalmente, os organizadores do evento abrem um processo para selecionar coletivos, ONGs/OSCs, movimentos sociais periféricos organizados por mulheres em todo território estadual.

Após visualizar uma divulgação do festival em uma de suas redes, Dona Maloca vê a oportunidade de inscrever a Maloca da Cidadania. O mesmo é selecionado para participar e se apresenta em seu primeiro grande evento. Já está “de cara no mundo!”. No site do festival, seus organizadores definem o evento da seguinte forma:

Com eventos espalhados por instituições culturais importante da cidade do Rio de Janeiro como Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã e Pavilhão 1 do Pier Mauá [...] com curadoria do Southbank Centre e Redes da Maré e realização do Southbank Centre – um centro de convenções culturais localizado em Londres, na Inglaterra, Redes da Maré e British Council Brasil [...] o Festival Mulheres do Mundo apresenta gratuitamente rodas de conversa, partilhas de trajetórias, oficinas e uma intensa programação artística e cultural. (FESTIVAL MULHERES DO MUNDO, 2018, online).

O festival foi realizado nos anos de 2018, 2019 e 2020, entretanto podemos enfatizar que uma maior movimentação foi organizada em seu primeiro ano, reunindo cerca de 95 mil pessoas na Praça Mauá-RJ. Em 2019, foi organizado o “Esquenta WOW” – “uma série de cinco encontros em diferentes territórios do Rio de Janeiro — Complexo da Maré, Centro, Duque de Caxias, Niterói e Santa Cruz — que teve seu encerramento em Fortaleza” (FESTIVAL MULHERES DO MUNDO, 2019, online), tendo assim uma atuação mais discreta.

No ano seguinte, em virtude da pandemia do Coronavírus, o evento foi realizado em uma versão online, com 30 convidadas em uma programação de 12 horas refletindo sobre os

³¹ “O Festival Mulheres do Mundo é inspirado no WOW – o Women of the World Festival, um movimento global lançado pela diretora e produtora britânica Jude Kelly em 2010, diretora artística do Southbank Centre, um dos maiores centros culturais na Europa, no centenário do Dia Internacional da Mulher, em Londres.” (<http://www.festivalmulheresdomundo.com.br/festival>)

³² A Redes da Maré é uma instituição da sociedade civil que há mais de duas décadas produz conhecimento, elabora projetos e ações para garantir políticas públicas efetivas que melhorem a vida dos 140 mil moradores do conjunto de 16 favelas da Maré. [...] Suas primeiras iniciativas foram voltadas para o Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré, tendo início em 1997 e que, ao longo do tempo, tem alcançado resultados concretos. O Redes da Maré formaliza-se como instituição no ano de 2007 e, após este marco, estabelece, ao longo da sua trajetória, uma série de vínculos com instituições da sociedade civil e do poder público: universidades, institutos de pesquisa, órgãos e empresas públicas e privadas, ONGs, e com indivíduos; o que permite produzir iniciativas ampliadas de intervenção no território da Maré. (<https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/historia>)

desafios encontrados diante desta crise mundial, com diálogos, oficinas e intervenções artísticas. Tudo isso conforme o site oficial do evento no Brasil.

O que simboliza, logo em seu ano de institucionalização, já pertencer a uma rede no ERJ que se articula mundialmente? Para entendermos como essas articulações se formam, precisamos analisar as características de cada rede envolvida neste processo. Oriundo da Fundação WOW³³, o Festival já acontece em mais de 20 países.

A articulação entre os representantes do evento e da Redes da Maré acontece em uma visita de Jude Kelly, diretora da Fundação WOW, em 2016. Isso ocorre, mais especificamente, na Casa das Mulheres da Maré – espaço da instituição “dedicado a estimular o protagonismo político de meninas e mulheres, onde são realizadas atividades de qualificação profissional, atendimento sociojurídico e psicológico gratuitos, além de fomento ao ativismo e engajamento nas lutas feministas” (REDES DA MARÉ, 2020), a diretora do WOW propõe a realização do festival no Brasil em parceria com o movimento Redes da Maré.

Refletindo sobre essa conexão entre a conjuntura local e a global, precisamos entender em que medida um projeto como esse, que visa mostrar a diversidade de organização de mulheres pelo mundo, não acabam pautando movimentos feministas de países periféricos? Qual a margem de reinvenção para tratar das particularidades de problemas e necessidades de mulheres de periferia em um país como o Brasil?

Ao analisarmos as características do WOW em sua página oficial, nos deparamos imediatamente com o fato de sua identidade visual ser mantida, se mostrando fiel ao modelo representado tanto nos moldes nacionais como internacionais.

“Através de festivais, eventos, programas escolares e muito mais, WOW desafia a crença de que a igualdade de gênero já foi alcançada - e espera unir os pontos entre as pessoas, movimentos e ideias para mudar o mundo”, descreve em sua página oficial. Em 2018, sua principal organizadora busca expandir o evento antes concentrado no Southbank Centre e direciona sua proposta em uma instituição de caridade independente, a WOW Foundation. Com sua presidente, a duquesa da Cornualha Camilla Parker-Bowles, a Fundação WOW cumpre sua função internacional desenvolvendo festivais em 65 países e eventos em 6 continentes (WOW FOUNDATION, 2021).

³³ “A Fundação WOW produz festivais com este formato em todo o mundo, buscando gerar diálogo acerca das questões enfrentadas por meninas e mulheres e explorar possíveis causas e soluções. É o maior, mais abrangente e mais importante festival dedicado a apresentar trabalhos realizados mulheres e debater e encorajar a busca por igualdade de gênero. A Fundação WOW está em processo de se tornar muito em breve uma ONG, baseada no Reino Unido.” (<https://thewowfoundation.com/>)

Recebendo o apoio da Mastercard e também de sua fundadora e patrocinadora global, a Bloomberg, a página da web da Fundação WOW as descreve como:

A Bloomberg, líder global em notícias, informações financeiras e negócios [...] há muito apoia organizações e causas que promovem a igualdade de gênero e buscam enfrentar os desafios que as mulheres enfrentam em todo o mundo [...] e a Mastercard que tem apoiado a Fundação WOW como um Parceiro Global e continua seu compromisso de liderar a mudança para a igualdade de gênero ao remodelar a forma como nosso mundo é projetado, codificado e construído. (WOW FOUNDATION, 2021).

Diante desta identificação, a discussão sobre como o Banco Mundial (BM) tem se colocado como o principal ator na formulação de uma agenda global sobre igualdade de gênero precisa ser realizada. Danieli Santos (2020, p. 152) declara que:

Ao representar as mulheres latinoamericanas como ativas, empoderadas, capazes de optar livremente por competirem e serem exploradas no mercado de trabalho, e ao propor intervenções voltadas a impulsionar tal processo, o Banco estimula a superexploração do trabalho feminino, alimentando os ideais de mobilidade social pautados na ascensão individual. A forma como o Banco vem operacionalizando o conceito de gênero, de agência e de empoderamento tem por efeito deixar pouca margem para a construção e fortalecimento de laços de solidariedade coletivas, a despeito do potencial crítico de tais conceitos.

Isto posto, para identificar se a Fundação WOW atua no território brasileiro sob o mesmo modelo do BM, utilizaremos como método analisador as possíveis perspectivas do feminismo decolonial presentes na interlocução entre Redes da Maré e Fundação WOW. Será que esta fundação britânica é capaz de dialogar e realizar suas atividades compreendendo, de fato, as potências femininas brasileiras, pautando em suas desigualdades estruturais e se propondo a reinventar seus processos originais diante da realidade local?

O Festival WOW, em seus três anos de atuação no Brasil, se apresenta em quatro dimensões: Mulheres em diálogos, Mulheres das artes e culturas, Mulheres empreendedoras e Mulheres ativistas. A dimensão Mulheres em diálogos conta com a presença de mulheres importantes no cenário progressista nacional e internacional, apresentando em rodas de conversa, fóruns de vivências, oficinas, etc, o compartilhamento de suas trajetórias, experiências profissionais, dentre outras questões (FESTIVAL MULHERES DO MUNDO, 2018,online).

Estavam presentes nessas discussões no ano de 2020 a diretora do WOW Jude Kelly, a mulher trans e vereadora eleita em Niterói neste mesmo ano Benny Briolly e a escritora

Conceição Evaristo. Além disso, nos anos anteriores, já estiveram nessas rodas personalidades como a filósofa e pensadora brasileira Djamilia Ribeiro, a jornalista Maju Coutinho, a vereadora “cria da Maré” Renata Souza, a atriz Thaís Araújo e Anielle Franco, professora e irmã da vereadora do Rio assassinada por motivações políticas em 2018, Marielle Franco. Além de diversas figuras do campo político, artístico e ativistas das mais diferentes periferias do Rio. Todas símbolo da representatividade de mulheres pretas no Brasil, cada uma em sua área de atuação.

Na dimensão Mulheres das artes e culturas, mesmo já compreendendo que as manifestações culturais englobam também as outras categorias do festival, podemos encontrar: as cantoras Mc Soffia e Linn da Quebrada e a poeta Ryane Leão, ambas em 2020. Em 2018, estiveram presentes grupos musicais e teatrais como Afrolaje, Rap Slam, e as cantoras Lueji Luna e Elza Soares, dentre muitas outras potências e representatividades negras brasileiras.

As participantes da categoria Mulheres empreendedoras, dimensão existente apenas no ano de 2018, apresentaram seus negócios nos espaços da moda, da arte, da beleza, do artesanato e da gastronomia. Através do projeto “Mercado Delas”, são proporcionados encontros para estimular e fortalecer a criação, produção, distribuição e consumo de produtos e negócios, organizando mulheres em redes, atuando com temas transversais como gênero, feminismo e direitos, contendo uma estratégia de autonomia, crescimento e transformação, segundo informações do evento.

O coletivo Maloca apresenta-se na categoria Mulheres ativistas, que propõe a “exposição de materiais informativos de grupos, coletivos ou movimentos, oficinas, lançamento de campanhas e outras atividades relacionadas às lutas das mulheres” (FESTIVAL MULHERES DO MUNDO, 2018, online). Reconhecemos a força por trás da participação da Maloca em um de seus primeiros projetos após sua institucionalização. Com mulheres vindas da “periferia da periferia”, sem até mesmo material para divulgação de sua proposta (o valor simbólico de R\$ 500 disponibilizado pelos organizadores do WOW serviu para a produção de um banner com informações da Maloca, além da elaboração de panfletos e outros suportes), ganham a oportunidade de apresentar-se em um evento com visibilidade internacional e carregado de discursos potentes e libertários.

Mesmo diante da desconfiança que precisamos ter em projetos com apoiadores-colonizadores, principalmente aqueles voltados para o mundo dos negócios, pois podem se apropriar de discursos libertários como os relacionados à questão da igualdade de gênero, por exemplo, ao analisarmos de forma detalhada como se constitui o festival em território brasileiro, somos capazes de identificar a eficácia de suas ações transgressoras.

Como duvidar da potência de um movimento que une grandes representações, inspirações de luta e resistências no cenário brasileiro, das mais conhecidas às mais invisibilizadas e que carregam histórias de superação impulsionadoras? Este é o caráter emancipatório em uma de suas melhores versões.

De certo, ao propor esta interlocução e troca de saberes com o Redes da Maré, o festival parece atingir um movimento de transformação social a partir da realidade das demandas locais. Apesar de, aparentemente, não expressar em seu formato original debates direcionados a propostas decoloniais, capazes de combater desigualdades estruturais presentes em países periféricos (ao menos não conseguimos identificar isso em suas publicações no site), entende-se que, ao se articular com o Redes, a Fundação cumpre minimamente sua proposta. Tudo isso evidencia ainda mais a importância da construção conjunta, estando em constante diálogo com os principais envolvidos neste processo.

Sabemos o quanto isso se torna emblemático, a considerar as questões relacionadas à competitividade no meio, a visibilidade proporcionada, compreendendo também a importância da geopolítica dos movimentos sociais. O território da Maré, por exemplo, a tempos já se destaca pela presença marcante de movimentos sociais, representado historicamente como uma de suas principais características a organização destas instituições. O quão significativo seria o bairro Pantanal – mais precisamente o Morro do Sossego – território distante socialmente até mesmo do “badalado” Centro de Duque de Caxias, ser representado em um evento internacional, buscando trazer visibilidade a causas de mulheres com histórico de exclusões político-sociais?

O festival contou com mulheres nas mais variadas categorias, demonstrando a diversidade presente em todo ERJ. Um dos grandes enfoques do evento foi unir a luta, as construções compartilhadas envolvendo a temática do Empreendedorismo, da arte e das militâncias em um cenário mundial e a construção de vínculos ao reunir os mais variados movimentos sociais do estado. Para a Maloca, foi uma oportunidade de crescer institucionalmente, importante para construção de um currículo sólido e engajado – uma ferramenta importante para sua “vitrine”.

A forma como o coletivo articula suas ações, pode ser um pouco diferente da forma como ele quer ser visto para quem está “de fora”. Sabemos que existem projetos onde o coletivo precisará se moldar diante do que está pré-estabelecido nos editais pelo mundo afora. Projetos que servem ao modelo regulatório e que já chegam dentro da comunidade com a resolução de problemas que não condizem com a realidade local. Porém, é importante que os princípios

éticos e o posicionamento político dos movimentos locais estejam bem definidos, de maneira que suas ações estejam sempre alinhadas às reais necessidades da população de seu território.

No Festival WOW, o coletivo apresenta-se timidamente em um estande com artesanatos de moradoras locais, uma proposta aparentemente simples, com um enfoque na geração de renda e libertação feminina. Mas, o que está por trás disso? O que representa moradoras do Morro do Sossego em um evento internacional na Praça Mauá – cartão de visitas do Rio – falando sobre Promoção da Saúde, artesanato, coletividade e cidadania?

Certamente precisamos falar sobre as transgressões que vão além de simplesmente ganhar dinheiro através da mercantilização de suas produções artísticas. Aqui se apresentam também os processos de resistência de mulheres periféricas, em sua maioria negras, mães-solo, estigmatizadas e com um histórico de violências: neste lugar está o grito de liberdade em sua essência. E este nada tem a ver com o neoliberalismo defendido pelo mesmo sistema que as oprime todos os dias.

E é neste ponto que o coletivo Maloca precisou focar. Nas oportunidades proporcionadas pela participação neste evento. Na importância de se reunir e construir diálogos com as mais variadas representantes da luta no país. Nas redes que seriam estabelecidas ali e na proposta de trazer mais visibilidade a um território historicamente “esquecido” pelo Estado.

Em governos anteriores, podemos afirmar que havia uma tentativa maior do governo federal em dialogar com esses grupos de associações de moradores, redes, coletivos, dentre outros. Mas, o que vemos hoje são empresas de grande porte a nível nacional e internacional tratando diretamente com essas instituições, sem qualquer intermediação do Estado. Isenções fiscais são oferecidas, e são as mesmas que acabam estabelecendo uma relação direta com os movimentos sociais periféricos. O que aumenta ainda mais o controle e a regulação.

Aqui o Estado não faz mais mediação, mas as grandes empresas fazem diretamente o contato com a população. Parafraseando Rosely Magalhães, docente do programa de Saúde Pública da ENSP e orientadora desta dissertação: “Festival WOW – é o Estado perdendo, mais uma vez, por WO³⁴!” E, diante disso, os movimentos precisam se reorganizar em iniciativas que possibilitem a transformação da realidade dessas periferias.

7.2.2 ATADOS: Elos, laços e nós. Será?

³⁴ WO é uma expressão que significa vitória fácil, sigla do termo inglês *walkover*. Uma vitória por WO acontece quando não existem adversários ou quando esses não comparecem por algum motivo. (<https://www.significadosbr.com.br/wo>)

Com o objetivo de “mobilizar pessoas e gerar transformações positivas na sociedade” (ATADOS, 2021), o projeto Atados – Juntando gente boa, organiza-se através de uma plataforma digital gratuita, de projetos com empresas, de projetos sociais autorais e do fortalecimento de suas redes. Disponibilizando oportunidades de voluntariado em causas sociais, o projeto, o Atados tem suas unidades estabelecidas no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Ainda no ano de sua fundação em 2018, a curiosidade da liderança do movimento desperta para uma rede com um nome muito propício: Atados. Tudo isso acontece a partir da visualização de uma publicação no Facebook, onde, em seguida, busca saber mais a respeito desta rede, com a proposta de criar laços com voluntários capazes de contribuir com a obra da Maloca. Afinal, toda rede precisa de braços e a proposta do Atados é justamente proporcionar a seleção de voluntários para ONGs e movimentos sociais.

Como vimos no caso do festival WOW, diálogos que priorizem a emancipação humana são possíveis, quando ressignificados dentro da realidade de cada território. Isso por que, não necessariamente um projeto com nome internacional está pautado em projetos regulatórios. Contudo, o que vemos no projeto Atados, pode se interligar a projetos que priorizam o mercado empresarial regulatório.

A serventia da plataforma do Atados para coletivos como a Maloca funcionaria, inicialmente, da seguinte forma: as instituições fazem uma espécie de cadastro na plataforma Atados, falando um pouco sobre suas propostas e voluntários se candidatam para prestarem serviços de acordo com o perfil solicitado pelo movimento/organização.

Observa-se que o fortalecimento das redes proporcionado pela rede Atados é uma de suas principais contribuições ao Movimento Maloca. Redes de Apoio Social importantes para o coletivo foram estabelecidas através da plataforma Atados. São os coletivos: Sim, eu sou do meio³⁵; Educar +³⁶; dentre outros. Além do mais, foi através deles também que a Maloca pôde

³⁵ O projeto “Sim! Eu Sou do Meio” atualmente, atende 54 alunos da Rua do Meio e das redondezas do município de Belford Roxo, tem por objetivo valorizar o potencial da pessoa humana com foco nas crianças a partir de 4 anos de idade, fortalecendo o vínculo territorial e a identidade cultural das crianças que ali residem. Para atingir o objetivo de transformação territorial com foco na nova geração da Rua do Meio, utilizam os recursos da educação, cultura, esporte, cuidado com o meio ambiente e práticas de alimentação saudável (<http://simeusoudomeio.com.br/o-programa/>).

³⁶ O Educar + tem a missão de expandir a perspectiva de mundo de crianças e adolescentes através da educação e da cultura, contribuindo assim para o seu desenvolvimento social e humano. Idealizado a partir da inquietação de uma estudante moradora de uma das comunidades do Complexo do Chapadão – Anchieta, o projeto inicia-se com encontros mensais com objetivo de incentivar a leitura com ajuda de voluntários e amigos, e hoje conta com uma sede conquistada através de recursos doados pela empresa privada, além de ter se tornado uma ONG em 2020.

ingressar, no ano de 2019, no projeto Pense Grande, da Fundação Telefônica/Vivo, que será descrito e analisado mais abaixo.

Identificamos também a intenção da nomenclatura Atados, que estaria relacionada a ideia de união/ligação entre as mais variadas redes no campo social. Todavia, ao explorarmos seu website na internet, nos deparamos com propostas de voluntariados e também de solução para empresas. Sabemos que no mundo empresarial o termo “solução” relaciona-se ao produto a ser ofertado e comercializado.

Outro ponto importante a se destacar, diz respeito à intencionalidade de algumas empresas em adquirir tal produto. Na plataforma digital, são oferecidas “consultorias de intermediação e gestão empresarial” (ATADOS, 2021), e apresenta uma diversidade de clientes famosos no mundo das grandes organizações, como: Carrefour, Pfizer, Samsung, O Boticário, Sky, Coca-Cola, Adidas, etc. Muitas dessas empresas se beneficiam ao adotarem um discurso voltado para a prestação de serviços sociais com base na “gestão da solidariedade, filantropia e espírito comunitário” (ATADOS, 2021).

Diante disso, precisamos refletir como essas empresas, fortes aliadas ao sistema neoliberal, sendo, muitas vezes, contrárias à ampliação do Estado no sentido de resolver as injustiças sociais, acabam se apropriando de discursos com um viés voltado para os direitos sociais, atrelando suas marcas à projetos comunitários. Será mesmo que estão preocupadas com a população brasileira?

Com a finalidade de atender as necessidades da comunidade, desenvolvendo projetos que se aliem a ações voluntárias, a proposta da responsabilidade social empresarial visa reorganizar práticas corporativas de forma que não sejam mais vistas como exploradoras do trabalho e que assolam recursos ambientais, atuando em parceria com o poder público e outras organizações. Obtendo assim o reconhecimento popular, essas práticas também são expressadas por meio de premiações, selos e certificações (MILANI, 2013).

Não é de hoje que o tema da responsabilidade social das empresas vem sendo discutido e problematizado. Milani (2013) aponta que, além da retirada estratégica de cena estatal, tais parcerias entre Estado, organizações da sociedade civil e do mercado, ainda encobrem o processo de vulnerabilização de um legado de direitos sociais. Táticas que, ao serem utilizadas como discurso de um comportamento ético e responsável dessas empresas, vão conciliando lucro e ética, pois são capazes de obter grandes ganhos financeiros, sendo utilizadas como meros instrumentos lucrativos que facilitam o alcance de altos níveis de acumulação capitalista.

Dando prosseguimento à análise de sua página na internet, no item “Quem somos” visualizamos a frase: “Juntando gente boa, uma oportunidade de voluntariado pelo Brasil”. Já

na opção para empresas, encontra-se o seguinte texto: “Solução completa em responsabilidade social e voluntariado para empresas”. Nota-se que a velocidade para o mundo globalizado atual é evidente, e a materialização da colonialidade expressa-se através de imagens de rodas de capoeiras, aulas de ballet com crianças, incentivando o fomento da “cultura popular” (ATADOS, 2021).

Ao propor uma reflexão acerca da colonialidade como sendo o lado mais obscuro da modernidade, Mignolo (2017, p. 2) afirma que:

A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a matriz colonial de poder é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais.

Se apropriam de um discurso colonizador que associa e limita expressões da cultura popular quase que exclusivamente ao incentivo de produções artísticas, como se outras manifestações culturais vivenciadas nas periferias brasileiras não fossem consideradas. Muitas vezes, os parâmetros utilizados referem-se a um conceito restrito de cultura.

Ao discorrer sobre a identidade cultural na pós-modernidade, Hall (2014) declara:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”. (HALL, 2014, p. 75).

Além do mais, uma das principais dificuldades encontradas pelo coletivo Maloca, segundo sua liderança, se encontra nas questões de mobilidade e estigmatização envolvendo o território do Pantanal e o Morro do Sossego. Como já dito anteriormente, a cidade de Duque de Caxias por si só já é considerada um território periférico, e o bairro se distancia ainda mais de seu centro urbano.

Isso acaba dificultando ainda mais as questões de acesso à sede do coletivo, gerando uma baixa adesão de novos voluntários, principalmente aqueles que moram mais distantes da região. A impressão que dá, é que o voluntariado disponibilizado pela plataforma é composto,

em sua maioria, por gente branca de classe média, que precisaria deslocar-se para a periferia da periferia, o que não parece ser interessante para estas pessoas.

7.2.3 ASPLANDE: **Impacta, mulher!**

Ao visitar o site oficial da instituição, nos atentamos primeiramente ao fato da mesma ser filiada à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, sendo fundada em 1992. A Asplande desenvolve um trabalho com mulheres periféricas e empreendedoras na Baixada Fluminense e cidade do Rio de Janeiro. Todos os projetos desenvolvidos direcionam-se para a “formação, implementação e monitoramento de empreendimentos comunitários e cooperativos” (IMPACTA MULHER, [c2020]).

Buscando compreender as motivações da época para a criação desta grande rede, o site da instituição contextualiza em seu histórico reflexões a respeito dos novos padrões de consumo formados pela consolidação do modelo neoliberal no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. O que ocasionou grave reflexo nas camadas populares, “resultando em uma grande crise no mercado de trabalho, com altas taxas de desemprego” (IMPACTA MULHER, [c2020]).

Descrevem ainda que inquietações de um grupo de profissionais de áreas distintas que já atuavam em projetos pedagógicos no município de Paracambi/ RJ surgiam diante de tais preocupações. Assim sendo, resolvem “ampliar a discussão sobre metodologias de desenvolvimento integral, além do fortalecimento de iniciativas empreendedoras na comunidade”. O grupo inicia suas atividades realizando oficinas para jovens e mulheres adultas buscando a “difusão do cooperativismo e de práticas solidárias de comércio entre pequenos grupos de produção” (IMPACTA MULHER, [c2020]).

Bulgacov e colaboradores (2010), evidenciam a intensa incorporação das mulheres no mercado de trabalho, superando até mesmo a participação masculina nas atividades empreendedoras. Entretanto, apesar de alguns avanços provenientes, por exemplo, da busca por melhor escolarização por parte destas mulheres, tal fator não refletiu em melhores condições de salário e renda para as mesmas, nem no âmbito doméstico, nem ao menos em sua representação social, em relação à figura masculina.

As autoras afirmam que as empreendedoras brasileiras apenas reagem ao meio em busca de atender suas necessidades, ainda sem condições de pró-agir. Interligada à componentes de consciência, imaginação, criatividade e inovação, o empreendedorismo por oportunidade é uma importante característica empreendedora. Porém, no caso das empreendedoras brasileiras,

caracterizam-se a partir de um empreendedorismo por necessidade, aquele que apenas tenta suprir suas urgências financeiras.

Com o apoio do British Council (Conselho Britânico), a Asplande se une à rede internacional Social Starters criando a Incubadora de Negócios Sociais: Impacta Mulher. Divulgado pela plataforma digital da rede Atados, é o projeto escolhido pelas lideranças do coletivo Maloca, com o intuito de impulsionar suas iniciativas empreendedoras no ano de 2019.

Trazendo uma alusão às incubadoras neonatais, capazes de proporcionar ambientes seguros aos recém nascidos que necessitam de cuidados especiais, as incubadoras sociais existem para apoiar negócios inovadores em seus estágios iniciais de maturidade (TREVIZAN, 2017).

Desta forma, a incubadora Impacta Mulher possui o propósito de fornecer apoio, orientação e espaço de trabalho para empreendedoras de favelas e periferias do Rio de Janeiro. Devido as barreiras enfrentadas por este público, relacionados à preconceitos de gênero, raça e classe social, ela tem o intuito de enxergar as potencialidades a fim de capacitá-las com negócios de impacto.

Entendendo que a principal demanda da época em seu território se trata da dificuldade de muitas moradoras do Morro do Sossego em relação à geração de renda, surge a necessidade da Maloca em aprimorar seus conhecimentos no chamado Negócio de Impacto Social.

Segundo informações obtidas na plataforma digital do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os negócios de impacto social buscam beneficiar diretamente pessoas de renda mais baixa, das chamadas classes C, D e E. Se propõem a causar um impacto positivo em uma comunidade, ampliar as perspectivas de pessoas marginalizadas pela sociedade, além de gerar renda compartilhada e autonomia financeira para os indivíduos de classe baixa (SEBRAE, 2014).

Ainda sobre a condição da mulher empreendedora no Brasil, Bulgacov e colaboradores (2010, p. 347) complementam:

O movimento recente de participação mais expressiva da mulher empreendedora nas atividades produtivas e de sua maior escolaridade se contrapõe ao movimento de manutenção de imposições sociais que resultam em precarização da atividade empreendedora, especialmente nos países pobres, potencializando também a feminilização da pobreza na atividade empreendedora.

Na tentativa de propor alternativas diante do cenário apresentado, as autoras apresentam sugestões para implementação de políticas públicas destinadas à mulher empreendedora. São elas:

- desenvolvimento de sistemas de qualificação, capacitação, treinamento e formação técnica e profissional da mulher, voltados para atividades não tradicionais e direcionadas especialmente àquelas que vivem em condições de pobreza;
- fomento e ampliação das experiências de centros de serviços às micro e pequenas empresas (crédito, capacitação, tecnologia, informação de mercados), entre outras;
- estímulo à integração entre os diversos âmbitos das políticas ativas de mercado de trabalho: informação sobre o mercado de trabalho, transferência e melhoria de renda, capacitação e formação profissional, intermediação de mão de obra, acesso ao crédito e a outros recursos produtivos, programas de emprego temporário e/ou de emergência, que permitam às mulheres pobres construir um projeto ocupacional e estruturar suas rotas de saída, seja das situações de pobreza (ou indigência), seja da dependência dos programas de transferência de renda;
- capacitação de gestores públicos e demais pessoas encarregadas tanto da formulação como da implementação, monitoramento e execução dessas políticas e programas nos temas de gênero e raça;
- formulação e implementação de políticas e programas específicos dirigidos às mulheres e a grupos determinados de mulheres: mulheres chefes de família pobres e com baixa escolaridade, mulheres afrodescendentes e indígenas, mulheres jovens, entre outras;
- formulação e aplicação de políticas que favoreçam o acesso da mulher ao empreendimento, especialmente as micro e pequenas empresas inseridas em cadeias produtivas e arranjos produtivos locais;
- elaboração de políticas específicas para ampliar a cobertura da proteção social, especialmente em termos de saúde e aposentadoria ou pensões para a mulher empreendedora, atualmente desprotegida da seguridade social;
- consideração da necessidade de flexibilidade horária e de serviços de apoio ao cuidado infantil durante o desenvolvimento desses programas;
- introdução, quando for possível e pertinente, de ações de “empoderamento” das mulheres e de sensibilização de seus cônjuges e familiares, com o objetivo de contribuir para o estabelecimento de relações mais igualitárias e respeitadas em termos de gênero e raça;
- estabelecimento de sistemas permanentes de monitoramento e avaliação das políticas e programas a partir de dados desagregados por sexo e raça-cor, assim como de indicadores sensíveis ao gênero e à raça. (BULGACOV et al., 2010, p. 347-348).

Diante de todo o cenário contextualizado pela rede Asplande, mesmo considerando todas as críticas a modelos regulatórios “disfarçados” de “empreender socialmente” já discutido anteriormente, as articulações construídas pelo coletivo Maloca com outros movimentos e redes de apoio dentro desta incubadora se torna primordial para o desenvolvimento e amadurecimento das experiências da Maloca como instituição social. Lá são construídas mais redes de apoio, além do conhecimento de projetos importantes até mesmo para o fortalecimento de suas ações futuras.

Constatamos então que, mesmo de forma modesta, algumas propostas do Impacta Mulher conseguem se relacionar com as propostas descritas no quadro acima. Ao menos

aquelas que dependem exclusivamente de ações pontuais formuladas pelo projeto. No entanto, para atingir níveis macro, que dizem respeito a um papel do Estado atuando em prol de políticas públicas direcionadas às mulheres empreendedoras, percebemos que ainda há um caminho longo a percorrer e lutar.

7.2.4 **CIEDS: Fazedores do bem – sem olhar a quem (?)**

Com mais uma parceria internacional do Conselho Britânico (British Council Brasil), o projeto Fazedores do bem é organizado pelo CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, instituição que promove soluções sociais para questões de geração de renda, envolvendo as áreas de “educação, empreendedorismo, engajamento comunitário, inclusão social e bem-estar” (CIEDS, 2021).

Através da metodologia Active Citizens proposta pelo British Council Brasil, que se propõe a ser um “programa de liderança social buscando promover o diálogo intercultural, o desenvolvimento social e mudanças sustentáveis lideradas pelas comunidades”. Com o objetivo de “aumentar a contribuição dos líderes comunitários para alcançar o desenvolvimento sustentável, tanto local quanto globalmente” (CIEDS, 2021).

“O primeiro edital a gente não esquece!” – E foi com essa frase que, em 2019, o Movimento Maloca anuncia sua primeira aprovação em um projeto que contém edital. Por conta de problemas envolvendo a regularização da razão social do coletivo, gerando muitas dificuldades em inscrições para editais, o movimento social mostra que não pretende se abalar com estes entraves gerados pela falta de um cadastro em pessoa jurídica.

Tendo a possibilidade de se registrar em pessoa física, a principal liderança do coletivo se inscreve e, apresentando todas as propostas da Maloca, conquista a premiação deste edital. Após a conquista do edital, o coletivo recebe um incentivo financeiro de duas parcelas no valor de R\$ 1.200, além da disponibilização de um curso de formação para gestores de movimentos sociais para uma liderança da Maloca.

Refletindo sobre as transgressões e aprendizados no decorrer deste processo, podemos entender como o coletivo usufrui dos benefícios adquiridos por esta conquista pois, além da possibilidade de expandir seus projetos e ações através do estímulo de recursos, mais uma vez a visibilidade proporcionada se faz satisfatória. A página do Facebook do coletivo é disponibilizada na plataforma do projeto, gerando também maior engajamento.

Diante de tantos incentivos por parte de uma instituição, parece válida a tentativa de compreender os incentivos por parte do Conselho britânico no que diz respeito aos fomentos

em instituições sociais no país. Declarando-se através de propostas que visam estimular e desenvolver projetos inovadores e de alta qualidade em colaboração com artistas e instituições culturais no Brasil e no mundo, a organização se faz presente em muitos projetos sociais.

Entretanto, qual, de fato, seria sua intencionalidade tendo em vista que apresentam projetos já estruturados, bem formulados dentro de padrões pré-estabelecidos por seus idealizadores? Quais diálogos são proporcionados em conjunto com as comunidades desfavorecidas?

Mignolo (2003) ao discorrer sobre a decolonialidade do saber, elabora uma crítica ao imaginário eurocêntrico que, nos últimos quinhentos anos, representou-se a partir de um sistema de hierarquias sexuais, raciais, linguísticas e espirituais, contribuindo para a reprodução da perspectiva colonial. Diante desta posição hegemônica, prevalece a epistemologia moderna e que se compõe uma narrativa de expansão européia sobre o mundo, na qual acaba legitimando todos os seus projetos globais.

Considerando que os projetos desenvolvidos pelo Conselho Britânico em parceria com instituições brasileiras tem tomado proporções consideráveis, é necessário refletir em que medida eles podem estar pautados sob uma perspectiva colonial ou a partir de uma proposta decolonial.

Portanto, o que precisa estar em evidência nesta discussão é maneira como a Maloca se vale deste apoio, seja financeiro ou outro tipo de contribuição. Os aprendizados adquiridos precisam ser adaptados à realidade local. Ao realizar a leitura do edital, observa-se que em um trecho o mesmo se propõe a promover lideranças sociais e fortalecer iniciativas de pessoas e organizações que tenham como objetivos a Promoção da Saúde, além de outras coisas. Percebemos que a Promoção da Saúde também se faz presente nas metas a serem alcançadas pelo coletivo. Como tais propósitos poderão ser atingidos considerando as reais necessidades e problemas das pessoas deste território?

Ao analisarmos as mídias do Movimento Maloca no período após a conquista deste financiamento, podemos constatar que durante este período foram realizadas atividades voltadas para o estímulo de práticas educacionais destinadas a jovens e crianças da comunidade, além de outras ações voltadas para questões de Saúde mental, fortalecimento comunitário e suportes assistenciais a moradoras/es da comunidade.

Quando falamos de transgressões sociais, nos referimos a este movimento de adaptar padrões pré-definidos a uma realidade local existente. Com o dinheiro obtido através da conquista do edital, talvez o ideal esperado fosse a criação de um projeto bem estruturado com nome definido, com uma imagem bonita para “gringo ver”. O que se vê na prática, é o

investimento em projetos já existentes e sendo aprimorados, é o incentivo a ações de auxílio e suporte à comunidade, além de uma ajuda aos gastos que o coletivo possui mensalmente. A ajuda é bem-vinda, mas o coletivo ainda precisará enfrentar muitas barreiras.

7.2.5 “Pense Grande” como a Fundação Telefônica! (contém ironia)

Um dos nomes mais controversos de todos os projetos pesquisados trata-se do projeto Pense Grande da Fundação Telefônica/Vivo. Empresa de origem espanhola, a Telefónica estabelece relação com a brasileira Telesp – companhia estatal de telecomunicações do Sistema Telebrás, após sua privatização em 1998, se tornando a Telefônica Brasil (FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO, 2021).

A respeito do tema das privatizações, se faz necessário problematizar os interesses das empresas multinacionais no que se refere à sua forma de acumulação de capital em países periféricos como o Brasil. A compra de empresas estatais, vendidas pelo Estado a preços baixos a partir de áreas estratégicas e com possibilidades elevadas de lucratividade, sendo ofertadas a partir de leilões que revelam o interesse do capital internacional em setores essenciais para a soberania do país em ramo de serviços: exploração de recursos naturais, como energia, telecomunicações e mineração (RODRIGUES; JURGENFELD, 2019).

Em se tratando especificamente deste tema e do processo de venda da Telebrás, durante o governo do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC), os autores enfatizam:

Os processos de privatização também explicitaram seu caráter especulativo, dada a grande quantidade de participação de fundos de investimentos e bancos entre os compradores, que aproveitaram o processo para adquirir ações a bons preços e que venderiam facilmente e com alta lucratividade poucos anos depois. Nos mais diversos leilões, ficou evidente a presença de instituições como Previ, bancos Bozano, Simonsen e Opportunity. Este último foi protagonista do maior escândalo de corrupção denunciado à época dos leilões da Telebrás, levando à queda de nomes de confiança do presidente FHC. (RODRIGUES; JURGENFELD, 2019, p. 416).

Á vista disso, é importante que o contexto e os interesses políticos sejam sempre considerados ao falarmos sobre a questão das privatizações, independente de seu núcleo. O que está em voga é a comercialização, melhor dizendo, a desnacionalização e a financeirização de bens e patrimônios nacionais, como bem diz os autores. Muitos apoiadores da economia neoliberal apontam a capacidade desenvolvimentista implicada nas privatizações, mas precisamos questionar: Desenvolvimento para quem?

A Fundação Telefônica Vivo é o braço de responsabilidade social da Vivo, marca comercial que faz parte do Grupo Telefônica. Fundada em 1999, caracteriza-se em sua plataforma digital como uma empresa que trabalha para gerar transformação social. Utilizando uma linguagem bem característica das organizações que pregam o desenvolvimento da sociedade e sustentabilidade em suas ações, declaram: “Investimos na formação e fluência digital de educadores, na inovação da prática pedagógica e na difusão da cultura do empreendedorismo social e do ensino de programação” (FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO, 2021).

Xavier e Maranhão (2010), ao proporem um estudo crítico acerca da responsabilidade social como sendo a privatização do público, destacam a pouca criticidade presente nas produções acadêmicas a respeito do tema. Muitas delas apontam, exclusivamente, o caráter “benéfico” de tais práticas, o que, para eles, podem ser consideradas ingênuas, levando em conta os interesses de muitos que as conduzem.

Apesar de conter um discurso que se propõe a atuar frente às questões sociais, as corporações tendem a utilizar essa nova faceta com certa impessoalidade, interessada aos acionistas que determinam as vias de condução dos negócios. Para os autores:

O que se observa, aqui, é o incauto campo da responsabilidade permeado pela inabilidade do Estado em atuar frente às demandas sociais; mais grave, como mantenedor de uma (des)ordem que funciona em favor do capital e de suas primazias. O Estado se destituiu da legitimidade para atuar frente às demandas sociais. A idéia de políticas públicas comumente atribuídas a esse ator se dissolve, e o único fator que, ainda, as fazem serem reconhecidas enquanto tal é a origem de seus recursos. (XAVIER; MARANHÃO, 2010, p. 307).

O projeto Pense Grande diz respeito a um “programa de capacitação e de difusão da cultura do empreendedorismo de impacto social com tecnologia digital, voltado a jovens brasileiros de 15 a 29 anos” (PENSE GRANDE, [c2020], online). Se trata de mais um edital conquistado pelo movimento social Maloca, mais um descoberto através das redes estabelecidas pela rede Atados.

O fato do projeto utilizar a expressão “cultura do empreendedorismo” nos instiga a compreender melhor o que, neste caso, é chamado de cultura. Williams (2007), ao destrinchar os mais variados sentidos da palavra cultura, relaciona sua complexidade ao seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas européias e pelo fato da mesma passar a ser utilizada para referir-se a importantes conceitos e pensamentos distintos e incompatíveis.

Sendo atribuídas suas primeiras definições ao cultivo, cuidado; torna-se, no decorrer dos séculos, um processo do desenvolvimento humano, desencadeando assim uma complicada

história moderna. Ainda a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, é remetida ao caráter civilizatório em algumas partes da Europa. Devido sua pluralidade de sentidos precisou (e ainda precisa) atingir, progressivamente, seu leque e sobreposição de sentidos (WILLIAMS, 2007).

Ainda de acordo com o autor:

O complexo de significados indica uma argumentação complexa sobre as relações entre desenvolvimento humano geral e um modo específico de vida, e entre ambos e as obras e práticas da arte e da inteligência. [...] É interessante que o uso social e antropológico em constante expansão de **cultura** e **cultural** e de formações como **subcultura** (a cultura de um grupo discernível menor) tenha ou eludido ou diminuído a hostilidade e o mal-estar e embaraço que lhe são associados, exceto em certas áreas (notadamente no entretenimento popular). (WILLIAMS, 2007, p. 122-123, grifos do autor).

Por meio de capacitações, o projeto tem a proposta de preparar lideranças de movimentos populares com temas relacionados ao mundo do empreendedorismo social, com conteúdos que visam preparar jovens e adolescentes para o mercado de trabalho, ensinando como organizarem seu próprio negócio, lidando com as questões da era digital, marketing, dentre outras coisas. São disponibilizados materiais para a ministração das aulas e suporte neste processo educativo, capacitando primeiramente as lideranças dos movimentos e logo após a captação de jovens da comunidade, estes seriam preparados pelos instrutores capacitados.

Isto é, diante das circunstâncias atuais relacionadas aos altos índices de desemprego, das flexibilizações e da desproteção social, configurado pela inércia do Estado em garantir tais direitos, estas empresas avançam e radicalizam os aspectos da colonialidade. Para que haja alguém que “pense grande”, significa haver quem “pense pequeno”.

O modelo adotado por quem pode “pensar grande” é produzido em países de economia central, por intermédio de uma empresa que, com isso, ganha desconto em imposto de renda e acaba contribuindo menos para a produção de recursos públicos.

Em outras palavras, existiria então uma cultura superior, formada por pessoas mais modernas e desenvolvidas, passando uma ideia de que ser culto é ser moderno e ser moderno é utilizar um modelo de desenvolvimento eurocentrado, sem romper com os moldes de exploração desenvolvidos nos países periféricos.

Ocorre então as imposições de um modo de viver, consumir, produzir. Uma subjetividade é formada a partir de todas as ausências construídas nessas bases. Consequentemente, a possibilidade de negar tal “ajuda” que essas empresas oferecem não se torna possível, já que isso pode possibilitar que as populações mais vulneráveis tenham a possibilidade de ter seu sustento para comer e suprir suas necessidades mais básicas.

Mas o que estaria por trás de um projeto intitulado *Pense Grande*? Anteriormente em nosso debate teórico, refletimos sobre as questões relacionadas aos grandes níveis de desemprego no país, desproteções sociais e o fortalecimento do individualismo na era neoliberal. Desta forma, o que seria pensar grande diante de todas as dificuldades encontradas nesta problemática? Se eu não sou bem sucedido profissionalmente, financeiramente, significa que não pensei grande o bastante?

Esta ideia nos remete ao conceito de meritocracia, onde quem não está prosperando no mundo atual, é porque não se esforçou o suficiente. Será que os grandes empresários do país só precisaram se esforçar muito para conseguir conquistar suas grandes fortunas? Um projeto como este, parte do pressuposto que, mesmo com a proposta de um Estado mínimo cada vez mais em vigor, basta ensinar os jovens das periferias a “fazer negócios” e isso será o suficiente. Como se a escassez de recursos como educação, saúde, lazer e emprego não influenciassem em nada e isso não fizesse parte do processo de conhecimento destes jovens.

Nesta lógica, “pensar pequeno” é o oposto. Assim, para conseguir sucesso o financiador sabe como “pensar grande”. É preciso analisar a própria linguagem e os títulos desses projetos empresariais que adotam discursos aparentemente inofensivos, contudo, ao olharmos de forma mais crítica suas intencionalidades, veremos de fato a inserção direta da colonialidade.

Como aqui nosso intuito é o de identificar o que instituições como a Maloca podem fazer com tudo isso, buscando enxergar as brechas, as ressignificações, analisamos os projetos desenvolvidos pelo coletivo a partir do que é oferecido pelo projeto em questão. Após as turmas serem finalizadas, a esperança surge ao presenciar iniciativas como a de duas jovens participantes do projeto *Pense Grande* que, após esta “capacitação”, tiveram a oportunidade de pôr em prática seus talentos e organizar oficinas de dança em parceria com a Maloca.

Segundo informações obtidas no Facebook da Maloca em março de 2020, as Oficinas são parte do projeto de Negócio Social "FAÇA ARTE COM AS DIFERENÇAS", desenvolvido por elas e a proposta é realizar atividades de aprendizado de arte para crianças, jovens e adolescentes por meio de oficinas itinerantes e destinar parte da renda para apoiar jovens LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queers, Pansexuais, Agêneros, Pessoas não binárias e Intersexo) em situação de vulnerabilidade social.

Contudo, evidencia-se que, mesmo se tratando de um projeto regulatório e de ser realizado por um movimento social com lideranças evangélicas, ao apoiar jovens LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade social, esse é um ato que subverte as narrativas das igrejas neopentecostais conservadoras e possui um olhar revolucionário frente às questões apresentadas.

7.2.6 “Ela Pode” (!)

O Instituto da Mulher Empreendedora – IRME, em parceria com o Google.org, elabora uma iniciativa com o objetivo de capacitar 135 mil mulheres brasileiras, garantindo independência financeira e poder de decisão sobre seus negócios e vidas: o Programa Ela Pode. O projeto possui a finalidade de preparar mulheres, com palestras voltadas ao Empreendedorismo juntamente com discussões sobre empoderamento feminino.

Além de ter o apoio da instituição filantrópica do Google, ao visitar o site da instituição IRME podemos observar outros parceiros como os bancos Santander, Bradesco e Itaú. O programa consiste em captar e capacitar multiplicadoras para realização das palestras. As candidatas selecionadas recebem auxílio para ir até a sede da organização em São Paulo e participar do treinamento das multiplicadoras, aprendendo a respeito de temas na área do empreendedorismo e empregabilidade, tais como: comunicação, liderança, negociação, finanças, networking, marca pessoal e ferramentas digitais.

Conforme o papel do Estado é redirecionado aos moldes da onda neoliberal, sua atuação é reduzida e a responsabilidade social das empresas desponta como um importante item na agenda da sociedade. O Terceiro Setor surge como um novo dispositivo atuando em prol do equilíbrio entre Estado e Mercado. As organizações filantrópicas, ou Organizações Sociais (OS), podem ser compreendidas como todas as atividades realizadas pelo setor privado sem vínculo direto com o Estado e sem distribuição dos lucros auferidos (TAVARES, 2000).

No Brasil, estas entidades públicas não estatais são formuladas a partir da Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, que ocorre na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 1997). Um dos grandes indicadores desta reforma, tanto nacional como internacionalmente, seria a necessidade de reduzir gastos públicos por parte das grandes empresas, ou, teoricamente, conciliar as necessidades sociais insatisfeitas com a crise fiscal do Estado, decorrente de uma crise internacional. As privatizações, a reforma da previdência e a criação das organizações sociais são as principais medidas adotadas pelo governo brasileiro (PENTEADO FILHO, 1998).

Vale ressaltar que este conceito difere da proposta das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que passa a fazer parte do universo brasileiro a partir da década de 1970, ganhando maior visibilidade como espaço de participação cidadã nos anos seguintes. Enquanto um está associado a um componente filantrópico com tendência ao associativismo, o

outro nasce com uma marca de politização, pois ganha força no período da ditadura militar (CALEGARE, 2009).

Assumindo novos papéis na esfera pública brasileira, proporcionando mudanças na sua identidade e transformando suas fontes habituais de legitimidade (KRIEGER; ANDION, 2014), as ONGs passam a ser reconhecidas nos dias atuais como Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Em uma análise crítica a respeito, pensando as OSCs para além da mera provisão de bens e serviços públicos, Teodósio e Resende (2014, p. 189), declaram:

[...] seria preciso para o avanço da democracia participativa no país que as organizações da sociedade civil se fortaleçam como agentes ativos do exercício do poder político, deliberação sobre políticas públicas e produção de bens e serviços sociais. Além disso, não podem perder sua intensidade como entes políticos responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura política mais favorável à participação popular e à cidadania. Isso pode se dar pela contestação das formas institucionalizadas de se fazer política no país e pela proposição de inovações no trato dos problemas sociais.

Portanto, ao pensarmos a união entre IRME (OSC) e Google.com (OS) precisamos entender de que forma suas ações direcionam-se para a manutenção e ampliação de uma democracia participativa e transformadora de agentes políticos potentes nos território de ação.

O diferencial do programa estaria na parceria com o IRME, garantindo a gratuidade da realização dos eventos. Empresas, instituições e afins poderiam se inscrever no site solicitando a presença de uma multiplicadora em seu evento. Além de propiciar discussão sobre independência financeira, geração de renda, sororidade e empoderamento. Duas representantes do Movimento Maloca se tornaram multiplicadoras e realizaram palestras em eventos em alguns municípios da Baixada e até mesmo na sede do movimento.

O projeto, ao relacionar discursos feministas à práticas empreendedoras, busca aproximar suas ações a pautas, aparentemente, progressistas. Como já problematizado anteriormente, uma agenda global sobre igualdade de gênero é constantemente incentivada pelo Banco Mundial. Em seu estudo sobre o empoderamento como prática política feminista, Livia Moraes (2018) afirma que o termo se perpetua nas agências nacionais e internacionais de cooperação de forma a se tornar um jargão, “palavra da moda”, perdendo seu conteúdo político mais progressista de transformação social.

A autora complementa trazendo uma importante reflexão sobre o empoderamento libertador e o empoderamento liberal. O primeiro se articula aos princípios da educação popular, mais especificamente a partir das concepções de Paulo Freire e suas pedagogias libertadoras, sendo, portanto, um processo político de libertação das classes dominadas. Já o

segundo, remete a um caráter economicista e despolitizador, com suas origens pautadas no liberalismo e seus princípios individualistas, passando a ser dominante nos documentos de organismos. Dentro desta lógica, “O indivíduo é descolado de sua base social, material e histórica, portanto, estrutural” (MORAES, L., 2018, p. 11).

Além do retorno proporcionado pelo conhecimento fornecido nas palestras, as multiplicadoras recebem um valor simbólico de R\$ 5 reais por pessoa capacitada no evento. Lembrando que o valor é direcionado para usufruto da própria multiplicadora, não sendo investido em ações do movimento social. Por intermédio deste projeto novas redes são estabelecidas, mas há pouco ou quase nenhum incentivo direto à Maloca.

Lívia Moraes (2018) concluindo sua discussão afirma:

No limite, ao que podemos observar, o “empoderamento”, nos seus vários sentidos, tem um caráter reformista. A luta contra a opressão não pode se desconectar da luta contra a exploração, ou seja, o feminismo revolucionário tem que ser contra o patriarcado, contra o racismo e contra o capitalismo. (MORAES, L., 2018, p. 14).

Seria possível pensarmos essas ações a partir de um viés revolucionário e libertador? De que maneira são conduzidas essas ações nos territórios onde as multiplicadoras atuam? Certamente, dependerá da ideologia por trás de cada núcleo empresarial e suas organizações sociais. Lembremos sempre que estas instituições tendem a servir o mercado. Por conseguinte, pensando nas reinvenções possíveis dentro desta realidade, dependerá também, de forma relativa, da condução diante da visão de mundo e pensamento crítico de quem se propor a conduzir.

Ao discutir os efeitos proveitosos do projeto Ela Pode dentro da Maloca da Cidadania, Dona Maloca salienta a importância de ocupar determinados espaços. Ela afirma que, “mesmo sendo de maneira tímida, a oportunidade de falar sobre feminismo, independência financeira, autoestima, dentre outros assuntos do tipo, precisa sempre ser aproveitada!”³⁷

7.2.7 A favela é sustentável!

Assim que acessamos o website do projeto Favela Sustentável, um primeiro ponto importante a salientar refere-se à visualização de uma grande foto contendo vários representantes de movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro. Dentre essas pessoas,

³⁷ Informação obtida através de uma comunicação oral realizada entre a pesquisadora e a liderança do coletivo, realizada em janeiro de 2021.

conseguimos verificar representantes do coletivo Maloca entre esses agentes sociais. Mas o que, de fato, representa este projeto?

A Rede Favela Sustentável, oriunda da organização sem fins lucrativos Comunidades Catalisadoras – COMCAT e com o apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil, “reconhece as iniciativas e características sustentáveis e de resiliência socioambiental nas favelas cariocas” (COMCAT, 2017, p. 7). Sua atuação se baseia no mapeamento e análise de iniciativas inscritas no projeto, a rede propõe-se também a realizar intercâmbios e grupos de trabalho sobre as temáticas envolvendo a Sustentabilidade ambiental e resistência social (FAVELA SUSTENTÁVEL, 2021).

A COMCAT é uma instituição carioca que tem seus objetivos direcionados para a interseção entre desenvolvimento comunitário sustentável, direitos humanos, redes locais-globais, comunicação independente e planejamento urbano. Um outro projeto seu é voltado para mudança de narrativas nas comunidades, através de uma plataforma online de informação a partir de relatos das favelas cariocas, chamado Rio On Watch.

Já a Fundação Heinrich Böll Brasil, com origem alemã, compromete-se a estabelecer parcerias estratégicas com organizações-chave da sociedade civil brasileira nas áreas de direitos humanos, democracia, sustentabilidade e política de gênero (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL BRASIL, 2021).

Diante dessas considerações, ao relacionarmos a temática da preservação do meio ambiente e a proposta do projeto, deve-se problematizar a maneira como essas questões são introduzidas em um contexto neoliberal. Principalmente quando estas se apoiam em iniciativas direcionadas às comunidades periféricas.

Ao descrever essa conjuntura, Vargas (1997) elucida que, em busca de resolver questões do atual ritmo de crescimento da economia capitalista, que ocorre de forma “exponencial e desordenada” acarretando problemas catastróficos nos “fundamentos naturais da vida”, surge a necessidade ou possibilidade em conciliar o desenvolvimento econômico e social e a preservação da diversidade ambiental.

Por este motivo, é defendida a construção de uma nova concepção em consonância com este novo modelo capitalista enquanto modelo de desenvolvimento. Nomeada de “nova organização social desenvolvimentista”, esta ideia atua em bases modernizantes, que atuam diante da análise de suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e agora também ambientais. A esta nova perspectiva chamamos de “desenvolvimento sustentável” (VARGAS, 1997).

Com um discurso aparentemente multidimensional de desenvolvimento, se faz necessário também um olhar crítico para esta concepção de sustentabilidade. Isto porque, de acordo com Gustavo Lima (2003, p. 105-106):

Do ponto de vista daqueles que questionam o discurso da sustentabilidade, as críticas se concentram sobre a frágil factibilidade da proposta no contexto de uma sociedade capitalista orientada pelo mercado. Destacam as contradições e ambiguidades que se interpõem entre a retórica da sustentabilidade e a possibilidade de sua concretização. Nesta direção, são muitas as vulnerabilidades apontadas. [...] Condena-se, por exemplo, esta sustentabilidade hegemônica pelo mercado por não atender plenamente aos objetivos de preservação ambiental, dada a disparidade entre os tempos biofísico e econômico e os conflitos de interesse entre os dois objetivos.

Ainda segundo o autor, esta “sustentabilidade de mercado” não concilia-se à respostas para a crise social, pois a racionalidade do mercado é orientada em função da concentração e não da distribuição de riquezas e oportunidades. Ao compreendermos que as desigualdades sociais são resultantes da própria ação e lógica do mercado, é inimaginável pensar que ele seria capaz de solucioná-las.

A partir das mais variadas evidências, constata-se que o mercado é um eficiente instrumento de alocação de recursos e, em contrapartida, é um perverso gestor das disparidades sociais. “Em sendo assim, sempre quando a mão invisível do mercado é deixada livre da regulação do Estado e da sociedade, o desenvolvimento humano e social tende ao sacrifício” (LIMA, G., 2003, p. 106).

Por este motivo, é importante pensar em como são articuladas as estratégias para o mapeamento dessas redes, tendo em vista que podem existir organizações com interesses que vão além da proteção ambiental e meramente direcionados à acumulação de seu capital financeiro. Vale lembrar que as iniciativas de responsabilidade social estão estritamente relacionadas ao discurso sustentável.

Silveira e Petrini (2018) descrevem o desenvolvimento sustentável como a preocupação em suprir as necessidades da geração presente sem afetar as gerações futuras no atendimento de suas necessidades. Já a responsabilidade social configura-se diante do papel das organizações como agentes que usufruem dos recursos existentes, se responsabilizando por um uso de forma sustentável, se tornando parte dessa preocupação pela sustentabilidade.

Portanto, a reflexão sobre a forma como este projeto se articula com os movimentos sociais mapeados, as estratégias utilizadas para abordar a temática, bem como entender de que forma são estabelecidas as parcerias corporativas, se faz fundamental.

A estruturação teórica do projeto Favela Sustentável e dessas instituições participantes parecem estar muito bem definidas e alinhadas com seus valores e objetivos centrais. A questão é como todo este planejamento estratégico se realiza no campo prático, se insere dentro da realidade local de cada território. Isso porque, suas missões e seus objetivos estão embasados em propostas que estimulam apenas a discussão sobre as questões que permeiam cada região mapeada, sem a preocupação com ações mais efetivas para o enfrentamento das necessidades e problemas de cada comunidade.

Os benefícios ocasionados pela rede estabelecida entre Maloca e Rede Favela Sustentável parecem estar, mais uma vez, voltado para sua visibilidade, para um currículo rico de parceiras com instituições internacionais e para a oportunidade de conhecer mais lideranças comunitárias e suas iniciativas. Diante desse destaque, segundo informações obtidas através do diálogo com a liderança do coletivo Maloca, surgem também alguns poucos doadores (até mesmo de fora do Brasil) com interesse em contribuir financeiramente com a causa do coletivo.

Dona Maloca consegue reconhecer os efeitos positivos de todos os projetos que o movimento já participou. Segundo ela, mesmo que sejam colaborações tímidas, além das redes de apoio estabelecidas, toda movimentação derivada da articulação com esses projetos, contribui para um “trabalho de formiguinha, com o impacto da pata de um elefante”, tornando esta frase uma espécie de *slogan* do coletivo³⁸.

7.2.8 A relação Cufa e Maloca diante de um novo inimigo nas periferias: a Covid-19

O ano de 2020 inicia-se diante de um grande problema de saúde a nível mundial. A pandemia do Coronavírus, que chega com mais força em nosso país em meados do mês de fevereiro/ início de março, levanta questões de Saúde Pública de forma arrebatadora, mudando completamente nossos hábitos e rotinas, além de levantar preocupações sobre o colapso em nosso sistema de saúde e sobre o enfraquecimento dos mercados em âmbito nacional e internacional.

Diante deste cenário preocupante e compreendendo que as populações periféricas seriam as que mais sofreriam com toda esta situação, a Cufa organiza então ações voltadas para a redução dos danos provenientes das consequências desta pandemia dentro das periferias de todo o Brasil, principalmente os relacionados aos danos financeiros oriundos de uma política de isolamento social sem o apoio efetivo do Governo Federal.

³⁸ Informação obtida através de uma comunicação oral realizada entre a pesquisadora e a liderança do coletivo, realizada em janeiro de 2021.

Inicialmente, seus projetos tinham o enfoque em ações assistenciais, como doações de cestas básicas e apoio financeiro, com os projetos “Cufa contra o Vírus” e “Mães da Favela”. Contando com contribuições de grandes empresas como Natura, UNILEVER, Spoleto, Ovos Mantiqueira, Mellita, Hellmann’s, Danone e Ambev, a Cufa selecionou diversas lideranças comunitárias para que pudessem ser responsáveis pela distribuição de cada doação que estas empresas ofereciam para as famílias que careciam de ajuda cada um de seus territórios. Uma medida emergencial diante de todo caos que se instaurava devido à incompetência de quem está no poder público.

Em parceria com a empresa Ticket, foram também distribuídos vales-alimentação para mães das comunidades, entendendo o papel central da mulher nas comunidades periféricas brasileiras. Precisamos aqui reconhecer a importância de ações como estas diante do cenário caótico que ainda estamos vivenciando, mesmo depois de um ano de quando tudo isso começou.

Com patrocínio de redes organizacionais como o Carrefour, Rede Globo, Gol Linhas Aéreas, Volvo, dentre outros, o total geral de arrecadações para o projeto desde o ano de 2020, de acordo com o site oficial da Cufa, é de: 5.000 favelas atendidas, 2.415.925 famílias atendidas, 9.663.700 pessoas impactadas (considerando uma média de 4 pessoas por família) e 31.908,587 toneladas de alimentos (média de 13,5 kg por cesta).

Frente a todas estas questões, em boa parte do ano de 2020 a Maloca interrompe as suas atividades eletivas e concentra-se em medidas emergenciais, que envolvem a assistência aos moradores do Morro do Sossego e adjacências e também ações de combate ao vírus da Covid-19. Inicia-se um trabalho massivo em atender uma quantidade numerosa de casos graves na comunidade, pessoas sem ter o que comer, contando com uma ajuda ínfima e burocrática do auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal. Contribuição esta conquistada após muitas lutas e reivindicações da população brasileira, diga-se de passagem.

Para cada doação realizada pelo Movimento Maloca, fotografias eram tiradas a fim de evidenciar as ações sendo realizadas na prática. Era uma das condições para que fossem realizadas as ajudas? Exigência destas empresas? Não sabemos dizer. O que podemos perceber é a grande influência da Cufa, uma organização sem fins lucrativos muito conhecida em todo território nacional e que atua como uma espécie de ONG-mãe, sendo responsável pela captação de recursos e de distribuição para outros movimentos populares locais.

No entanto, existem algumas considerações a serem feitas em relação a esta organização. Outro projeto realizado ainda em período pandêmico, que se trata de uma extensão do “Mães da Favela” é o “Mães da Favela ON”. Seu objetivo seria disponibilizar a essas mães

das periferias chips de uma operadora móvel com acesso ilimitado a internet de forma gratuita durante um período de 6 meses.

Tal iniciativa, parte do princípio de que a internet se torna uma importante ferramenta para que essas mães permaneçam conectadas ao mundo digital, podendo ser considerada até uma espécie de necessidade básica humana. O coletivo Maloca também participa desta ação e distribui os chips para moradoras de seu território.

Toda esta distribuição faz parte de um projeto maior, chamado “Alô Social”. Este projeto, organizado pelo grupo Favela Holding em parceria com a Cufa (ambos com os mesmos diretores), dispõe de uma operadora com serviço de telefonia móvel pré-pago com vantagens de planos pós-pagos aos menores preços praticados no mercado.

Este serviço seria direcionado a moradores de comunidades periféricas, entendendo que hoje tais comunidades sofrem com serviços de internet e telefonia móveis insatisfatórios e com um alto custo. O que queremos pontuar diante de todas essas questões, não seria criticar os benefícios que certamente esses serviços oferecem a essas comunidades. Mas sim refletirmos, a partir de uma visão macro, como a ascensão de serviços como este, principalmente em comunidades periféricas tem sido evidentes.

Diante da retirada maciça de direitos sociais e da ampliação do mercado fortalecidos pelo capitalismo desenfreado em vigor nos dias atuais, tudo (ou quase tudo) relaciona-se ao mercado consumidor. A lógica deste sistema opera, mais ou menos, da seguinte forma: O financiamento em políticas públicas é reduzido de forma gradual e são oferecidos projetos de renda. Direitos outrora garantido são extinguidos, como por exemplo a questão da privatização da água: o Estado e os projetos de financiamento oferecem uma renda irrisória para que o cidadão pague por consumir essa água.

E de uma coisa estamos certos: as periferias consomem e muito, logo, seu mercado não é pequeno. Portanto, considerar estes fatores é fundamental para que não se romantize projetos realizados nesses territórios como se eles fossem apenas engajados socialmente e não visassem também o lucro. Precisamos apenas entender, em que medida, direitos sociais não seriam ignorados nessas ações.

O projeto “Alô Social” também oferece às lideranças comunitárias a responsabilidade em selecionar vendedoras dentro da própria comunidade, onde recebem comissão diante de cada chip comercializado. De acordo com os mesmos, elas se tornariam uma espécie de “sócias” da empresa. Estariam elas recebendo um retorno digno de seu trabalho? Cabe lembrar que dentro desta realidade suas seguridades trabalhistas não estão garantidas. Entretanto, na

situação social em que o Brasil se encontra nos dias de hoje, a possibilidade de prover o “pão de cada dia” também não está.

Diante de todas estas questões envolvendo a parceria entre o coletivo Maloca e a Cufa, o que queremos salientar é como todas ou quase todas as demandas das periferias são atravessadas por projetos de empreendedorismo social, seja de forma implícita ou explicitamente.

E que mesmo questionando determinadas abordagens e alternativas, um fato incontestável é a maneira assertiva como as ações da Cufa nesta pandemia são importantes. Ao articularem seu poder de influência com grandes organizações do mundo empresarial brasileiro, a Cufa consegue construir uma rede de solidariedade importante durante este período.

Isso porque, ao captar agentes mediadores estratégicos em periferias, até mesmo as mais distantes das regiões centrais por todo o país, a Central Única das Favelas torna-se uma espécie de “polvo” – com inúmeros tentáculos – capazes de alcançar territórios antes com pouco ou quase nenhum aparato do Estado.

Assim, levamos em conta o sucesso desta conexão entre Cufa e Maloca por entender que suas ações ajudam a suprir as necessidades mais urgentes, principalmente neste período pandêmico. Isso será evidenciado em nosso item **Problemas e necessidades de saúde no território: o olhar das (dos) integrantes da Maloca**, onde muitos dos entrevistados, ao falarem sobre os enfrentamentos durante este momento, destacam e enaltecem as contribuições do coletivo Maloca no combate à fome de famílias mais carentes moradoras do Morro do Sossego e outras regiões do Pantanal.

7.2.9 Projeto Mesa Brasil – “A fome entra em pauta no Governo”

O Serviço Social do Comércio (SESC), é uma instituição brasileira privada que é mantida por empresários do comércio de bens, serviços e turismo. Ainda de acordo com informações de sua plataforma digital:

O Sesc, Serviço Social do Comércio, surgiu do compromisso de empresários deste setor em colaborar com o cenário social, por meio de ações que proporcionassem melhores condições de vida a seus empregados e familiares e o desenvolvimento das comunidades onde vivem. (SESC, 2021, online).

Ao navegarmos na linha do tempo descrita em seu site oficial, podemos analisar um pouco a trajetória do SESC – sua criação, seu desenvolvimento e suas narrativas diante de cada

governo vigente. Tendo origem nos anos de 1940, fundamentado pelo então presidente da república Eurico Gaspar Dutra, sua proposta é constituída com a finalidade de conter as tensões entre trabalhadores e empregadores que ocorriam na época (SESC, 2021).

Sem se aprofundar em detalhes no que se caracterizam essas tensões, esta análise temporal descreve a história do SESC apresentando um cenário virtuoso da instituição. Este período, segundo eles, acontece principalmente após uma crise política econômica que culminou nas elites voltando-se contra o então governo de Getúlio Vargas na década de 1950.

Com isso, afirmam que suas ações acabam sendo direcionadas à atividades culturais e sob a modernização do serviço social, sendo caracterizadas por um período de ampliação, principalmente após o início do governo de Juscelino Kubitschek (SESC, 2021). Buscando mostrar assim o “declínio” e “insucesso” do presidente anterior.

Com aparente sutileza, as informações desta análise temporal nos fala sobre a impulsão da economia e industrialização brasileira durante esta época, a construção de Brasília e o que eles chamam de “tomada do poder dos militares”. Além disso, sem contextualizar os fatores que contribuíram para o “milagre econômico” na década de 1970, parecem associá-lo às motivações acima descritas.

Nas apresentações seguintes, o site descreve a recessão econômica ocorrida nos anos de 1980, a volta da articulação da classe operária com as eleições diretas e interliga o elevado investimento do SESC em ações culturais, que antes eram reprimidas pelo regime militar. Destaca, mais uma vez, uma crise política e econômica, agora na década de 1990 com o governo Collor. E também a posterior estabilidade com o Plano Real após a posse de Itamar Franco, ressaltando que a implantação foi realizada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, assumindo a presidência logo depois (SESC, 2021).

Ou seja, mesmo sem levantar um pensamento crítico sobre essas e outras questões sociais e políticas do Brasil, o site busca demonstrar o que acontecia no país em cada uma das implementações de seus projetos. Tudo isso a partir de uma suposta neutralidade, já que tenta ilustrar tais períodos históricos sem revelar suas circunstâncias sociais, em um contexto que considere igualmente o lugar das classes populares nessa conjuntura.

Para ilustrar seus planejamentos nos períodos entre 2000 e 2010, ressaltam o crescimento dos escândalos de corrupção em manchetes nacionais e que a desigualdade social da última década impede o avanço da sociedade. Contudo, sem mencionar que o país estava sendo governado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a linha do tempo destaca que no ano de 2003 a fome entra em pauta nos assuntos governamentais. Se todos os presidentes anteriores foram citados, por qual motivo o nome do presidente Lula foi ignorado?

O fato é que, neste governo, discutiu-se amplamente a questão da fome, principalmente em seus primeiros anos de mandato. Por que não dar mais visibilidade a esta questão? Após o foco do Governo Federal voltar-se para tais políticas, eles afirmam que isso possibilitou a implementação do programa Mesa Brasil. Neste projeto, as unidades do SESC, forneciam doações de alimentos para entidades assistenciais, ajudando a complementar a refeição de milhares de brasileiros (SESC, 2021).

Ainda em vigor nos dias atuais, o projeto Mesa Brasil (2020) se configura da seguinte forma: ao se cadastrarem no programa, as entidades sociais prestariam assistência, prioritariamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional em suas comunidades. Atuando também em caráter emergencial com um trabalho de logística humanitária.

Um projeto social formado por mais de 3.000 parceiros doadores, dentre eles, produtores rurais, atacadistas e varejistas, centrais de distribuição e abastecimento e indústrias de alimentos, além de empresas de diversos ramos de atividade, O Mesa Brasil Sesc caracteriza-se como uma Rede nacional de Bancos de Alimentos que atua contra a fome e o desperdício. As doações se referem aos excedentes de produção, alimentos fora dos padrões de comercialização, mas em condições seguras, próprios para o consumo. Recursos financeiros, serviços de logística e ação voluntária também agregam nesse Programa de solidariedade (MESA BRASIL, 2020).

A contextualização acima sobre o SESC, seus programas em cada governo e a proposta do Mesa Brasil se torna relevante na medida em que entendemos a relação que a instituição do Serviço Social do Comércio possui diante de cada realidade socioeconômica. Ao que parece, mesmo buscando “nadar conforme a maré” diante de cada cenário político da época, ocorre também uma tentativa sutil em evidenciar ações de determinados governos, enquanto invisibiliza outros.

Estaria o SESC e o projeto Mesa Brasil atuando em prol de um combate efetivo à fome? Esta rede nacional de Banco de alimentos está em funcionamento a, pelo menos, duas décadas, e aparenta alcançar índices promissores, tendo em vista sua longevidade. Neste período pandêmico, “atua em caráter emergencial, junto a populações vítimas de catástrofes ou calamidades públicas de qualquer natureza” (MESA BRASIL, 2020, online).

Ao discorrer sobre sua aproximação com o projeto, a liderança do coletivo Maloca informa que sempre teve vontade de participar. E que isso se tornou finalmente possível após a possibilidade de utilizar o CNPJ da igreja Gerando Vida, já que a Maloca ainda não possui

registro de pessoa jurídica próprio. Seria este um requisito burocrático dificultador? Ou facilitador, levando em conta esta possibilidade de cadastro de outras redes dos movimentos?

O fato é que o coletivo recebeu deste banco de alimentos: frutas, legumes e verduras, e distribuiu para todos da comunidade e de seu entorno, ajudando assim muitas famílias de seu território. Isto é, mesmo havendo críticas à condução de um discurso pró-sistema em seu site, o projeto, articulado a um movimento social potente no território, foi capaz de construir uma rede de solidariedade que ajudou no combate à fome dessa população e de muitas outras por todo Brasil.

7.2.10 Lei Aldir Blanc – Maloca no Mapa Cultural de Caxias

A Lei Aldir Blanc, a partir da Lei Federal nº 14.017/2020, estabelece o repasse para um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19, o cultural. O projeto homenageia o escritor e compositor carioca Aldir Blanc, que faleceu em maio de 2020, vítima do vírus. O setor cultural do país recebeu R\$ 3 bilhões, oriundos do Fundo Nacional de Cultura, buscando atender os fazedores de cultura afetados pela crise. Os repasses foram de 50% dos recursos direcionados aos estados e 50% aos municípios (RIO DE JANEIRO, 2021).

Para tanto, cada estado e cada município era responsável pelo levantamento de movimentos culturais, e cada um deles desenvolveu seus projetos de uma maneira, a partir de sua realidade.

Em Duque de Caxias, os movimentos e agentes culturais enviaram documentação conforme edital publicado pela Secretaria de Turismo e Cultura de Duque de Caxias. Segundo a liderança do coletivo Maloca, um dos pré-requisitos era ter dois anos ou mais de atuação e enviar portfólio descrevendo suas ações e propostas culturais. A Maloca se inscreveu para categorias que englobam suas ações no território local, explicitando todas as atividades culturais que realizam, sendo uma delas sua biblioteca itinerante.

A Biblioteca Itinerante da Maloca foi organizada pela primeira vez no ano de 2019, a partir do projeto *Livros, para quem te quero*. Abaixo, seguem informações publicadas no Facebook do movimento sobre o projeto:

Em junho iniciamos nossas atividades com crianças com o Projeto "Livros, para quem te quero", baseado no modelo de biblioteca itinerante com oficinas lúdicas atrelado a arte de brincar como direito. Desde então, os encontros realizados na praça, no alto do Morro do Sossego, tem agregado crianças que todos os dias têm seus direitos violados pelo Estado, a família e a sociedade no geral. (MALOCA DA CIDADANIA, publicado na rede social Facebook em 21/12/2019).

De acordo com informações fornecidas pela representante da Maloca, no edital da Secretaria de Cultura de Duque de Caxias, haviam três incisos que iam sendo aplicados de acordo com a demanda de projetos inscritos e recursos restantes existentes.

O primeiro recurso obtido foi uma ajuda financeira para espaços públicos (3 parcelas de R\$ 5.000). Para estrutura física dos projetos, manutenção, pagar contas fixas e os funcionários, dentre outras despesas do tipo.

O segundo se trata de premiações divididas em categorias de acordo com a proposta de cada movimento cultural (R\$ 5.000). Prêmios para o pessoal da música, do artesanato, literatura, patrimônios históricos, etc. A Maloca ganhou no módulo chamado Barboza Leite, destinado a bibliotecas comunitárias.

Nesta oportunidade a Maloca pôde ser reconhecida pela prefeitura de Duque de Caxias como um ponto de leitura, sendo oficializado como um espaço cultural, estando dentro do Mapa da Cultura do município. “Melhor do que o prêmio, o legal foi esse reconhecimento” – diz Dona Maloca³⁹.

O terceiro se refere a um fomento para atividades e projetos desenvolvidos nos territórios (R\$ 5.000). Iniciativas abertas ao público como cursos, oficinas, palestras. O Movimento Maloca também conquistou esta ajuda.

Outra premiação paralela a este incisos, mas que também faz parte do edital com os projetos da Lei Aldir Blanc em Duque de Caxias, é o Prêmio Paullo Ramos. Enquanto os valores anteriores eram destinados a espaços de cultura, esta ajuda emergencial direciona-se para agentes de cultura nos bairros, que se inscrevem como pessoa física e são beneficiadas para usufruir da premiação como bem entender (R\$ 1.200). Dona Maloca se inscreveu e também recebeu o repasse.

Os recursos, dentro do coletivo, foram utilizados para cobrir algumas de suas despesas – manutenção do espaço (materiais de escritório, pagar despesas, contas de água, luz, internet). Obras já estão sendo realizadas no espaço físico por intermédio desta ajuda. Manutenção da estrutura das lajes, reparo de infiltrações, pinturas, além do fornecimento de um incentivo financeiro para algumas voluntárias que atuam na parte pedagógica e do serviço social da Maloca.

Para dar um retorno a estes incentivos, os movimentos precisam elaborar algum evento/atividade para devolver à comunidade. No primeiro inciso, a Maloca optou por realizar, em

³⁹ Informação obtida através de comunicação oral realizada em uma reunião com lideranças do Movimento Social Maloca da Cidadania, em junho de 2021.

média, oito oficinas de duas horas com temas ainda a definir. No segundo inciso, seriam quatro encontros culturais em escolas públicas para crianças. No terceiro, a proposta seria de realizar um sarau a comunidade. Essas ações seriam realizadas após a pandemia.

Diante das descrições de fomento à cultura realizadas por intermédio da Lei Aldir Blanc, bem como as alternativas encontradas pelo Movimento Maloca para articular suas atividades ao projeto, fazem emergir a necessidade de ações culturais no território.

Uma vez que entendemos que o setor cultural é um dos mais atingidos durante a pandemia, e que se tais incentivos já eram escassos antes mesmo desta conjuntura em determinados territórios periféricos, talvez o incentivo a manifestações culturais nesses lugares sejam tão importantes quanto outros serviços emergenciais.

Fortalecer dispositivos interlocutores de cultura e lazer em espaços que historicamente eram vistos como não merecedores de tais ações, pode nos trazer esperança de dias melhores, mostrando caminhos possíveis que transcendem e atuam em prol da luta por direitos sociais de cidadania e participação popular.

7.3 PROBLEMAS E NECESSIDADES DE SAÚDE NO TERRITÓRIO: O OLHAR DAS (DOS) INTEGRANTES DA MALOCA

No decorrer da discussão, apontaremos trechos dos depoimentos colhidos em cada entrevista, enriquecendo o debate e ilustrando como os problemas de saúde são percebidos pelos sujeitos que vivem no Pantanal e adjacências. Optou-se inicialmente por sistematizar os principais apontamentos de cada entrevista e as questões que se evidenciam com mais frequência no quadro a seguir. Veremos abaixo, como as respostas dadas nas entrevistas abarcaram apenas os problemas de saúde, a partir do ponto de vista dos sujeitos entrevistados.

Quadro 3 - Problemas de saúde do território segundo os entrevistados integrantes da Maloca

Entrevistados	Problemas e necessidades encontrados no território	Principais dificuldades encontradas durante o período da pandemia da Covid-19	A quem procurou quando precisou de ajuda
Entrevista 1	<ul style="list-style-type: none"> Falta de saúde básica, de postos de saúde públicos, de creche pública, de transporte; Precariedade nas escolas públicas; na questão do acesso à água, na coleta de lixo e esgoto à céu aberto; Enchentes; Não ter nada para o lazer e cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização sobre os cuidados na pandemia; Fake News; Não houve doação de máscaras, álcool, por parte das autoridades políticas e religiosas; Atendimento precário nas unidades de saúde; Problemas psicológicos, emocionais; Influências políticas para receber atendimento prioritário. 	<ul style="list-style-type: none"> Colegas, vizinhos (mutirões, “bater laje”, ajudar na mudança) Igreja (ajuda espiritual, ações sociais) Maloca (Doações)
Entrevista 2	<ul style="list-style-type: none"> Segurança, assaltos; Falta de um posto de saúde; Precariedade nas escolas; Ausência dos carros “fumacê” para combate à dengue e mosquitos; Esgoto à céu aberto; Enchentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Encontrar médicos nas emergências; Problemas psicológicos, emocionais; Ônibus cheios, não respeitando o distanciamento social; Escolas do bairro sem aula; Desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> Maloca (Doações) Igreja (Apoio, doações)
Entrevista 3	<ul style="list-style-type: none"> Falta de professores e precariedade nas escolas públicas; Falta de uma unidade de saúde pública, atendimento precário nos serviços públicos de saúde; Influências políticas para receber atendimento prioritário; Violência, assaltos; Enchentes; 	<ul style="list-style-type: none"> Fome; Medo; Necessidades financeiras; Problemas psicológicos, emocionais; Hospitais superlotados; Desemprego; Morte de pessoas sem conseguir atendimento médico. 	<ul style="list-style-type: none"> Maloca (Doações, suporte psicológico) Tia (atendimento no hospital em que trabalha)
Entrevista 4	<ul style="list-style-type: none"> Falta de hospitais (serviços públicos de saúde); Falta de creches públicas; Problemas com o saneamento básico; Enchentes; Precariedade no acesso à água; Falta de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades na vacinação da Covid-19; Distância dos centros de saúde; Falta de segurança; Falta de escolas públicas de qualidade; Demora no transporte público depois de certo horário. 	<ul style="list-style-type: none"> Amigos do Morro do Sossego (Apoio) Maloca (Doações, suporte psicológico)
Entrevista 5	<ul style="list-style-type: none"> Distância do Centro da cidade; Dificuldades no transporte público; Falta de creche pública; Violência, assaltos; Enchentes; Problemas com a coleta de lixo; Falta de um serviço público de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Excesso de informações sobre a pandemia; Medo; Hospitais superlotados; Desemprego; Dificuldade na situação socioeconômica, principalmente dos empreendedores. Escolas sem aula, sem merenda, afetando o psicológico das crianças; Aumento da violência contra a mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> Igreja (ajuda espiritual, Apoio) Maloca (Doações, suporte psicológico)
Entrevista 6	<ul style="list-style-type: none"> Falta de ações voltadas para mulheres e crianças; Falta de creches públicas; Escolas superlotadas; Falta de atividades para a terceira idade e para os jovens; Falta de um posto de saúde que atenda toda a população; Falta de determinadas especialidades médicas nos serviços; Falta de renda para financiar atendimento médico. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de clientes em seu negócio diminuiu muito; Medo; Morte de entes queridos; Esgoto a céu aberto; Valor da passagem dos ônibus; Problemas com o fornecimento de energia elétrica; Limpeza urbana; Dificuldades no ensino remoto das escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Maloca (Doações, suporte psicológico) Vereador do bairro; Amigos e familiares.
Entrevista 7	<ul style="list-style-type: none"> Falta de posto de saúde público, dificuldades no acesso; Dificuldades no acesso à água; Esgoto a céu aberto; Enchentes; Falta de creche; Falta de segurança, assaltos. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de serviços públicos de emergência; Desemprego; Problemas psicológicos, emocionais; Escolas sem aula, cesta básica da merenda insuficiente; Linhas de ônibus reduziram; Falta de ações para o lazer nos espaços públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Maloca (Doações e suporte psicológico) Outros postos de doação de cestas básicas, mas com muitas filas e sem cestas para todos. Amigo (Doações e apoio)

Fonte: Elaboração própria.

A sistematização acima é importante para que possamos visualizar como os problemas do território são abordados pelos moradores. Alguns dos entrevistados relatam os problemas com maior complexidade, olhando para eles na sua dimensão e abrangência. Já outros se mostram mais assertivos e por vezes acabam resumindo seus depoimentos a problemas

pontuais. Entretanto, muitos deles se complementam em cada narrativa, demonstrando as dificuldades em comum encontradas no território.

Ao serem questionados sobre as questões de saúde, a maioria dos entrevistados não falam diretamente sobre doenças e sim sobre saúde em seu conceito ampliado. Primeiramente, o que se destaca em todas ou quase todas as respostas é a ausência de serviços locais de saúde pública. Quando há algum problema ou emergência de saúde, os moradores precisam acionar os serviços públicos de bairros vizinhos, porém nem tão próximos assim.

Aqui no Pantanal a gente tem uma carência muito grande em questão de hospital. Tudo é muito longe, não temos nem emergência, nem um posto que possamos contar. Se passarmos mal, o mais próximo seria no posto do Lote XV, em Belford Roxo, ou pra UPA do Gramacho, que fica distante daqui também. O hospital Moacyr do Carmo também é muito longe. (Entrevista 4, realizada em maio de 2021).

Muitos relatos apontam para um posto de saúde particular, conhecido na região por ser administrado por um vereador do bairro. Cobra-se pelo serviço e reproduz-se eleitoralmente, sem que sejam feitos esforços políticos de investimentos para implantação de serviços públicos locais.

Aqui o que temos é vereador com posto de saúde onde reside, mas não acho certo, não estou falando mal, mas ele cobra uma 'carteirinha', uma taxa para ajudar a pagar os médicos e eu não concordo com isso. (Entrevista 3, realizada em maio de 2021).

A lógica do clientelismo se faz na medida em que o vereador abre um centro social pago, em um território onde o acesso ao SUS é limitado. É construída a ideia de que o posto funciona a partir de uma combinação entre prefeitura e Estado, ou seja, um serviço oferecido pelos órgãos públicos, o que não é verdade. A falta de investimento do Estado é evidente, e são influenciadas pela falta de vagas nas unidades já existentes e a deficiência de um despertar político da população a fim de reivindicar seus direitos.

Há também um trailer localizado na Praça do Sossego, onde o serviço de saúde é oferecido pela prefeitura de Duque de Caxias. Porém, em uma das entrevistas, é relatado que o serviço é precário, não funciona todos os dias e funciona com mais rapidez conforme influência com políticos da localidade.

Com o desmonte progressivo da atenção básica, o que antes era constituído pela política de uma Saúde da Família fortalecida e consolidada no município de Duque de Caxias, se transforma em mercadoria. Não é à toa que nas entrevistas são relatados, com frequência, esses casos de centros de saúde privados.

Duque de Caxias, com toda sua dimensão, possui inúmeros problemas no acesso à saúde pública e isso, comprovadamente, é declarado em cada um dos sete relatos. Inclusive, em toda campanha vacinal contra a Covid-19, há reclamações a respeito do déficit de postos de vacinação no município.

A questão das constantes enchentes ocorridas no território também é motivo de grande preocupação. Nos trechos abaixo, é possível identificarmos que o problema com saneamento básico é apontado como um dos principais fatores que contribuem para os alagamentos na região.

[...] A situação ainda fica pior, pois aqui nos fundos da minha casa passa um ‘valão’. A prefeitura não limpa, são os moradores que precisam pagar para fazer a limpeza. As pessoas estão invadindo (o terreno), então já se tornou até uma vala mesmo. Está causando muitos danos quando chove, pois ele transborda e alaga as casas. Aqui dentro de casa não chega a entrar água, mas no quintal sim. Com isso vem os ratos, as doenças, a poluição. (Entrevista 2, realizada em maio de 2021).

As ruas por aqui são asfaltadas, porém as pessoas sofrem muito com enchentes. Pois tem o Morro e do outro lado tem o ‘brejo’ que encontrava com o Rio Sarapuí, onde existia um canal, mas foi aterrado e acaba impedindo a passagem da água. Então, por mais que as vezes alguém faça algo ali para dar uma ‘tapeada’, não tem jeito, pois ali devia ter sido feito uma galeria. Até eu que não sou nenhuma engenheira sei disso. (Entrevista 3, realizada em maio de 2021).

Nota-se que o problema é antigo, e o trabalho realizado pela prefeitura, insuficiente. Em seis das sete entrevistas as palavras ‘alagamento’ e ‘enchente’ são sinalizados como um problema a ser enfrentado pela população do território. Ainda relacionadas a estas questões, são mencionados problemas com esgoto a céu aberto e coleta de lixo.

O acesso à água também é um ponto importante a ser destacado. Há muito tempo a Baixada Fluminense sofre com o abastecimento e fornecimento para os municípios da região. Enquanto, em 2021, acontecia uma luta contra a privatização da CEDAE, hoje sabemos que ela já chegou há tempos nestes territórios há tempos. Obviamente, que de uma forma completamente irregular e criminosa.

O morro sofre muito com a questão da água, principalmente nos lugares mais altos. A água é da CEDAE, mas nesses lugares altos uma taxa é cobrada. Para ela chegar, alguns imóveis lá de cima precisam pagar essa taxa. Ainda vemos em muitos lugares poços artesianos também. Nas ruas principais do Morro tem rede de esgoto, mas toda a Baixada Fluminense sofre muito com enchentes, acho que é porque também não há uma manutenção preventiva dos bueiros, valões e etc. Aqui, o esgoto é a céu aberto, passa um valão por todo o Pantanal e quando chove forte alaga tudo. (Entrevista 1, realizada em maio de 2021).

Minha mãe tem poço artesiano, mas eu não tenho. Dependendo da água ‘de rua’ que ligam todo final de semana e toda terça-feira, até quarta pela manhã, e depois só no sábado

à tarde. Eu nunca paguei a CEDAE, mas sei que tem um rapaz que liga a bomba lá embaixo do Morro e liga a água para 'o povo'. Acho que ele é ligado ao vereador, sei que eles cobram uma taxa. (Entrevista 7, realizada em maio de 2021).

Ocorre então a apropriação de um serviço pago publicamente e o mesmo é comercializado. A situação é parecida com a questão da segurança. Comerciantes são induzidos a efetuar pagamento por uma taxa de segurança. Ou uma sensação de segurança. Logo, constatamos que, a privatização já está em disputa a um bom tempo nos territórios periféricos e no Pantanal não seria diferente.

Os comerciantes precisam pagar a famosa taxa pela segurança e, independente de vender ou não, ele precisa pagar. Os moradores do Morro do Sossego precisam pagar uma 'taxinha' de segurança para eles também. Nem sei se deveria estar falando isso, mas para a gente é tão precária essa questão de segurança que ter essa sensação de segurança é válido. (Entrevista 4, realizada em maio de 2021).

Será que, com o aumento da questão das milícias e sua entrada no sistema eleitoral institucionalizado, cada dia mais a população se sente menos à vontade para fazer pressão política desses serviços públicos?

Outro ponto abordado com frequência é a ausência de creches públicas no Pantanal. Este problema é apontado como um dos fatores que contribuem para a questão do desemprego da população feminina do bairro.

A creche mais próxima fica no Sarapuí, ou seja, precisa pegar 4 conduções ou contratar uma van que, no mínimo, está 250 reais por mês. Então você imagina, a situação de uma mãe desempregada, colocar o filho na creche que precisa pegar 4 conduções, ou essa van cara. (Entrevista 5, realizada em maio de 2021).

Não temos uma creche também. Conheço mulheres que querem trabalhar, mas não tem com quem deixar os filhos pequenos e acabam deixando sozinhos com os mais velhos. Elas não fazem nem por mal, pois precisam buscar uma renda para poder sustentar eles. (Entrevista 6, realizada em maio de 2021).

Como vimos acima, a falta de creches públicas interfere, mesmo que indiretamente, na questão da dificuldade em conseguir um emprego. Em relação ao período da pandemia, o desemprego foi um fator ainda mais agravante para a falta de alternativas para geração de renda desta população. Na narrativa abaixo podemos presenciar como a situação se intensifica dentro deste contexto:

Agora desde o começo da pandemia que não consigo trabalho. Atualmente estou

vivendo de doações [...] cheguei a fazer entrevista (de emprego), e quando ia entregar os documentos veio a pandemia. Isso me entristece. (Entrevista 7, realizada em maio de 2021).

Uma das alternativas encontradas por muitas dessas pessoas refere-se à comercialização de produções artesanais, de produtos variados para revenda e etc. Duas das entrevistadas se autodeclararam microempreendedores, nomenclatura do Micro Empreendedor Individual (MEI) que, segundo o Sebrae (2014), trata-se da pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

Muitas vezes, essas denominações são usadas fora do mercado de trabalho para criar uma sensação de reconhecimento. Pois, mesmo não havendo formalização do MEI, muitos sujeitos tem utilizado esta denominação ao trabalharem por conta própria, não se reconhecendo mais como desempregados. O risco está na relativização do termo, diante de tudo o que já problematizamos em nossas discussões anteriores.

Seis dos sete entrevistados solicitaram e receberam o benefício do Auxílio Emergencial durante a pandemia, inclusive a proprietária do pequeno comércio, apontando as dificuldades encontradas durante este período. Somente uma das entrevistadas, apesar de todas as outras situações socioeconômicas apresentadas, possui o benefício do Bolsa-família. Uma delas chegou a receber por anos, mas quando conseguiu um emprego de carteira assinada, perdeu o direito a receber.

E é diante de todo este contexto que a categoria Provisão e Previsão, proposta por Valla (1996), eleva-se ainda mais. Frente aos principais apontamentos que se referem a dificuldades no acesso a saúde, a educação, no transporte público, no saneamento e as questões referente à violência, afloram na pandemia problemas provenientes da dificuldade em prover recursos para sua sobrevivência, como problemas com a saúde mental, o desemprego e a fome.

Tais problemas já eram visíveis antes mesmo deste período pandêmico, afinal, já nos aproximávamos da marca de 13 milhões de desempregados no ano de 2019, segundo o IBGE (2020). Todavia, o que acontece a partir de março de 2020, com a chegada do vírus ao Brasil e com a negligência do presidente da república, é o início de um cenário caótico.

Após impasses sobre o valor do auxílio emergencial entre governo federal e oposição, ficou estabelecida a quantia de, ao todo, 5 parcelas de R\$ 600 do auxílio emergencial, podendo chegar a R\$ 1200 dependendo da composição familiar, dentre outros critérios, segundo informações obtidas no site da Caixa Econômica Federal (2020). No ano de 2021, a Caixa

informa que o valor médio do benefício seria de R\$ 250, variando de R\$ 150 a R\$ 375, a depender do perfil do beneficiário e da composição de cada família.

O que sabemos, na prática, é que tais valores oferecidos no auxílio emergencial são insuficientes diante da realidade do povo brasileiro. Durante este período, o preço dos alimentos aumentou 15%, no acumulado desde o início da pandemia, de acordo com o IBGE (2021).

Diante da constante falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, imposições referentes ao distanciamento e isolamento social foram adotadas pelas prefeituras e governos estaduais. O comércio e variados serviços abriam com horários restritos, sendo justificados como medidas restritivas em prol da saúde pública. O que foi considerado um verdadeiro desastre, levando em consideração que a administração dos serviços essenciais, e repasses do auxílio emergencial foram, nitidamente, insatisfatórios para a população brasileira.

Além dos meios de transporte continuarem superlotados, das medidas insuficientes utilizadas por determinados estabelecimentos (medição de temperatura corporal pelo pulso, fornecimento de álcool em gel em lugares fechados e com pessoas aglomeradas, etc.), da recusa do governo federal de ofertas para vacinação em massa ainda no ano de 2020, demonstram a ineficácia e intencionalidade do Estado em nos deixar morrer, sobretudo as populações periféricas.

Diante dessas evidências, em que circunstância se encontra a saúde mental dessas pessoas? Em nossa pesquisa, apesar de não conter uma pergunta específica sobre o tema, tal assunto é abordado em praticamente todas as entrevistas.

Tem gente aqui que trabalhou a vida toda, aí teve que ficar em casa. Uns tiveram sorte de trabalhar em casa e receber, mas outros não. Muita gente com crise de ansiedade, depressão, doenças psicológicas. Tenho um colega, pai de família, que ficou desempregado, ele trabalhava há 20 anos. Agora ele está dentro de casa e não quer sair, fica se perguntando como vai colocar comida pra dentro de casa. (Entrevista 7, realizada em maio de 2021).

Seja pelos agravos ocasionados pela pandemia, ou diante de um projeto já estabelecido mesmo antes deste período, o Movimento Maloca da Cidadania é citado como uma das principais redes de apoio que ajudaram a comunidade. Além de mencionarem as doações de cestas de alimentos, dentre outras necessidades, os entrevistados relataram o suporte psicológico oferecido pelos integrantes do movimento até mesmo antes da pandemia:

Nós atendemos muitas mulheres, as pessoas nos procuravam por conta do desemprego, falta de comida, de alimento dentro de casa, inclusive essas meninas que comentei com você, todas elas foram atendidas pelo projeto, receberam doações. E isso foi importante para que, de alguma forma, elas pudessem se estruturar, se

reinventar. Procuraram tanto por ajuda com alimentos, como em busca de ajuda psicológica. (Entrevista 5, realizada em maio de 2021).

E aí é onde entra a Maloca pois conseguiram ajudar muitas famílias através de doações, através de um apoio psicológico. Porque as pessoas já tem esses problemas por conta de outras situações, mas a pandemia está mexendo muito com o psicológico delas. Depressão, medos, o desemprego, pois muitas se sentem só, sem uma saída. (Entrevista 3, realizada em maio de 2021).

Tenho muita vontade de também criar um projeto, para trabalhar com reciclagens e fazer artesanatos. Eu fazia isso lá na Maloca, eu gosto muito. Estava passando por um momento muito delicado da minha vida, não pude dar o meu melhor, fico frustrada por conta disso. Lá me ajudou muito nesse problema psicológico. (Entrevista 6, realizada em maio de 2021).

Outro ponto muito destacado se refere ao ato de contribuir com a causa e as repercussões positivas geradas em cada voluntário do movimento. Ao compreendermos a Maloca como espaço de convivência, de trocas, de apoio e de um potencial político no que se refere à conquista de direitos, além de ser notória a importância do coletivo para o seu território, notamos também sua relevância para quem está exercendo seu papel no voluntariado. A realização em contribuir com a causa, melhorando assim sua própria saúde mental.

O ativismo religioso se faz presente em muitos depoimentos. Considerando que a palavra religião tem origem do latim e significa “religar”, a religiosidade é um elemento extremamente importante na sustentação deste núcleo e desta rede. A identidade dessas pessoas está fundamentada na fé, com base no cristianismo protestante, na maioria dos casos.

Sempre buscamos fortalecer essa questão do coletivo. Seja na igreja, no movimento, com os vizinhos. Essa ideia de coletividade, comunhão, de partilhar o pão. Isso sempre foi assim. Aí quando veio a Maloca só ajudou a organizar tudo isso. Sempre pensamos assim: a minha dor tem que ser a sua dor. [...] Sabemos que há muita resistência, muito preconceito, mas optamos por respeitar a todos. É o que diz a bíblia: ‘Venha nós ao teu reino e seja feita a tua vontade’. O reino precisa vir e a vontade de Deus precisa ser cumprida. E foi assim que abri a mente para essas coisas. (Entrevista 1, realizada em maio de 2021).

Faço parte de uma igreja evangélica e acredito que, o fato de você acreditar que algo superior, que é Deus, te traz paz, que o espírito santo te dá provisão diária, não deixa nada faltar pra você, dá pé para caminhar e esperar um futuro melhor. Eu me refiro à Deus, pois é a religião que eu sigo. Toda pessoa que crê e acredita em alguma coisa, tem esperança, ela consegue viver um pouco melhor. [...] Eu, como cristã, digo: ‘Deus é todo poderoso para te curar, mas, se ele capacitou pessoas aqui na Terra, homens e mulheres para serem profissionais... procura um psicólogo, um médico para te orientar. (Entrevista 5, realizada em maio de 2021).

No entanto, entendemos que, na mesma medida em que as ações do movimento social Maloca da Cidadania podem propiciar o fortalecimento de redes que possibilitam uma melhora da saúde mental, da cidadania, e uma corrente de ajuda mútua, percebe-se claramente que

também pode existir um desencontro significativo entre os projetos de empreendedorismo e os reais problemas e necessidades do território.

Em se tratando desses projetos adotados em um período anterior ao da pandemia, a partir do momento em que a Maloca se organiza para tais projetos – embora sejam díspares – acaba sendo fortalecida a possibilidade de existir um espaço de convivência e troca de produção de conhecimento e de ação política. Conhecimento que se produz através da ação.

O empreendedorismo social ganha então uma dimensão grande na medida em que propicia essa possibilidade de se instalar redes, possibilitando uma sensação de pertencimento. Entretanto, será que ao mesmo tempo os enfrentamentos políticos nos territórios periféricos e nas cidades ficariam cada vez mais dificultados?

Os projetos financiados por empresas possuem conotação de negócios locais para resolver problemas relativos ao desemprego. Todavia, não consideram outros direitos sociais e de saúde básicos e, como já vimos anteriormente, previstos nas definições de saúde presentes na Constituição Federal Brasileira.

Ao terem um foco direcionado apenas às questões de geração de renda, tais projetos invisibilizam outras necessidades importantes apontadas nas entrevistas como a questão do saneamento básico no território, a dificuldade no acesso à saúde, à educação e a creches públicas, déficit de ações voltadas para cultura e lazer, bem como questões de segurança e transporte público.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar com o Movimento Social Maloca da Cidadania, entendendo as estratégias locais utilizadas diante de suas necessidades, problemas sociais e de saúde nos permite compreender como este coletivo, composto majoritariamente por mulheres, se movimenta dentro de seu território.

Buscamos ilustrar como o trabalho da Maloca se localiza num contexto de precarização do trabalho, de avanço de políticas e impulsos neoliberais e de fragilização das leis de proteção social (trabalho, saúde, assistência). Evidencia-se que nesse contexto altamente precário e injusto, coletivos e territórios confrontam e conseguem reformular certas categorias de mercado, por meio de ações e projetos, e encontram meios (materiais e imateriais) para sobreviver e, mais do que isso, avançar com seus próprios projetos de vida individuais e coletivos (reprodução social).

Assim, o estudo demonstra que o foco de qualquer pesquisa relativa ao trabalho social nos territórios urbanos deveria ser mais sobre o movimento e relações em si, suas articulações e imbricações; e menos sobre categorias explicativas e conceitos pré-determinados. Por isso que processos regulatórios, inclusive, são facilmente implementados e manipulados por agentes de mercado. Como, por exemplo, a participação em processos de gestão de políticas públicas.

Algo fundamental para a produção científica e política foi compreender como o capitalismo e seus mecanismos de produção se introduzem nas relações em diferentes níveis de articulação da vida. A rede em que a Maloca está integrada pode ser entendida por meio dos diferentes arranjos políticos e econômicos, nas diferentes escalas e níveis de relações de poder. Envolvem desde agentes econômicos globais (Estado, fundos de investimento, BM, ONU, realza, multinacionais e organizações internacionais), atores e instituições locais e localizadas nos territórios, como a Maloca, com um universo variado de níveis e mediações (governos, ONGs, empresas nacionais e regionais, igrejas redes comunitárias e centros acadêmicos).

Nesse contexto, o capital se apropria materialmente dos recursos, não apenas por meio de mecanismos de controle do trabalho e por meio do poder econômico, mas pelo controle da subjetividade de sujeito. Principalmente por meio de categorias universalizantes como “mulheres”, empreendedorismo, direitos, dentre outros.

A dimensão material desse controle seria via relações de trabalho e desregulamentação das leis trabalhistas; o controle sobre o lado subjetivo é exercido por intermédio do controle dos corpos, sentimentos, ansiedades, autocontrole e autovigilância. Para empreender, é preciso se “autocobrar” resultados num contexto de individualismo. Por via da narrativa do

“empoderamento” e do “empreendedorismo” também é possível excluir direitos coletivos, fragmentar movimentos sociais, etc.

Ao retratarmos a trajetória de lideranças e coletivos, analisamos a construção de redes de apoio social e político nos territórios periféricos num cenário de crise social. Mais do que isso, demonstramos como essas redes se articulam a outras instituições e agentes nacionais e internacionais por meio de projetos, que alcançam e organizam diferentes escalas, dentro do processo mais amplo da economia capitalista.

Diante disso, foi preciso então considerar não somente a temática do empreendedorismo social e da promoção da saúde, peças centrais de seus projetos até o ano de 2020, mas também o contexto histórico, político e social de seus idealizadores. Neste caso, descrever a trajetória de Dona Maloca possibilita que nós, acadêmicos, nos aproximemos de nosso arcabouço teórico na prática, na pele, na realidade do dia-a-dia da maioria das populações periféricas brasileiras.

Reconhecer a atuação desses agentes mediadores locais, suas motivações, suas lutas e seus anseios, é também assegurar-se de que ninguém pode conhecer mais as dificuldades e o valor dessas pessoas do que elas mesmas. Logo, a consciência de que nosso papel seria meramente cooperativo, nos possibilita a constatação de que nenhum saber se sobrepõe ao outro.

Segundo Valla (1996), é preciso buscar a conscientização dos profissionais e pesquisadores da área da saúde sobre a forma como interpretam os saberes da população. Pois tais saberes são elaborados a partir de suas experiências concretas, ou seja, de suas vivências que podem ser diferenciadas daquelas vividas pelos técnicos, mas não menos importantes. Então, ao oferecer nosso conhecimento, logo partimos da suposição de que o saber que as chamadas classes subalternas têm a oferecer é insuficiente e inferior, quando, deveras, é apenas diferente.

A partir da trajetória de vida das lideranças da Maloca, buscamos decifrar as relações políticas e de poder, inclusive, que são construídas historicamente e territorialmente nas periferias, tendo como base de ação a experiência de vida das próprias pessoas diante de seus problemas cotidianos; identificando todo um conjunto de contradições, conflitos e conquistas envolvendo os coletivos locais e territórios periféricos da cidade e os processos mais amplos de fluxos e de geração de capitais por intermédio da reestruturação do capitalismo.

O agir nas brechas, neste caso, é a forma encontrada por essas mulheres do coletivo para “agarrar” oportunidades sem que, para isso, precisem se submeter a projetos que menosprezam sua cultura, sua gente. Resgatando a ideia de Milton Santos (1996), suas ações permitem se desprender desta hierarquização do tempo social produzida por essas grandes corporações. Os

tempos subalternos possuem potência e esta força se faz presente em suas experiências e conhecimento adquiridos por toda a vida.

Tais vivências são marcadas pela criatividade em desvencilhar dos problemas e o fato do Movimento Maloca se apropriar de uma conscientização político-social para embasar sua luta, assegura o viés revolucionário que a promoção da saúde emancipatória defende. Mesmo em um contexto de agravamento das regulações e políticas neoliberais, os territórios se estabelecem como lugares de resistência. Uma resistência que se apoia na potência dos laços e das temporalidades dos grupos populares.

É preciso certificar também a relevância da coletividade. Em tempos neoliberais, onde o individualismo encontra-se em seu ápice, podemos identificar as grandes interlocuções formadas entre o coletivo, a comunidade e outras redes de apoio. Seja através de fontes de informações sobre cada projeto em grupos do Whatsapp com diversos movimentos sociais, seja em cada novo evento e nova aliança estabelecida, seja também nas articulações para garantia do acesso a outras oportunidades que também são de direito das populações periféricas.

O papel fundamental da Comunidade Gerando Vidas, igreja evangélica que, com seu cunho progressista, consegue contribuir para as questões do coletivo ainda em seu estágio inicial. Não podemos nos esquecer do corpo voluntário e simpatizantes da Maloca que contribuem com a Rede 10, oferecendo o suporte necessário para que o coletivo se mantenha de pé.

Além do mais, as articulações realizadas através dos projetos e atividades da Maloca como, por exemplo, os integrantes do Movimenta Caxias, da CAMTRA, do Educar +, dentre outros, são fundamentais. Não podemos nos esquecer que, através da interlocução das idealizadoras do Educar +, a Maloca conquista importantes projetos da Cufas. Já constatamos que este projeto foi de extrema importância no combate à fome, dentre outras necessidades durante a pandemia da Covid-19 no Pantanal e adjacências.

Da mesma forma, as razões que ajudam a sustentar estas afirmações são as respostas dadas pelo participante e pelas participantes entrevistadas nesta pesquisa. São eles os sujeitos que presenciam e concretizam a efetividade das ações do movimento dentro do Morro do Sossego, Pantanal e seus arredores. Em cada fala, mesmo que indiretamente, o coletivo é mencionado, mesmo não sendo citado nas perguntas. São discursos que descrevem a importância da pluralidade, da coletividade e da amorosidade. Isso se torna mais evidente no período da pandemia do Coronavírus, quando já consolidado e reconhecido por sua comunidade, consegue alcançá-los como uma importante rede de solidariedade.

Presenciamos como no projeto Atados e no projeto Pense Grande, por exemplo, mesmo se tratando de iniciativas propostas por instituições que operam dentro de um modelo regulador neoliberal, o Movimento Maloca da Cidadania consegue “fazer do limão, uma limonada”. Como mesmo se tratando de um projeto internacional oriundo de um país europeu colonizador, o festival WOW – Mulheres pelo mundo consegue propor uma discussão feminista decolonial, capaz de oportunizar que movimentos periféricos historicamente invisibilizados “pegassem carona” em seu sucesso.

Podemos ainda pensar que projetos como o Ela Pode, do Google, e o Favela Sustentável, mesmo utilizando discursos que foram apropriados pelo mercado, como o empoderamento e sustentabilidade, podem ser ressignificados, quando propostos por mediadores conscientizados politicamente. Ainda mesmo no que se refere às questões culturais, reinteramos que em Duque de Caxias existem movimentos culturais potentes, incentivados pela tão importante Lei Aldir Blanc, onde a Maloca também se faz presente.

Apesar da origem reguladora e colonizadora presente em alguns desses projetos e pelo fato de que, por vezes, cooperam para a manutenção das desigualdades, o Movimento Maloca consegue obter êxito no que se refere às respostas diante dos problemas do território do Pantanal e região. Logo, se as redes locais e supralocais permitem conquistas, por que ainda há fortes barreiras à consolidação de direitos? Por que dificilmente há benefícios financeiros, bolsas e salários para os trabalhos realizados?

Sabemos que enquanto os problemas de saúde são definidos diante escolha de prioridades individuais e coletivas dos sujeitos em seu território, as necessidades de saúde são feitas a partir da mediação de análises e procedimentos objetivos propostos por demandas oriundas da própria população (CASTELLANOS, 1997). Entretanto, durante as entrevistas, foram evidenciadas muito mais as questões dos problemas do que as necessidades do território, pois não conseguimos trabalhar essa diferença com os participantes. Desta forma, a análise deste estudo baseou-se a partir desses problemas sociais e de saúde.

Romantizar a forma “generosa” em que essas empresas atuam no fornecimento de recursos por meio do empreendedorismo social não é a solução. Precisamos refletir em que medida as ações ofertadas por eles são cabíveis dentro da realidade local e quais precisam ser repensadas e adaptadas ao cenário. Sendo assim, o primeiro passo seria reinventar este projeto de empreendedorismo, tendo em vista o fato de que existem outros problemas além da questão da geração de renda em si. Ouvir e incluir o conhecimento deste coletivo e de moradores do território é trazer à tona os verdadeiros problemas sociais enfrentados e, conseqüentemente, potencializar o caráter emancipatório de suas ações.

Assim sendo, este estudo de alguma forma buscou pontuar em que medida se torna possível romper com paradigmas dominantes que perduram ao longo dos tempos, pensando em providências possíveis dentro deste cenário, sem que para isso precisemos nos render e nos curvar ao sistema opressor capitalista que produz as desigualdades.

A potência local não está apenas nas práticas de apoio social e solidariedade (sobrevivência num contexto de neocropolítica), ou nas lutas de resistências territoriais frente a um mundo globalizantes (SANTOS, M., 1996) que padroniza o consumo. Esta potência está na contínua reconstrução das culturas, das tradições, dos modos de vida popular, principalmente. Mesmo reformuladas a partir das contradições do capitalismo (neoliberal e global), essa potência é a força que protege e (re)produz vida nas cidades. É a essência da vida em uma sociedade desigual e injusta.

Se a cidade é projetada para atender e mobilizar ativos para o capital, é no ambiente também onde essas práticas são contestadas e reformuladas. Nesse movimento, abrem-se possibilidades.

Muitos foram os desafios ao longo deste estudo. Expectativas foram geradas ainda em seu projeto inicial, principalmente no que se refere à metodologia. Optamos por conduzi-lo diante do que era possível em um cenário pandêmico e cercado de atravessamentos.

A gênese da Maloca da Cidadania também se refere ao fato do mesmo ser territorializado. Em suas ações, objetivos, valores e missão, descrevem-se as metas a serem implantadas como um retorno para o bairro Pantanal e seus arredores. Por isso, localizá-lo nos traria a oportunidade de uma caracterização aproximada e exploratória no território. De tal maneira, esta análise não seria feita apenas diante das entrevistas com moradores locais, mas também através dos dados disponibilizados pelo Censo/IBGE.

Logo, o esforço para trazer os dados censitários desta região específica foi considerado. Não somente pelos benefícios a esta pesquisa, mas também como forma de devolvê-los à sua comunidade e à liderança da Maloca que, como vimos, também trabalhou na concretização dessas bases. Mesmo que não estivessem totalmente atualizados no ano de 2020, esta seria uma ferramenta importante para descrever o contexto do coletivo e de seus processos.

No entanto, devido aos contratempos existentes durante a pesquisa, não foi possível nos aprofundarmos nesses dados, nem mesmo devolvê-los ao Movimento Maloca. Em termos de realidade vivenciada dentro da conjuntura atual, esperava-se que estes dados nos afirmariam que tal cenário não progrediu. Pelo contrário, com os agravos sociais ocasionados pela Covid-19, supõe-se, quase tendo certeza, que fez emergir muito mais as desigualdades no território.

Além do mapeamento e da caracterização dos projetos e redes do Movimento Maloca, a ideia era que os mesmos também fossem analisados de forma aprofundada, contextualizando cada item através de uma perspectiva sócio-histórica e territorializada. Entretanto, no caso das redes de apoio da Maloca, se pôde realizar apenas uma investigação mais descritiva, apontando os principais aspectos de cada rede de apoio. Pretendo, futuramente, me aprofundar em uma perspectiva mais analítica sobre estas e outras questões que possam emergir.

Em um cenário diferente do que estamos vivenciando, meu desejo seria reunir todas essas pessoas, falar sobre essa terra, essa gente e sobre o que aprendemos durante esse estudo. De preferência, com uma mesa farta, contendo muitos quitutes, onde pudéssemos socializar e falar sobre suas dores e também sobre seus amores. Preferimos deixar para um outro momento, porém certificando-nos de que não se trata de um adeus, mas sim, de um até breve.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, G. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 173-196, 2019.
- ALMEIDA, M. R.; GOMES, R. M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan./abr. 2014
- ALMEIDA, L. V. **Pré-vestibulares populares**: estratégia de acesso dos excedentes à educação superior. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ALTMANN, W. Censo IBGE 2010 e religião. **Horizontes**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1122-1129, 2012.
- ATADOS. Disponível em: <https://www.atados.com.br/>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- BALLESTRIN, L. M. A. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017.
- BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L. Formação do enfermeiro pelo olhar do empreendedorismo social. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 242-248, jun. 2009.
- BACKES, D. S. et al. Vivência teórico-prática inovadora no ensino de enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 597-602, set. 2012 .
- BACKES, D. S. et al. Atividades socialmente empreendedoras na enfermagem: Contribuições à saúde/viver saudável. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-82, mar. 2016.
- BACKES, D. S. et al. Interatividade sistêmica entre os conceitos interdependentes de cuidado de enfermagem. **Aquichan**, Bogotá, v. 16, n. 1, p. 24-31, jan. 2016.
- BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, fev. 2011.
- BASTOS, L.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Delta**, v. 31, n. esp., p. 97-126, 2015. DOI: 10.1590/0102-445083363903760077.
- BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869-897, dez. 2018 .
- BRANDÃO, C. R. Vocação de criar: Anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, set./dez. 2009.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: Secretaria da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446/GM, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2014.

BRAZ, A. A.; ALMEIDA, T. M. A. **De Merity a Duque de Caxias**: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.

BREILH, J. Una perspectiva emancipadora de la investigación y acción, basada en la determinación social de la salud. *In*: TALLER LATINOAMERICANO DE DETERMINANTES SOCIALES DE LA SALUD, 2008, Cidade do México. **Anais** [...]. Cidade do México: Universidade Autônoma do México, 2008.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. 20 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BULGACOV, Y. et al. Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente? **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 28, n. 63, p. 337-349, dez. 2010.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio emergencial 2021**. [S. l.]: CEF, 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros**: segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 34. ed. São Paulo: Edusp, 2000. 400 p.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 129-148, jun. 2009 .

CAMPOS, C. M. S.; BATAIERO, M. O. Necessidades de saúde: uma análise da produção científica brasileira de 1990 a 2004. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, n. 23, p. 605-618, dez. 2007.

CAMPOS, C. M. S.; MISHIMA, S. M. Necessidades de saúde pela voz da sociedade civil e do Estado. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1260-1268, ago. 2005.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, 2004.

CASA FLUMINENSE. Mapa da desigualdade – 23 indicadores sobre sete temas-chave da realidade metropolitana do Rio de Janeiro. **EcoDebate**, 25 jan. 2018.

CASAQUI, V. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. **Galáxia**, São Paulo, n. 29, p. 44-56, 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLANOS, P. L. **Sistemas nacionales de vigilancia de la situación de salud segun condiciones de vida y del impacto de las acciones de salud y bienestar**. Washington, DC: OPS: OMS, 1991.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. *In*: BARATA, R. (org.). **Condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. p. 31-75.

CASTIEL, L. D.; XAVIER, C; MORAES, D. R. **À procura de um mundo melhor**: apontamentos sobre o cinismo em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. 400 p.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS - CUFA. Sobre a Cufa. Rio de Janeiro: CUFA, 2021. Disponível em: <https://cufa.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2021.

COLEY, V. M. **As construções identitárias de trabalho de empreendedores sociais latino-americanos dos países**: Argentina, Brasil, Chile e Colômbia. 2019. 146 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-17122019-184058>.

COLICHI, R. M. B.; LIMA, S. A. M. Empreendedorismo na enfermagem: comparação com outras profissões da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 20, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v20.49358>.

COMUNIDADES CATALISADORAS - COMCAT. **Rede Favela Sustentável**: mapeamento (2017): relatório final, 20 de dezembro de 2017. Rio de Janeiro: COMCAT, 2017. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2017/12/Rede-Favela-Sustentavel-Relatorio-Final-2017.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE - CNDSS. **Carta aberta aos candidatos à Presidência da República**. [S. l.]: CNDSS, 2006.

CONTI, P. C.; FARIA, D. L. Empreendedorismo: um caminho para a ampliação da consciência. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 34, n. 86, nov. 2017.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 179-197, abr. 2011.

CRAWFORD, R. You are dangerous to your health: the ideology and politics of victim blaming. **International Journal of Health Services**, v. 7, n. 4, p. 663-681, 1977.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUNHA, M. B. **Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradas**: História e Saber nas favelas da Penha. 1995. 408 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

DESLANDES, S.; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00223120>.

DIAS, D. S. P. **As Grafias do Foras em Duque de Caxias**: capturando a produção do espaço em ato. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DOMINGUEZ, M. T. **Do gatilho ao lote**: as disputas pelo espaço urbano do Jardim Catarina-São Gonçalo, RJ. 2018. 205 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100001>.

ENNE, A. L. "**Lugar, meu amigo, é minha Baixada**": memória, representações sociais e identidades. 2002. 2v. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ENNE, A. L. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico.

PragMATIZES, Niterói, v. 3, n. 4, p. 6-27, abr. 2013.

ERDMANN, A. L. et al. Formación de emprendedores en enfermería: promover capacidades y aptitudes sociopolíticas. **Enfermería Global**, Murcia, v. 16, n. 1, 2009.

FAVELA SUSTENTÁVEL. Disponível em: <https://favelasustentavel.org/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FESTIVAL MULHERES DO MUNDO. **Esquenta WOW**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: <http://www.festivalmulheresdomundo.com.br/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FESTIVAL MULHERES DO MUNDO. **Festival WOW Rio**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2018. Disponível em: <http://www.festivalmulheresdomundo.com.br/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. esp., nov. 2019.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, J. D.; PORTO, M. F. Por uma epistemologia emancipatória da promoção da saúde. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 179-200, out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000200002>.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL BRASIL. **Sobre nós**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/sobre-nos>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO. **A fundação**. São Paulo: Fundação Telefonica Vivo, 2021. Disponível em: <https://fundacaotelefonicavivo.org.br/a-fundacao/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GABATZ, C. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2017.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 63-76, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206>.

GOMEZ, C. M.; THEDIM-COSTA, S. M. F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 411-421, 1999 .

GONÇALVES, L. H. T. A complexidade do cuidado na prática cotidiana da enfermagem gerontogeriatrica. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 507-518, dez. 2010 .

HAESER, L. M.; BUCHELE, F.; BRZOZOWSKI, F. S. Considerações sobre a autonomia e a Promoção da Saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 605-620, jun. 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

IMPACTA MULHER. [c2020]. Disponível em: <http://impactamulher.org.br/>. Acesso em 10 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílio (PNAD) contínua**. [S. l.]: IBGE, 2017. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/. Acesso em: 01 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílio (PNAD) contínua trimestral**. [S. l.]: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>. Acesso em: 01 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. [S. l.]: IBGE, 2021.

KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 83-110, 2014.

LALONDE, M. A new perspective on the health of Canadians. [1974]. In: ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD - OPAS. **Promoción de la salud: una antología**. OPAS, Washington, DC: 1996. (Publicación Científica, n. 557).

LEÃO, R. **Jamais peço desculpas por me derramar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

LEAVELL, H.; CLARK, E. G. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill Inc., 1976. 744 p.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2003.

LIMA, J. L. S. **Empreendedorismo social: uma perspectiva de cidadania social e uma alternativa de trabalho e renda nos espaços populares**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LOMBA, M. L. L. F. et al. Empreendedorismo social: translação de saberes e práticas em estudantes de enfermagem no Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n. 19, p. 107-115, out./dez. 2018 .

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, set./dez. 2014.

LUIZ, O. C.; COHN, A. Sociedade de risco e risco epidemiológico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2339-2348, 2006.

MACHADO, A. **Proverbios y cantares: poesías completas**. Madrid: Espasa-Calpe, 1983.

MACHADO, M. D. C. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396, ago. 2005.

MALOCA DA CIDADANIA. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/malocadacidadania/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MALOCA DA CIDADANIA. **Instagram**: @malocadacidadania, Rio de Janeiro, 22 jan. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B7n-F__pW6D/. Acesso em: 01 abr. 2021.

MALOCA DA CIDADANIA. **Instagram**: @malocadacidadania, Rio de Janeiro, 03 fev. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B8H99U_Jt6t/. Acesso em: 01 abr. 2021.

MALOCA DA CIDADANIA. **Instagram**: @malocadacidadania, Rio de Janeiro, 02 mar. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9P4YAdJu2H/?igshid=pb15a7c2f7xm>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de excessão, política de morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENDES, I. F. P. S. Á.; CARNUT, L. História política e pensamento epidemiológico: Breilh e a economia política da saúde. **Revista Guillermo de Ockham**, v. 17, n. 1, p. 77-84, enero/jun. 2019.

MENDONÇA, P. M. E.; ALVES, M. A.; CAMPOS, L. Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/aids no Brasil. **RAE Electronica**, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482010000100007>.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MESA BRASIL. **O Mesa Brasil SESC**. [S. l.]: SESC, 2020. Disponível em: <https://www2.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/home//>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos a cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre v. 14, n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MILANI, G. D. A outra face da Responsabilidade Social Empresarial. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente. **Colloquium Humanarum**, v. 10, n. esp., p. 524-531, jul./dez. 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MOHANTY, C. "Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial" [1984]. In: NAVAZ, L. S.; HERNANDEZ, A. (org.). **Descolonizando el feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madri: Cátedra, 2008.

MORAES, L. C. G. O 'empoderamento' como prática política feminista: fundamentos históricos e ideológicos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS, 4., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2018. v. 1. p. 1-15.

MORAES, E. C. Imparcialidade é mito: "Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?" **A Casa de Vidro**, 03 dez. 2018. Disponível em: <https://acasadevidro.com/paulofreire-omitodaimparcialidade/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MOVIMENTO PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES - MOVIMENTO PVNC. **Carta de princípios**. Rio de Janeiro: Movimento PVNC, 1999. Disponível em: <http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/cartadepincipios.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NEVES, E. O.; GUEDES, C. A. M.; SANTOS, K. C. Empreendedorismo social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o projeto "Mulheres em Ação jogando a limpo com a natureza" do IFNMG. **Revista Eletrônica Ciências Empresarias**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 33-50, set. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/revista-empresarial/article/view/459>. Acesso em: 15 dez. 2021.

NOGUEIRA, R. P. Determinantes, determinação e determinismo sociais. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 397-406, set./dez. 2009.

NOVO DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO. Verbetes doping. Versão 7.0. Positivo Informática, 2010.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, L. Baixada Fluminense, Pantanal – Duque de Caxias. **Duquecaxiense**, 2012. Disponível em: <http://duquecaxiense.blogspot.com/2012/05/pantanal-duque-de-caxias.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

OLIVEIRA, R. M. A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 2, p. S69-S78, 1998 .

OLIVEIRA, R. M.; VALLA, V. V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, supl., p. S77-S88, 2001.

OLIVEIRA, F. L.; SANTOS, M. R. M. **Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos**. Relatório do Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias. Lei Complementar nº 01 de 31 de outubro de 2006. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/DuqueCaxias_AvaliacaoRJ.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, ago. 1998.

PAIVA, A. et al. Os métodos interpretativos e entrevista online na investigação qualitativa. **SEM@RESEARCH**, maio 2011.

PARO, C. A.; VENTURA, M.; SILVA, N. E. K. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. e0022757, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00227>.

PASTORAL DA JUVENTUDE. Eixos que norteiam o nosso fazer. **Pastoral da Juventude**, 2021. Disponível em: <https://www.pj.org.br/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PEDRO, K. et al. Frequência dos casos de dengue nos Distritos do município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. **Acta Biomédica Brasiliensia**, v. 7, n. 1, 2016.

PENTEADO FILHO, P. A. Desafios e oportunidades da reforma do estado no Brasil: a questão das organizações sociais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 5, n. 11, p. 153-168, 1998.

PEREIRA, I. M. T. B.; PENTEADO, R. Z.; MARCELO, V. C. Promoção da saúde e educação em saúde: uma parceria saudável. **O mundo da Saúde**, v. 24, n. 1, p. 39-44, 2000.

PENSE GRANDE. [c2020]. Disponível em: <https://pensegrande.org.br/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PETTRES, A. A.; ROSA, M. A. A determinação social da saúde e a promoção da saúde. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Florianópolis, v. 47, n. 3, p. 183-196, out. 2018.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008> .

PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores: um estudo na Mercedes Benz do Brasil, São Bernardo do Campo, São Paulo1. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015131966>.

PORTAL FIOCRUZ. Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis 2021. **Portal Fiocruz**, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/se-liga-no-corona/chamada-publica-2021>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PORTO, M. F. S. et al. Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1747-1756, jun. 2016 .

REDES DA MARÉ. Quem somos. **Redes da Maré**, c2020. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, n. 09, p. 58-71, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro. **Lei Aldir Blanc**. Rio de Janeiro: SECEC-RJ, 2021.

RIO ON WATCH. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 85-105, jan./abr. 2014.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 393-420, 2019.

SABROZA, P. C. **Concepções de saúde e doença**. [S. l.]: ABRASCO, [2004?]. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/UserFiles/File/13%20CNS/SABROZA%20P%20ConcepcoesSaudeDoenca.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SALVADOR, A. C. Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, D. A. **Banco Mundial, "gênero" e colonialidade**: aportes desde a "América Latina". 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M. **A metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1990.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC. **Institucional**. [S. l.]: SESC, 2021. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/institucional/o-sesc/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, A. C.; BATISTA, J. H. S.; SANTOS, W. C. M. Desmonte e sucateamento do SUS: o ataque neoliberal à política de saúde no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DA FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE, 7., 2017, Maceió. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2017.

SILVEIRA, L.; RIBEIRO, M. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. *In*: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. (org.). **Revisitando o território Fluminense, VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 209-258

SILVEIRA, L. M.; PETRINI, M. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional. **Gestão & Produção**, v. 25, n. 1, p. 56-67, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-530X3173-16>.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

SOUZA, M. F. 30 anos de SUS em tempos de neoliberalismo. **Justificando**, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/12/13/30-anos-de-sus-em-tempos-de-neoliberalismo/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

STOTZ, E. N.; ARAUJO, J. W. G. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 5-19, ago. 2004.

STOTZ, E. N. **Necessidades de saúde**: mediações de um conceito: contribuição das ciências sociais para a fundamentação teórico-metodológica de conceitos operacionais da área de planejamento em saúde. 1991. 765 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

TAVARES, P. C. Terceiro setor: estruturas organizacionais: classificações (in)adequadas? *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - ENEO, 2000, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ENEO, 2000.

TAVARES, M. F. L. **Curso de especialização**: promoção da saúde e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca: Escola de Governo em Saúde, 2013. ISBN: 978-85-88026-68-1.

TENREIRO, A. Duque de Caxias, território e sua gente. **CPFPPF**, p. 20-41, 2016.

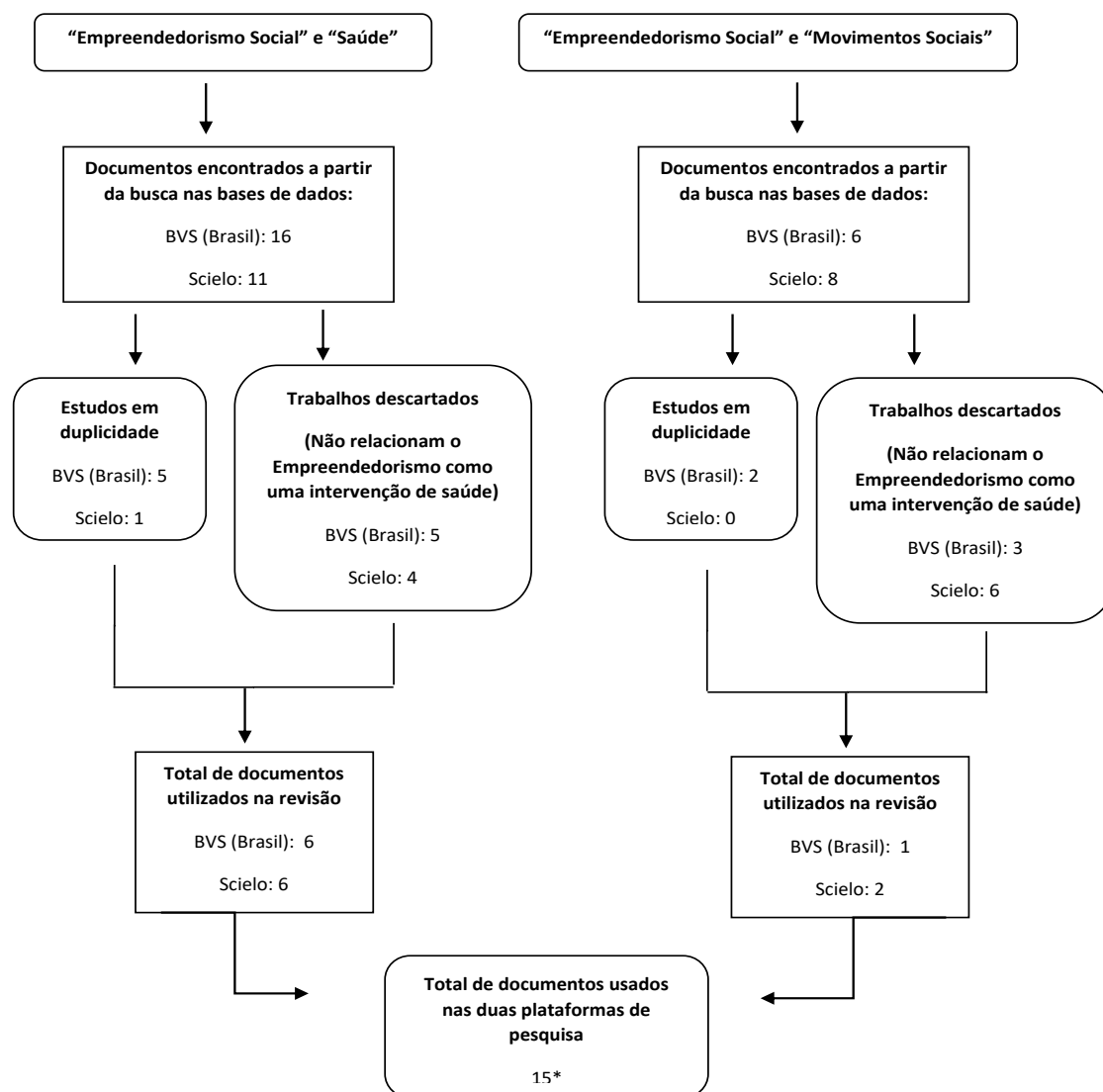
TEODÓSIO, A. S. S.; RESENDE, G. A. Democratização de políticas sociais no Brasil: Venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 177-192, 2014.

THE WOW FOUNDATION. About Wow. **The Wow Foundation**, c2021. Disponível em: <https://thewowfoundation.com/about-wow>. Acesso em: 01 abr. 2021.

TREVIZAN, J. Inovação Social. Estou confuso: o que é um negócio de impacto social? **Blog Semente Negócios**, 21 jan. 2017. Disponível em: <https://www.sementenegocios.com.br/blog/o-que-e-um-negocio-de-impacto-social>. Acesso em: 10 abr. 2021.

- VALLA, V. V. Vida religiosa como estratégia das classes populares na América Latina de superação da situação do impasse que marca suas vidas. *In: VASCONCELOS, E. (org.). A espiritualidade no trabalho em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 265-295.
- VALLA, V. V. Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 19, p. 66-75, 2002.
- VALLA, V. V. O que a saúde tem a ver com a religião. *In: VALLA, V. (org.). Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. S7-S14, 1999.
- VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 77-190, 1996.
- VARGAS, P. R. O insustentável discurso da sustentabilidade. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, p. 105-131, jul. 1997.
- VIANA, A. L. D.; SILVA, H. P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2107-2118, jul. 2018.
- VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. Carta de Ottawa. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE*, 1., 1986, Ottawa, Canadá. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 1986. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
- WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- XAVIER, W.; MARANHÃO, C. Responsabilidade social: a privatização do público. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 53, p. 297-309, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200004>
- ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

APÊNDICE A – FLUXOGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS



* Considerando o fato de que 4 trabalhos aparecem nas duas plataformas, serão analisadas as características de 11 estudos.

Busca avançada: os termos “Empreendedorismo Social” e “Saúde”; e em seguida os termos “Empreendedorismo Social” e “Movimentos Sociais” em ambas as plataformas.

Campos-padrão: “título, resumo, assunto” da plataforma BVS Brasil, e “todos os índices” referente as bases do Scielo.

Não foram utilizados outros filtros na busca e as duplicidades entre as bases foram retiradas.

APÊNDICE B – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Tabela 1 - Características dos estudos

Nº	Título / Autor	Local do estudo	Objetivo	Método	Resultados do estudo	Local de publicação	Ano
1	* Empreendedorismo: um caminho para a ampliação da consciência CONTI, P. C.; FARIA, D. L.	São Paulo – SP	Compreender os aspectos psíquicos envolvidos no empreendedorismo, assim como o sentido e o significado psicológico do empreendedorismo para as pessoas que desenvolvem atividades empreendedoras.	Foram realizadas entrevistas semi estruturadas em locais reservados do ambiente de trabalho de três pessoas que atuam como empreendedoras há pelo menos 4 anos.	O estudo afirma que é possível conquistar a auto realização e ao mesmo tempo viver de maneira equilibrada. Os entrevistados relataram que identificam grandes mudanças em sua postura devido à sua trajetória como empreendedores. Para os autores, o empreendedorismo tem contribuído para manter o equilíbrio interno e externo e estabelecer o ponto de encontro entre desejos e realidades, assim como para a formação de sua identidade e para a ampliação de sua consciência.	Artigo científico publicado na revista Psicologia Argumento	2016
2	* Empreendedorismo na enfermagem: comparação com outras profissões da saúde COLICHI, R. M. B.; LIMA, S. A.	São Paulo - SP	Caracterizar as empresas de enfermagem e outras profissões da saúde comparando indicadores relacionados ao empreendedorismo entre essas categorias profissionais.	A coleta de dados foi realizada nos sites da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Juceesp), dos conselhos de classe de algumas categorias profissionais da área da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC). Além Relacionando inclusive ao número de inscritos em conselhos de classe e ao de cursos e vagas autorizadas pelo MEC, apoiando-se em indicadores criados pelas autoras.	Segundo os autores, o número de empresas de enfermagem é muito inferior ao das relacionadas à fisioterapia, psicologia, nutrição e fonoaudiologia. A área de enfermagem revela as menores relações empresas/profissionais, empresas/cursos e empresas/vagas anuais. Os indicadores reforçam a necessidade da inserção de conteúdos de empreendedorismo nos cursos de graduação em enfermagem, visando preparo para novos mercados de trabalho.	Artigo científico publicado na Revista Eletrônica da Enfermagem	2018
3	* Formação do enfermeiro pelo olhar do empreendedorismo social. BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L.	Diversos estados do Brasil	Discutir a formação do enfermeiro pelo olhar do empreendedorismo social.	A amostra foi constituída por 35 profissionais reconhecidos como empreendedores sociais e/ou engajados em alguma obra social de diferentes estados do Brasil e de diferentes áreas de atuação, como: uma universidade pública, uma universidade privada, duas Unidades Básicas de Saúde, uma Secretaria Estadual de Saúde, dentre outros.	Para os autores, considerar a formação para o empreendedorismo social, reconhecido como um novo paradigma de intervenção social, capaz de potencializar as ações locais por meio das redes interativas, significa protagonizar novas possibilidades pela criatividade e inovação, sem desconsiderar as contradições sociais emergentes e a pretensão de chegar a sínteses definitivas.	Artigo científico publicado na Revista Gaúcha de Enfermagem	2009
4	** Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/aids no Brasil. MENDONÇA, P.M.E.; ALVES, M. A.; CAMPOS, L. C.	Diversos estados do Brasil	Analisar a emergência do campo do HIV/aids no contexto das políticas públicas no Brasil, verificando os atores e os recursos utilizados para a criação de novas lógicas institucionais, observando em especial as diferentes estratégias utilizadas pelos empreendedores institucionais do campo, em particular os atores periféricos e não dominantes.	A partir de uma reconstrução histórica do campo do HIV/aids no Brasil, apoiou-se em uma análise documental que possibilitou criar uma linha do tempo da evolução dos acontecimentos, identificação de atores-chave e eventos importantes. Através de 21 entrevistas colhidas de um dos autores referenciais do estudo, dados foram analisados a fim de qualificar os atores e suas estratégias empreendedoras, formulando assim proposições acerca da questão de pesquisa deste estudo.	Os autores, ao examinarem as relações de poder que se desenrolam no interior do campo, constatam que a posição ocupada pelos atores interfere nas suas formas de ação empreendedora. A principal conclusão está em apontar as possibilidades de ação empreendedora dos atores periféricos em um campo, e a necessidade de melhor qualificação da ação social empreendedora, que inclui detalhar as estratégias utilizadas pelos atores, diferenciando-as a partir das posições que ocupam e dos diferentes estágios do processo de mudança.	Artigo científico publicado na revista eletrônica da Fundação Getúlio Vargas	2010
5	** Empreendedorismo social: translação de saberes e práticas em estudantes de enfermagem no Brasil. LOMBA, M. L. L. F.; TOSON, M.T.; WEISSHEIMER, A. S.; BACKES, M. T. S.; BUSCHER, A.; BACKES, D. S.	Região Sul do Brasil	Compreender o significado para os estudantes brasileiros de atividades socialmente empreendedoras, desenvolvidas numa associação de reciclagem durante as suas atividades acadêmicas regulares.	Os dados para análise desta pesquisa forma obtidos através de entrevistas com estudantes de enfermagem que que tinham participado ativamente das atividades sociais da associação e quatro pessoas que trabalham na associação de reciclagem. A perguntas foram formuladas a partir da experiência vivenciada pelos estudantes e o retorno por parte dos colaboradores da associação.	Inicialmente, os autores constataram que os alunos demonstraram distanciamento e preconceito, depois indignação e inconformidade e, por fim, uma mudança no modo de pensar e agir. Três categorias resultaram das entrevistas: Desconstruir e construir o preconceito; Conhecimento e as práticas; e Promover transformações. Assim, concluíram que o significado das atividades de empreendedorismo social configurou-se como um processo de desconstrução, construção e reconstrução do conhecimento pré-planeado.	Artigo científico publicado na revista de Enfermagem Referência	2018
6	*** A complexidade do cuidado na prática cotidiana da enfermagem gerontogeriatrica. GONÇALVES, L. H. T.	Rio de Janeiro - RJ	Compreender a complexidade do cuidado na prática cotidiana da enfermagem gerontogeriatrica a partir da Conferência proferida na VIII Jornada Brasileira de Enfermagem Geriátrica e Gerontológica, realizada em outubro de 2010 no Rio de Janeiro e organizada pela ABEn/RJ.	A partir das questões levantadas na Conferência, esta pesquisa apresenta uma análise da complexidade da gerontologia em face do fenômeno do envelhecimento populacional, dos entraves e desafios politico-econômicos entre as políticas públicas e o envelhecimento da população e os desafios da prática cotidiana da enfermagem aos idosos.	A autora destaca a necessidade da implementação do programa do idoso no âmbito de UBS/ESF, onde apresentam-se propostas de empreendedorismo social para desenhos inovadores alternativos ou complementares de serviços gerontogeriatricos.O conceito de empreendedorismo, segundo ela, não se aplica somente ao profissional de empresa privada e é necessário na área da saúde, principalmente na área emergente da gerontogeriatrica.	Artigo científico publicado na Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia	2010

Nº	Título / Autor	Local do estudo	Objetivo	Método	Resultados do estudo	Local de publicação	Ano
7	*** Atividades socialmente empreendedoras na enfermagem: Contribuições à saúde/viver saudável. BACKES, D. S.; ILHA, S.; WEISSHEIMER, A. S.; HALBERSTADT, B. M. K.; MEGIER, E. R.; MACHADO, R.	Região Central - Rio Grande do Sul	Conhecer as contribuições das atividades socialmente empreendedoras da enfermagem à saúde e ao viver saudável de mulheres de uma Associação de Materiais Recicláveis.	Trata-se de uma pesquisa desenvolvida com mulheres catadoras de materiais de uma Associação de Materiais Recicláveis. Os dados foram coletados antes e após as atividades socialmente empreendedoras desenvolvidas em determinado período, por meio da observação participante e entrevista semiestruturada, contemplando questões abertas acerca de suas percepções sobre o significado de saúde e viver saudável e também sobre atividades que almejavam que fossem inseridas pelos estudantes que participam do planejamento das atividades.	O estudo conclui que as atividades desenvolvidas por meio do empreendedorismo social com as mulheres mostraram-se potencializadoras de autoestima, saúde/viver saudável na realidade investigada.	Artigo científico publicado na Revista Escola de Enfermagem Anna Nery	2016
8	** Formando empreendedores na enfermagem: promovendo competências e aptidões sócio-políticas. ERDMANN, A.L.; BACKES, S. D.; ALVES, A.; ALBINO, A.T.; ARIAS, F.; GUERINI, I.C.; ABE, K.L.; CORDEIRO, P.K.S.; PUDELL, R.T.A.	Florianópolis -SC	Analisar e discutir conceitos e características relacionadas ao empreendedorismo, a partir de visitas de observação realizadas a empresas de caráter social e privadas, apontando idéias e/ou novas possibilidades para o seu desenvolvimento na área de enfermagem.	A partir do relato de experiências construído no transcorrer de uma disciplina do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, com uma metodologia de ensino que constituiu-se de oficinas de idéias e discussões coletivas, desencadeadas pelas visitas de observação realizadas a empresas de caráter social e privadas da Grande Florianópolis - SC e por meio de artigos encontrados na base de dados LILACS e SCIELO, o estudo analisa o conceito de Empreendedorismo Social e privado voltados para a área de enfermagem.	A experiência mostrou, em síntese, que o exercício da docência focado em metodologias ativas, pode ser um importante caminho para o fomento de novas possibilidades empreendedoras para a área da enfermagem/saúde.	Artigo científico publicado em revista espanhola de Enfermagem – Enfermería Global	2009
9	** Interatividade sistêmica entre os conceitos interdependentes de cuidado de enfermagem. BACKES, D.S.; ZAMBERLAN, C.; COLOMÉ, J.; SOUZA, M.T.; MARCHIORI, M.T.; ERDMANN, A.L.; SALAZAR-MAYA, A.M.	Rio Grande do Sul	Apresentar e discutir a interatividade sistêmica entre os conceitos interdependentes de cuidado de enfermagem na perspectiva dos pressupostos teóricos de Edgar Morin.	Trata-se de uma análise elaborada por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisa em Empreendedorismo Social da Enfermagem e Saúde (Gepeses/Unifra), sobre estudos que defendem que o conceito sistêmico de cuidado de enfermagem pode ser concebido a partir de um conceito ampliado, antagônico, complementar, interdependente e de dinamicidade interativa de processos e contraprocessos de enfermagem, saúde, viver saudável, comunidade vulnerável e empreendedorismo social da enfermagem.	Para os autores, a compreensão ampliada e interdependente desses conceitos possibilita, em suma, transcender a linearidade do processo saúde-doença e alcançar resultados mais efetivos de promoção e proteção da saúde. Trata-se, portanto, de um processo paradigmática dinâmico e gradual, o qual requer o engajamento efetivo e responsável do enfermeiro por meio de ações empreendedoras e propositoras de novos referenciais teórico-práticos.	Artigo científico publicado na revista colombiana de Enfermagem Aquichan	
10	*** Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. VIANA, A. L. D.; SILVA, H. P.	São Paulo	Examinar o processo envolvendo a ideia de saúde como direito social e de saúde como bem econômico e individual, tal qual suas implicações para a proteção social e a saúde, mediante algumas reflexões sobre dois fenômenos que ameaçam a saúde como direito social: as ideias e as políticas neoliberais, de um lado, e a financeirização da riqueza, de outro.	Na primeira parte, descreve-se as implicações do neoliberalismo na organização atual das sociedades capitalistas. Em seguida, foram elencados os principais traços do fenômeno da financeirização e sua repercussão na área social. Na terceira parte, foram revisados as origens do neoliberalismo e, por último, apresenta-se a forma e a extensão de como esse processo influenciou a proteção social e em específico a proteção social em saúde.	Os autores argumentam que o bem comum precisa ser defendido ou insulado tanto da devassa provocada pelo capital financeiro quanto pela erosão e fragmentação provocada pelo neoliberalismo nas instituições públicas e nos sistemas de proteção social	Artigo científico publicado na Revista Ciências e Saúde Coletiva	

11	<p>*** Vivência teórico-prática inovadora no ensino de enfermagem.</p> <p>BACKES, D. S.; GRANDO, M. K.; GRACIOLI, M. S. A.; PEREIRA, A. D.; COLOMÉ, J. S.; GEHLEN, M. H.</p>	<p>Interior do estado do Rio Grande do Sul</p>	<p>Socializar uma vivência inovadora de ensino-aprendizagem vinculada a um projeto ampliado de ensino, pesquisa e extensão fundamentado nas teorias de enfermagem.</p>	<p>Com base em relatos de experiências vinculadas ao projeto “Adotando famílias”, estudantes ao serem investigados para o protagonismo e empreendedorismo social em sua formação, puderam desenvolver um conhecimento capaz de dialogar e integrar os diferentes saberes, pelo desenvolvimento de práticas em consonância com o exercício da cidadania e transformação social.</p>	<p>De acordo com os autores, instigar o protagonismo e empreendedorismo social na formação, a partir das teorias de enfermagem, significa desenvolver um conhecimento capaz de dialogar e integrar os diferentes saberes, pelo desenvolvimento de práticas em consonância com o exercício da cidadania e transformação social.</p>	<p>Artigo científico publicado na Revista Escola de Enfermagem Anna Nery</p> <p>2012</p>
----	--	--	--	--	--	--

Fonte: Própria autora.

* Artigo localizado na BVS Brasil

** Artigo localizado no Scielo

*** Artigo encontrado na BVS Brasil e no Scielo

“Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: Uma nova ferramenta de regulação? A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ”.

Pesquisadora responsável: Jéssica Santos Souza Camelo

Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) / FIOCRUZ

APÊNDICE C – QUADRO DE PROJETOS

Instituição	Projeto	Características	Apoio Financeiro direto	Outras contribuições	Ação Emergencial durante a pandemia	Ações de Promoção da Saúde descritas no projeto?	Articulação com outros Movimentos Sociais	Ano de implementação	Situação	Divulgação	Público	Possui edital?
Redes da Maré	WOW - Mulheres pelo mundo	O Festival Mulheres do Mundo é inspirado no WOW – o Women of the World Festival, um movimento global lançado pela diretora e produtora britânica Jude Kelly em 2010. Em uma visita à Redes da Maré, em 2016, foi proposto ao movimento a organização do festival com a intenção de reunir as vozes, experiências e ideias das mulheres do Rio de Janeiro, com toda sua diversidade. <i>Fonte: festivalmulheresdomundo.com.br</i>	Contribuição única de R\$ 500,00 para ornamentação no evento (Usado para o banner, folder, dentre outras coisas)	Visibilidade a nível nacional e internacional	Não se aplica	Não especificamente	Sim. O evento reuniu diversos coletivos do Rio de Janeiro.	2018 - 2019	Concluído	Asplande	Toda Sociedade Civil	Não. Informações e inscrições no site do projeto
Atados	Atados	Rede que disponibiliza voluntários para ONGs e Movimentos Sociais cadastrados. Também organiza projetos em conjunto com essas instituições. <i>Fonte: atados.com.br</i>	Não	Curso de gestão de voluntários para a liderança do movimento.	Não se aplica	Não especificamente	Sim. Alguns movimento sociais como: Sim, eu sou do meio; Educar +; projeto Pense Grande	2018	Em andamento	Pesquisa no Facebook	Toda Sociedade Civil	Não. Informações e inscrições no site do projeto
Asplande	Incubadora de Negócios Sociais: Impacta Mulher	Projeto que apoia suas participantes para estimular e melhorar seu impacto social além de aumentar sua capacidade de conduzir seus negócios. <i>Fonte: impactamulher.org.br</i>	Apenas ajuda de custo das passagens para que a liderança do coletivo fosse realizar as	Novas articulações com outros movimentos sociais	Não se aplica	Não especificamente	Sim, diversas redes de mulheres empreendedoras	2019	Concluído	Atados	Lideranças comunitárias	Não. Informações e inscrições no site do projeto
CIEDS	Fazedores do bem	Em parceria com o Conselho Britânico, o projeto busca dar visibilidade para atitudes positivas transformadoras e incentivar novas práticas do bem comum na sociedade. <i>Fonte: cieds.org.br</i>	Incentivo financeiro no valor (2x) de R\$ 2.500 ao MALOCA	Incentivo financeiro e curso de formação para gestores de movimentos sociais	Não se aplica	Sim. O projeto possui a intenção de promover lideranças sociais e fortalecer iniciativas de pessoas e organizações que tenham como objetivos a Promoção da Saúde, além de outras coisas.	Sim. Projeto Atados	2019	Concluído	Rede Sim, eu sou do meio divulgou	Movimentos sociais	Sim
Fundação Telefônica / Vivo	Pense Grande	Programa de capacitação e de difusão da cultura do empreendedorismo de impacto social com tecnologia digital, voltado a jovens brasileiros de 15 a 29 anos. <i>Fonte: fundacaotelefonicavivo.org.br</i>	Após as lideranças da Maloca reclamarem que não tinham nenhum incentivo financeiro, duas pessoas do coletivo receberam ajuda de custo para passagem	Curso de multiplicadores para ministrarem as aulas do projeto. Distribuição de material educativo e preparação de pessoal para ministrar a aulas.	Não se aplica	Não especificamente	Sim. Projeto Atados	2019	Concluído	Projeto Atados divulgou	Jovens entre 15 a 29 anos	Sim
IRME - Instituto da Mulher Empreendedora	Ela Pode	Realização de oficinas sobre Liderança e Comunicação Assertiva, Finanças, Networking, entre outras. <i>Fonte: elapode.com.br</i>	Contribuição por mulher capacitada no valor de R\$ 5 destinadas às multiplicadoras Ela Pode e não para o coletivo.	Articulação com instituições diversas pela região	Não se aplica	Não especificamente	Não	2019	Concluído	O projeto havia sido realizado anteriormente e pela ONG da Tia Estelinha, que conheceu no Atados	Mulheres em geral	Sim

Comcat - Comunidades Catalisadoras	Rede Favela Sustentável	Em parceria com a Fundação Böll Stiftung, o projeto reconhece as iniciativas e características sustentáveis e de resiliência socioambiental nas favelas cariocas. <i>Fonte: favelasustentavel.org</i>	Alguns poucos doadores conheceram a Maloca através deste projeto e realizaram algumas doações em dinheiro.	O coletivo Maloca foi reconhecido no mapa das iniciativas que integram a Rede Favela Sustentável.	Não se aplica	Não especificamente	Sim. Outros movimentos da rede Favela Sustentável	2019	Concluído	Facebook	Movimentos de comunidades periféricas	Não. Informações e inscrições no site do projeto
CUFA - Central Única das Favelas	Cufa Contra o vírus	Em parceria com empresas do núcleo privado, o projeto tem ações voltadas para amenizar as dificuldades ocasionadas pelo isolamento social através de doações. <i>Fonte: cufa.org.br</i>	Não	Doação de cestas básicas, além de produtos para higiene, dentre outros. Algumas empresas parceiras: Sabonetes Francis, Natura, UNILEVER, Spoleto, ovos Mantiqueira, Mellita, Hellmans, Danone, Ambev. <i>Fonte: cufa.org.br e Instagram @malocadacidania</i>	Sim	Não especificamente	Sim. Outros movimentos periféricos da rede	2020	Em andamento	Líder do Projeto Educar + divulgou	Moradores de comunidades periféricas	Não. Informações e inscrições no site do projeto
CUFA - Central Única das Favelas	Mães da Favela	Parte do projeto "CUFA Contra o Vírus". O trabalho foi focado nas mães porque são as pessoas que têm maior quantidade de responsabilidade dentro de uma residência e, nas favelas, muitas dessas são chefes de lares. <i>Fonte: cufa.org.br</i>	Não	Distribuição de cestas básicas e "vales-mãe" no valor de R\$ 240 (tickets de vale-alimentação) para mães solo moradoras da favela durante a pandemia. <i>Fonte: cufa.org.br</i>	Sim	Não especificamente	Sim	2020	Em andamento	A partir do projeto anterior, a líder do Maloca foi convidada a participar deste projeto	Mães de comunidades periféricas	Não. Informações e inscrições no site do projeto
CUFA - Central Única das Favelas	Mães da Favela ON	Essas mães cadastradas receberam chips da empresa Alô Social, com acesso ilimitado à internet por seis meses e conteúdos de educação e empreendedorismo. <i>Fonte: cufa.org.br</i>	Não	Entrega de chips de celular para mães da periferia cadastradas no projeto. <i>Fonte: cufa.org.br e Instagram @malocadacidania</i>	Sim	Não especificamente	Sim	2020	Concluído	A partir do projeto anterior, a líder do Maloca foi convidada a participar deste projeto	Mães de comunidades periféricas	Não. Informações e inscrições no site do projeto
Grupo Favela Holding	Alô Social	Operadora com serviço de telefonia móvel pré-pago com vantagens de planos pós-pagos aos menores preços praticados no mercado. <i>Fonte: cufa.org.br</i>	Comissão a partir da venda dos chips	Fornecimento de chips para comercialização da marca. As lideranças comunitárias atuam como uma espécie de sócias (segundo a empresa) vendendo o produto e disponibilizando o serviço de vendas para outras pessoas. <i>Fonte: cufa.org.br e Instagram @malocadacidania</i>	Não	Não especificamente	Sim	2020	Em andamento	A partir do projeto anterior, a líder do Maloca foi convidada a participar deste projeto	Moradores de comunidades periféricas	Não. Informações e inscrições no site do projeto
SESC RJ	Mesa Brasil	Programa de segurança alimentar e nutricional e combate à fome do Sesc RJ, que tem como sua principal missão articular o maior número de doações de alimentos em perfeitas condições de consumo humano, armazenar e distribuir para instituições assistenciais localizadas no Estado do Rio de Janeiro. <i>Fonte: sescrj.org.br</i>	Não	O coletivo Maloca recebeu do banco de alimentos do projeto frutas, legumes e verduras e distribuiu para todos da comunidade e de seu entorno.	Sim	Sim. Incentivo à alimentação saudável com o intuito de contribuir para a promoção da saúde.	Não	2020	Concluído	A líder do Maloca se informou sobre o projeto quando realizou um curso técnico em nutrição no Senac.	Moradores de comunidades periféricas	Não. Informações e inscrições no site do projeto
Secretaria de Turismo e Cultura de Duque de Caxias	Lei Aldir Blanc	Premiação com Recursos de Subsídio mensal, para Manutenção de Espaços Artísticos e Culturais, Microempresas, dentre outros, que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, apresentados por pessoas Físicas ou Jurídicas, que tenham as atividades no Município de Duque de Caxias. <i>Fonte: culturaducedecaxias.com.br</i>	Ao todo R\$ 25.000 divididos em três módulos.	Conquista do Prêmio Paulo Ramos - R\$ 1.200 para investimentos na cultura	Sim. Suporte às instituições culturais afetadas diante das medidas de isolamento social.	Não especificamente	Não	2021	Em andamento	O projeto foi indicado por um professor do Museu de São Bento, participante da rede Movimenta Caxias	Moradores do município	Sim

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: NECESSIDADES E PROBLEMAS DO TERRITÓRIO

<p>Identificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Idade: • Raça: • Gênero: • Profissão/Ocupação (trabalho remunerado): • Recebe algum auxílio governamental? • Local de residência: • Com quem reside? E há quanto tempo? • Participa de algum movimento social dentro da comunidade?
<p>Questões de Saúde no território</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para você, quais são os principais problemas e dificuldades encontradas na sua vizinhança e na sua comunidade? • E quais são os problemas relacionados à saúde mais frequentes onde você mora? • Quais são as suas principais necessidades de saúde? E as principais necessidades das pessoas que residem na região onde você mora?
<p>Questões de Saúde no território durante a pandemia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são as principais dificuldades encontradas por você e pela população de onde reside durante este período de pandemia da Covid-19? • Como têm funcionado os serviços de saúde, de transporte, de segurança, de educação, de saneamento e de lazer durante este período da pandemia? • Durante este período de pandemia, a quem você procurou quando precisou de alguma ajuda para enfrentar esses problemas e necessidades?

“Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: Uma nova ferramenta de regulação? A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ”.

Pesquisadora responsável: Jéssica Santos Souza Camelo
 Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) / FIOCRUZ

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**Ministério da Saúde****FIOCRUZ****Fundação Oswaldo Cruz****Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: Uma nova ferramenta de regulação? A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ” desenvolvida por Jéssica Santos Souza Camelo, discente do Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da professora Dr^a Danielle Ribeiro de Moraes, e coorientação da professora Dr^a Rosely Magalhães de Oliveira.

O objetivo central deste estudo é compreender experiências de Empreendedorismo Social como estratégia de Promoção da Saúde em projetos locais nas áreas periféricas, a partir do caso do Movimento Social Maloca da Cidadania, localizado no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ.

Este convite para sua participação deve-se ao fato da pesquisa buscar ouvir as narrativas de pessoas que residam no bairro Pantanal ou adjacências, que possuam alguma relação com o movimento social Maloca da Cidadania ou outra rede articulada com este movimento. Ressalto que sua participação não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se deseja ou não participar. Assim sendo, caso se sinta desconfortável por algum motivo e queira mudar de ideia, poderá retirar sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou sanção. Caso decida dar uma pausa na entrevista, terá a opção de não falar sobre o ocorrido se o assunto em si lhe incomodar e, se desejar, poderá retomar a partir de outro assunto.

A sua participação consiste em responder perguntas a partir de um roteiro de entrevista a ser realizado pela pesquisadora, com duração máxima de uma hora. Serão, inclusive, fornecidas por você informações pessoais, onde apenas os pesquisadores do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades, além de armazenarem o material coletado em local seguro. O áudio desta entrevista precisará ser gravado, portanto, logo no início você será questionado sobre seu consentimento em participar desta pesquisa e gravação da mesma. Você

receberá este termo de consentimento para participar desta pesquisa e deverá guardar sua via para que fique com o registro dos contatos da pesquisadora e do CEP.

Asseguramos que todas as informações são trabalhadas de maneira que não lhe cause nenhum dano físico e/ou moral, e também aos demais participantes. Em caso de possíveis publicações, você não será identificado e não serão divulgados dados que possibilitem a sua identificação e o coloque em risco. No caso das entrevistas com os coordenadores do movimento social, não há como garantir este total anonimato, tendo em vista sua posição de destaque. Por isso, as entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais, mas as únicas que terão acesso ao material serão a pesquisadora e as orientadoras. Todos estes documentos serão mantidos em arquivo por pelo menos 5 anos, de acordo com as resoluções 510/2016 do CNS e orientações do CEP/ENSP, sendo descartados no fim deste prazo. Por questões de segurança, nenhum destes arquivos é veiculado por e-mail, redes sociais ou são armazenados na nuvem.

Os riscos oferecidos por este projeto são mínimos e se referem ao risco de um possível constrangimento durante a entrevista; risco de possível dano emocional, devido a algumas questões que serão abordadas na entrevista ou risco de identificação indireta devido à exposição em que o mesmo está suscetível. Cabe registrar que, se ocorrer tal desconforto proveniente de questões sensíveis sobre as experiências de vida de algum entrevistado, a pesquisadora com formação em Psicologia fornecerá um primeiro acolhimento, comprometendo-se a se colocar à disposição para oferecer uma escuta acolhedora e, se verificada a necessidade, outra forma de mitigação encontrada será encaminhar o entrevistado para acompanhamento psicológico, este realizado através de Terapia comunitária, conforme o Termo de Colaboração celebrado pela pesquisadora e a terapeuta comunitária Elaine Sandra Amorim Savi, profissional do departamento de Endemias Samuel Pessoa – DENSP/FIOCRUZ.

Tentaremos ao máximo fazer com que você não seja identificado. Os nomes dos entrevistados não serão revelados em hipótese alguma, sendo os mesmos identificados apenas a partir de uma numeração, como por exemplo: entrevistado 1, entrevistado 2 e assim sucessivamente. Caso prefira, os nomes de determinadas instituições, pessoas públicas ou não, etc. poderão ser preservados e/ou modificados para sua segurança. Entretanto, a pesquisadora não poderá garantir e se responsabilizar por uma possível revelação de sua identidade ou de alguma informação fornecida.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de comunicação explicitados neste Termo. Se houver algum dano, decorrente

da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais. Cabe informar que a sua participação nesse estudo não inclui nenhum tipo de remuneração.

Com o resultado desta pesquisa, os benefícios indiretos esperados são os de contribuir para que os participantes, ao relatarem suas experiências e conhecimentos sobre suas necessidades de saúde, sejam capazes de compreender sua importância em participar de discussões que promovam o pensamento crítico, reflexões acerca do senso de coletividade através da contribuição que essas narrativas podem fornecer a partir das experiências de vida de cada sujeito, reconhecendo a relevante contribuição das redes de apoio presentes em cada território.

Os resultados serão apresentados ao Movimento Social Maloca da Cidadania ao final da realização desta pesquisa, sendo mantidos a discrição quanto aos nomes de cada participante, e poderão ser apresentados por intermédio das lideranças do projeto, ainda a definir se será possível a realização de algum evento. Caso não se torne possível um encontro presencial, será elaborado um evento que ocorra de forma virtual, para que seja disponibilizado um retorno aos participantes do que foi captado nas entrevistas, contendo o maior número possível de representantes que foram peças-chave para a elaboração deste estudo.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel. do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

e-mail: cep@ensp.fiocruz.br <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h.

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-21

Jéssica Santos Souza Camelo (pesquisadora)

Tel: 98001-6734 E-mail: jessicasc23@gmail.com

APÊNDICE F – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



Termo de Anuência Institucional

O movimento social Maloca da Cidadania, localizado no bairro Pantanal em Duque de Caxias – Rio de Janeiro declara apoio à realização do projeto de pesquisa intitulado: “Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: Uma nova ferramenta de regulação? A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ”, sob a responsabilidade da pesquisadora Jéssica Santos Souza Camelo. Este projeto de dissertação é referente ao Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e está sob a orientação das professoras Dra. Danielle Moraes, Dra. Rosely Magalhães e assistente de orientação Maria Inês Cárcamo.

O projeto tem como objetivo compreender experiências de Empreendedorismo Social como estratégia de Promoção da Saúde em projetos realizados em áreas periféricas, a partir do caso do Movimento Social Maloca da Cidadania. A etapa metodológica prevê análise documental de materiais fornecidos pelo movimento social, bem como em suas redes sociais e conteúdos de mídia que contenham as atividades dos mesmos. Além disso, serão realizadas entrevistas individuais com perguntas formuladas a partir de um roteiro semiestruturado, no qual serão levantadas questões que se relacionam com suas necessidades e problemas de saúde, trajetórias pessoais e dentro do movimento social.

Ciente dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e de sua responsabilidade como pesquisador da referida Instituição Acadêmica, concedemos a anuência para o seu desenvolvimento.

Este termo de anuência está condicionado ao cumprimento das determinações éticas das Resoluções CNS/MS nº 466/2012, 510/2016 e 580/2018 e o projeto somente poderá iniciar nesta instituição mediante sua aprovação documental pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Ensp – Fiocruz. Solicitamos que, ao concluir o estudo, a pesquisadora responsável apresente o relatório final da pesquisa para o(s) coordenador(es) do movimento social Maloca da Cidadania.

A instituição “anuyente” possui liberdade para a qualquer momento se retirar da pesquisa, sem incorrer em qualquer forma de penalização.

Duque de Caxias, 11 de setembro de 2020

Ana Aparecida Félix de Almeida

Ana Aparecida Félix de Almeida (coordenadora do Maloca da Cidadania)

CPF. 075743157-79

Estrada José Adamian lt 10 qd 11 – Pantanal, Duque de Caxias – RJ. Cep.25041-560

APÊNDICE G – TERMO DE COLABORAÇÃO

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

**Termo de colaboração/compromisso**

Eu, Jéssica Santos Souza Camelo, psicóloga (CRP – 05/51425) e pesquisadora responsável pelo projeto intitulado: “Empreendedorismo Social na Promoção da Saúde: Uma nova ferramenta de regulação? A experiência do projeto Maloca da Cidadania, no bairro Pantanal em Duque de Caxias – RJ” e a psicóloga Elaine Sandra Amorim Savi (CRP 05/5206), profissional pertencente ao departamento de Endemias Samuel Pessoa - DENSP e que atua com Terapia comunitária no território de Manguinhos, resolvemos celebrar o presente termo de colaboração com o objetivo de garantir o acompanhamento psicológico mediante a possíveis danos emocionais que possam surgir devido a questões sensíveis abordadas durante as entrevistas desta pesquisa.

Rio de Janeiro, 14 de set. de 2020.

Jéssica Santos Souza Camelo

(CRP 05/51425)

CPF: 128.453.587-84

Elaine Sandra Amorim Savi

(CRP 05/5206)

CPF: 674.026.587-91